

Cinco milhões de afegãos em situação crítica

Os ataques ao Afeganistão, que os Estados Unidos persistem em anunciar, ainda não começaram e já se desenrola no país uma tragédia humanitária.



Cinco milhões de afegãos, que dependem da ajuda internacional, foram já atingidos por carências de várias ordens, entre as quais a fome

Págs. 5 a 9

Conferência da CGTP para alargar e intensificar a mobilização

Resposta de luta

A ofensiva contra os trabalhadores, quer para impor actualizações salariais que nem sequer compensam as perdas sofridas com a inflação quer para retirar direitos conquistados e reconhecidos, é agravada com a política do Governo e o mau exemplo que este dá na Administração Pública. Com a conferência realizada no dia 20, a CGTP quer dar, ao Governo e ao patronato, uma resposta à altura, explica Amável Alves em entrevista ao *Avante!*.

Centrais



Áreas Metropolitanas

Articular políticas regionais

Carlos Carvalhas, numa reunião com os candidatos da CDU às câmaras da Área Metropolitana de Lisboa, confirmou a intenção da coligação em se afirmar como força essencial nesta área.

Pág. 11

JCP lança campanha

Mais 500 militantes

A JCP lança esta semana uma campanha de recrutamento e divulgação de propostas para o ensino. O objectivo é chegar a todas as escolas secundárias do País e conseguir 500 novos militantes.

Pág. 13

Uma Festa de solidariedade

Depoimentos

O *Avante!* publica hoje seis depoimentos de camaradas e amigos, representantes de partidos comunistas e de organizações progressistas, que participaram na Festa.

Págs. 24, 25 e 26

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
25 números: 4 600\$00
EUROPA
50 números: 23 000\$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00

* Enviar para:
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Centenas de dirigentes sindicais afectos à CGTP manifestam-se em Lisboa

Resumo

19 Quarta-feira

Os atentados terroristas nos EUA dominam o início da primeira sessão plenária do ano parlamentar, com o hemiciclo a repudiar unanimemente os ataques. O ex-presidente da Câmara de Castelo de Paiva diz no Parlamento estar convicto de que a tragédia de Entre-os-Rios não teria acontecido se lhe tivessem sido dados a conhecer os relatórios das inspeções à ponte. O governo sul-africano afasta a hipótese de um apoio militar aos Estados Unidos na guerra contra o terrorismo. O chefe do estado-maior do exército russo, general Anatoli Kvachnina, afirma no Tadjiquistão, que a Rússia não tenciona participar num ataque dos Estados Unidos contra os terroristas baseados no Afeganistão.

20 Quinta-feira

O secretário-geral do PCP pronuncia-se, em Coruche, contra a adopção de medidas de combate ao terrorismo que se sobreponham às liberdades e garantias individuais. Centenas de dirigentes sindicais afectos à CGTP manifestam-se em Lisboa para dar conta ao patronato das reivindicações que querem negociar para 2002. Aviões britânicos e norte-americanos atacam alvos no Iraque numa zona de espaço aéreo interdito. Um palestino é assassinado por militares israelitas num ponto de passagem na Faixa de Gaza.

21 Sexta-feira

O PCP pede na Assembleia da República o fim do pacto de estabilidade económica entre os países da Comunidade Europeia. O ex-presidente da Câmara de Vagos, João Rocha, é condenado a oito anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva, burla, falsificação de documentos e prevaricação. Os chefes de Estado e de governo da UE reúnem-se em Bruxelas para demonstrar a sua solidariedade com os Estados Unidos. Uma manifestação contra os EUA no Paquistão faz um morto e três feridos, na manifestação participaram milhares de pessoas. Os líderes religiosos do Afeganistão afirmam, em conferência de imprensa, que nunca deram qualquer espécie de ordem a Ben Laden para deixar o país.

22 Sábado

Guilherme d'Oliveira Martins, ministro das Finanças, admite que Portugal não irá cumprir o valor de 1,1 por cento estabelecido para o défice público. Os ministros das Finanças da UE, reunidos na Bélgica, chegam a acordo sobre a criação de uma linha de crédito destinada à recuperação financeira das com-

panhias aéreas. Milhares de pessoas manifestam-se nas ruas das várias cidades da Europa contra os eventuais ataques dos EUA ao Afeganistão. Membros do movimento extremista islâmico Hamas estão dispostos a suspender os ataques suicidas contra Israel a menos que sejam provocados pelo Estado judeico.

23 Domingo

O dirigente do PCP/Açores, José Decq Mota, faz uma previsão pessimista sobre o futuro da Região, ao afirmar que os Açores não estão a viver um período de estabilidade. Cerca de 600 caçadores manifestam-se em frente à residência oficial do primeiro-ministro para contestar «as injustiças e atropelos» que a actual legislação da caça está a gerar. A Aliança da Esquerda Democrática vence as eleições legislativas na Polónia. Sete polícias ficam feridos durante confrontos entre católicos e protestantes em Belfast. O alegado chefe do aparelho logístico da ETA, Oyazabal Txarpetegui, é preso na localidade de Dax, Sudoeste de França.

24 Segunda-feira

Os trabalhadores marítimos e portuários iniciam uma greve de cinco dias a todo o trabalho que envolva navios de bandeira de conveniência, para os pressionar a cumprir a legislação internacional do sector. Uma delegação da UE parte para uma viagem diplomática pelos países islâmicos para obter apoio para uma coligação internacional antiterrorista e procurar novas vias para reavivar o processo de paz no Médio Oriente. O chefe da diplomacia britânica, Jack Straw, inicia uma visita histórica ao Irão para pedir ao chefe de Estado iraniano Khatami ajuda para localizar o terrorista Imad Mughniyeh. Os talibãs ocupam o edifício das Nações Unidas em Kandahar, no Sul do Afeganistão.

25 Terça-feira

A eurodeputada Ilda Figueiredo, o general Pezarat Correia e a deputada Helena Roseta entregam um abaixo-assinado com 47 mil assinaturas ao presidente da Assembleia da República, sob o lema «Por Alqueva - Alavanca para o Desenvolvimento do Alentejo». Quatro operários palestinianos são feridos por soldados do exército israelita. O Paquistão reabre a fronteira com o Afeganistão, permitindo a entrada aos milhares de afegãos que procuram refúgio no país vizinho. A China reafirma a disposição de «aumentar a cooperação internacional» contra o terrorismo, mas não dá pormenores em relação a que posição tomará se os EUA atacarem o vizinho Afeganistão.

Aconteceu

Rangel à frente da RTP

Emídio Rangel é o novo director-geral da RTP, depois de estar quase dez anos à frente da direcção de informação e de programas da SIC. A contratação foi anunciada na quinta-feira, numa conferência de imprensa onde Rangel garantiu, para espanto de todos, que a televisão pública «jamais avançará para programas que choquem a dignidade humana e



violem os direitos e garantias de cidadania».

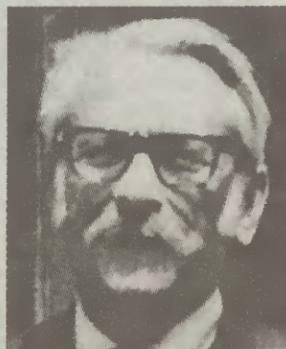
A nova aquisição da televisão pública já provocou a demissão de Rui Assis Ferreira, membro do Conselho de Administração da RTP, segundo a imprensa, por considerar que Rangel «contraria os mais elementares princípios da defesa do serviço público de televisão».

Entretanto, Joaquim Furtado, Cesário Borge e José Manuel Barata-Feyo não desistem do processo por difamação contra a SIC e Rangel, na sequência de um contencioso entre as duas TVs devido a uma entrevista ao dirigente, do PS, Rui Mateus. A administração da RTP já anunciou que retira o caso dos tribunais, mas os três jornalistas - na altura responsáveis pela direcção de informação - recusam-se a fazer o mesmo.

Os cem anos de José Rodrigues Miguéis

«A melhor maneira se ser igual aos outros não é ser como eles, mas ser diferente: é sermos nós mesmos até ao limite. O que torna os homens iguais é o direito a serem diversos.» As palavras são do escritor José Rodrigues Miguéis, nascido há cem anos e falecido há 21. Um pouco esquecido pela actualidade, Miguéis publicou 17 obras de ficção ao longo da vida, reflectindo as questões suas contemporâneas, como as intrigas político-militares da Primeira República ou o quotidiano dos emigrados portugueses, vida aliás que o autor conheceu por dentro ao viver na Bélgica, no Brasil e nos Estados Unidos.

Mas antes de sair do País, José Rodrigues Miguéis foi um cidadão activo em Portugal. Foi presidente da Segunda Liga da Mocidade Republicana, director do semanário Globo (com Bento de Jesus Caraça) e participou na revista Seara Nova. Advogou, foi professor do ensi-



no secundário, secretário da Liga Propulsora da Instrução e colaborou com Raul Brandão na reedição duma série de leituras primárias.

As Bibliotecas Municipais de Lisboa estão a preparar uma homenagem a Miguéis com duas exposições sobre a sua vida e obra, a exibição do filme «Saudades para a Dona Genciána», de Eduardo Geada, e um colóquio a realizar entre 8 e 10 de Outubro. Estão já confirmadas as presenças de José Sara-mago, Eduardo Lourenço e Eugénio Lisboa.

Afinal há dinheiro na PSP

A PSP está, como se sabe, com problemas financeiros: os seus efectivos continuam sem receber o subsídio de turno e piquete (com retroactivos a Janeiro) e as despesas de saúde estão em dívida. Os cerca de trinta mil contos relativos a deslocações foram pagos este mês, quando deviam ser entregues em Agosto.

Mas, segundo apurou o Jornal de Notícias, o tempo de «vacas magras» não é para todos. O director nacional da PSP, o superin-

tendente-chefe Gonçalves Amaro, tem ao seu serviço quatro viaturas topo de gama (avaliados em mais de cinco mil contos cada um) e os directores nacionais-adjuntos têm dois automóveis respectivamente.

Os efectivos da PSP contactados pelo Jornal de Notícias preferem manter o anonimato, mas falam em constantes obras e remodelações nos gabinetes do director nacional e dos oficiais que trabalham na Direcção Nacional. E acu-

sam os seus superiores de falta de ética e de duplicidade de critérios de contenção de despesas.



Portugal sem carros

Pela segunda vez consecutiva, Portugal aderiu à iniciativa europeia «Na cidade, sem o meu carro», fixado para o dia 22 de Setembro de cada ano. Este ano, foram 51 as cidades e vilas portuguesas que durante sexta-feira e sábado (em alguns casos, apenas sábado) vedaram parte das suas ruas aos carros particulares, numa iniciativa que procura incentivar o uso dos transportes públicos e dos meios de locomoção alternativos.

Actualmente, o sector dos transportes é o maior consumidor de energia.

Em Portugal, é responsável por mais de 40 por cento do consumo energético. O sector é também uma das maiores fontes de emissão de gases de efeito de estufa e um dos causadores principais da poluição ambiental.

Bens do Benfica congelados

Na noite de segunda-feira a direcção do Benfica reuniu-se de emergência. Razão: os tribunais deferiram um pedido de Vale e Azevedo - ex-presidente do clube detido por alegados crimes - que alega que o Benfica lhe deve 1,2 milhões de contos.

Os passes dos jogadores, as receitas desta época, as contas bancárias, os direitos televisivos e alguns contratos com patrocinadores foram congelados, decisão contestada por adeptos e direcção. Manuel Vilarinho, o presidente do Benfica, pediu uma rápida redução da penhora, afirma que o clube não deve dinheiro a Vale e Azevedo e ameaça desrespeitar as ordens dos tribunais.

Crónica Internacional

• Ângelo Alves

O que mudou?

28 de Setembro, sexta-feira. Possivelmente os média continuarão “suspensos” à espera do ataque dos EUA ao Afeganistão ou a qualquer outro país que a “justiça infinita” de Bush venha a decretar como perigoso inimigo da “civilização ocidental”.

Continuar-se-á a falar da “1.ª Guerra do Séc. XXI” de combate ao terrorismo e tentar-se-á convencer o mundo de que em seu nome se justifica toda e qualquer intervenção militar além de acrescidas medidas de espionagem, repressão e policiamento do mundo. **A ideia de que “nada será igual depois de dia 11” continuará a ser difundida no quadro de uma violenta ofensiva ideológica que sustente acções de guerra.**

Possivelmente passará despercebido, não interessa, não vende, será até, aos olhos do pensamento dominante e dominador dos média, “politicamente incorrecto” fazer-lhe referência (pelo menos a referência que merece), mas o dia 28 de Setembro é para um heróico povo um importante dia na sua luta pela autodeterminação, pelo direito à sua pátria, pela paz, pela justiça... não a “infinita”, mas aquela que sabem ser merecida e necessária à sua dignidade enquanto povo e nação e que está consagrada pela ONU.

Amanhã, dia 28 de Setembro, assinala-se um ano passado sobre o início da 2.ª “Intifada”, data em que Ariel Sharon encetou uma sinistra provocação profanando com uma escolta militar o templo muçulmano - a Esplanada das Mesquitas - em Jerusalém. O mesmo homem que foi responsável pelos massacres de refugiados palestinos em Shabra e Chatila é hoje primeiro-ministro de Israel e com o apoio dos EUA o principal responsável pela política “terrorista” e assassina israelita.

Amanhã, dia 28 de Setembro, assinala-se um ano passado sobre o início da 2.ª «Intifada»

Num ano apenas, mais de 600 mortos palestinos, cerca de 16.000 feridos, cerca de 600 residências atingidas pelos ataques israelitas, cerca de 26.500 oliveiras arrancadas, 174 escolas demolidas, 90.000 estudantes palestinos impedidos de frequentar a escola, 257.000 desempregados devido ao cerco às cidades palestinas, 53% de palestinos a viver abaixo do limiar da pobreza devido à política de cerco e repressão económica de Israel.

Nada disto deixou de existir! Pelo contrário, aproveitando-se da perversa tentativa de colagem da etiqueta de terrorismo a toda a comunidade árabe e muçumana, o governo israelita avança estacionamento de tropas em território palestina-

no e recusa-se a negociar, apesar da boa vontade demonstrada pela autoridade palestina.

Numa altura em que tudo é feito para escamotear as causas de fundo do terrorismo, que é necessário combater, é particularmente oportuno lembrar o sofrimento do povo palestino às mãos de uma política de cariz racista e de autêntico terrorismo de estado.

Poderíamos, no entanto, fazer referência a muitas outras situações cuja responsabilidade não é alheia à “globalização” capitalista, como por exemplo os 14 milhões de crianças que morrem anualmente de fome, as 30.000 crianças que sucumbem diariamente a doenças evitáveis, os 1,2 mil milhões de seres humanos que vivem na pobreza absoluta ou ainda o milhão de vítimas provocadas pelo bloqueio ao Iraque.

Estas realidades continuam a existir. Se há alterações essas são na pressão que as forças imperialistas tentam fazer sobre quem resiste à “desordem imperial” que decretou: “ou estão conosco ou estão contra nós”. Não! Não estamos com Bush nem com Blair, nem com nenhum outro que com as suas cruzadas de guerra transforme o mundo numa gigantesca bomba-relógio. Lamentando profundamente as vítimas dos atentados, manifestando a nossa inteira solidariedade às suas famílias, estamos com o povo americano que já se manifesta pela paz e com todos aqueles que resistem à ofensiva ideológica, económica, social e militar do imperialismo. É com esses que estamos!

Os criminosos atentados terroristas de Nova Iorque e Washington, que condenamos veementemente, e que vitimaram milhares de civis inocentes não são o “reset” da história, não anulam as responsabilidades do imperialismo na gravíssima e perigosa situação internacional que hoje vivemos!

Por isso, amanhã, vamos estar com todos aqueles que, em Portugal, vão justamente homenagear e mostrar a sua solidariedade com o Povo Palestino que resiste. Porque, mais que nunca a nossa solidariedade conta e é necessária!

Editorial

PALAVRAS E ACTOS

A hora em que fechamos este editorial pouco parece saber-se quanto ao desfecho da crise mundial que se abriu a partir dos ataques terroristas a Nova Iorque e ao Pentágono. Mas a impressão é errada. Não foram apenas os aparelhos militares que se puseram em marcha, não foram só as investigações policiais que avançaram, não foi só a rede de espionagem e de informações que reforçou a vigilância. Outras medidas têm vindo a ser tomadas, e muitas certamente à margem do conhecimento da opinião pública, quer dizer dos povos interessados, quer dizer de todos nós. Entretanto, as ameaças de guerra já produziram os seus primeiros efeitos trágicos, com muitos milhares de refugiados afegãos a abandonarem o seu país e a trocarem-no por outro não mais

sublinhou, tinham como objectivo atingir tanto a economia dos Estados Unidos como o seu povo, não iam assim tão mal. Embora se registassem despedimentos de trabalhadores no sector da aviação e do turismo e uma descida das cotações bolsistas, «a economia americana continua forte no fundamental». E passou a dar exemplos e números. Além disso, acentuou, os dois partidos desta «democracia bicéfala», estão a entender-se no Congresso e já aprovaram medidas de ajuda aos sectores mais atingidos. «Deus abençoe a América.»

Depois deste quadro um tanto despidoradamente cor-de-rosa, Bush passou a responder a perguntas. E aí portou-se como um miúdo incapaz de guardar um segredo. Luzindo-lhe nos olhos um sorriso de satisfação, acabou por dar a entender que «há males que vêm por bem» – os entendimentos entre democratas e republicanos, as perspectivas de, a partir de agora, ser possível ultrapassar a crise e a recessão que se instalava com medidas de intervenção estatais e, ainda, o facto de, em redor dos Estados Unidos, crescerem os apoios internacionais, mesmo para além do que seria de «esperar» (a Rússia cede o espaço aéreo, antigas repúblicas soviéticas cedem bases, muitos países árabes alinham nas medidas de retaliação, quase não há Estado que levante um dedo para se opor com frontalidade aos perigos de uma guerra).

“Há quem pretenda aproveitar a boleia da crise”

seguro – o Paquistão, onde os perigos também se avolumam – e já cinco milhões de pessoas, no Afeganistão, acrescentam à angústia destes tempos a extrema miséria e a fome. A tragédia humanitária está aí, embora, ao que parece, nem um tiro haja sido disparado, apesar das notícias, rapidamente desmentidas, da colocação de tropas especiais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha nos terrenos pedregosos dominados pelos talibãs.

Se a ironia coubesse neste texto, diríamos que não faltam novidades. E mesmo as mais aparentemente risíveis não têm graça nenhuma, pois fazem parte de um tenebroso plano de guerra. Não é para rir o facto de os Estados Unidos terem mudado o nome, já de si megalómano e ridículo, que primeiro haviam dado às operações de guerra que preparam – «Justiça Infinita» – que se chama agora «Liberdade Duradoura». A primeira expressão poderia «ofender» os sentimentos islâmicos de alguns países, tal foi a explicação fornecida para a mudança. Paradigmática atitude, a mostrar como no campo das palavras muitos recuos serão permitidos, enquanto subterraneamente os actos se preparam.

Esta dissemelhança entre palavras e actos está patente nos principais actores da tragédia. Um deles apenas mostra pouca atenção ao texto: o presidente Bush, cujas declarações «sem rede», prontamente arredondadas ou desmentidas, revelam muito mais das intenções dos promotores da vingança, da retaliação e do aproveitamento da crise para a instauração de uma «nova ordem mundial». No passado sábado, Bush, que já antes havia dado a receita «texana» do «procura-se, morto ou vivo», revelou muito mais nas respostas às perguntas dos jornalistas do que na declaração cuidadosa que trazia escrita.

O objectivo da declaração de Bush era claro – dar a ideia de que as coisas, apesar dos ataques terroristas que,

Mas há mais quem pretenda aproveitar a boleia desta crise aberta pelo terrorismo. As bolsas permitiram grandes ganhos – e conviria saber quem ganhou no jogo trágico lançado pelo terrorismo. Não foram certamente apenas meia dúzia de testas-de-ferro ligados a Ben Laden.

Na Europa, os Quinze, embora colocando condicionantes importantes a eventuais acções militares norte-americanas, comprometeram-se a participar nelas e fazem depender a eficácia das medidas contra o terrorismo do desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança Comum e de uma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESC e PESD), o que leva à criação de um Exército Europeu, ao mesmo tempo que avançam na instauração de um «mandato de captura europeu», a definir até Dezembro.

Em Portugal, Guterres, que cede as Lages aos EUA para acções militares enquanto se pronuncia contra a «histeria belicista», aproveita a boleia da crise para abandonar, finalmente, o objectivo do défice orçamental de 1,1 por cento, admitindo já «uma flexibilidade prudente».

Mas o mais preocupante da crise internacional instalada a partir de 11 de Setembro continua a ser a negra perspectiva das acções militares em preparação. Condenado o terrorismo, «a melhor solidariedade que Portugal pode dar ao povo americano», como sublinhou Carlos Carvalhas anteontem na AR, dirigindo-se ao Primeiro-Ministro, «e o melhor contributo que pode dar contra o terrorismo é com firmeza combater de facto a irracionalidade, ter uma voz autónoma e não seguidista, é tudo fazer para que se faça justiça e não vingança, para baixar e não aumentar a tensão internacional, para que a ONU tenha um papel decisivo e não subalterno, para que o respeito e a fraternidade triunfe sobre o chauvinismo e o racismo, para que a paz triunfe sobre a guerra».

Actual Os sagrados valores

• Vitor Dias

É certo que o problema vem de trás, pois entre o espanto a indignação já todos vimos embaixadores de Portugal em diversos países a fazerem ou de comentadores políticos, ou de enviados especiais de órgãos de informação, ou então, mais grave, a proferirem declarações de clara ingerência na vida interna dos países onde representam Portugal.

Agora, a avaliar por declarações ao «Público» (edição de 22/9), chegou a vez do embaixador de Portugal no Paquistão.

Dessas declarações, destacamos um primeiro ponto referente aos elogios ao general Musharraf, presidente do Paquistão por obra e graça de um golpe militar e subsequente ditadura militar, ao seu grande prestígio e aceitação popular e à sua obra regeneradora.

Quanto a este ponto, propomos apenas que o Eng.º Guterres se ponha vinte segundos no lugar da senhora Benazir Bhutto (vencedora das últimas eleições realizadas no Paquistão) e nos conte depois o que é que sentiu e que coisas

bem pouco agradáveis para o nosso embaixador teve vontade de dizer.

Ponto mais grave é que o referido embaixador terá também declarado que «numa situação como esta, é preferível um militar a um civil», visto que «um militar tem mais possibilidades num sistema de ditadura militar, onde a voz é só uma e a discórdia é muito mais difícil».

Poupando rendilhados, a verdade é que, no fundo, o embaixador não discorreu sobre as vantagens do presidente do Paquistão, nesta situação, ser militar ou civil. Como não pode ignorar que o general Musharraf só é presidente por causa da ditadura militar e como sabe que não consta que haja ditaduras militares com presidentes civis, o que o embaixador acabou manifestando foi a preferência, «nesta situação», pela ditadura militar. Até porque é ela e não tanto o presidente ser militar que garante que «a voz é só uma» e que «a discórdia é muito mais difícil».

E assim, na mesma hora em que, em Portugal e pelo mundo fora, jorravam

tiradas infundáveis sobre os sagrados valores civilizacionais do Ocidente e sobre a liberdade e à democracia como património de alcance universal, o embaixador português no Paquistão mostrava com notória displicência que, hoje como no passado, a eficácia, os interesses, o pragmatismo e as conveniências da solidificação de alianças passam alegremente à frente de todos esses proclamados valores e de todo esse tão celebrado património.

Podê ser que o mundo tenha mudado em 11 de Setembro. Mas não a ponto de ter enterrado a filosofia política consagrada num célebre desabafo de um presidente norte-americano sobre um ditador sul-americano: Fulano «é um filho da p...», mas é o nosso filho da p...!».



Três minutos de reflexão?

• Aurélio Santos

Fez-se na semana passada um pedido de três minutos de silêncio em memória dos mortos nos atentados terroristas em Nova Iorque e Washington. As vítimas merecem sem dúvida a atenção do nosso recolhimento, em memória dos que deixaram de nos fazer companhia neste conjunto de humanidade. Mas a reflexão, saída também dos nossos sentimentos, deve estender-se a todo o quadro de condições em que se insere.

Sobre o terrorismo, em primeiro lugar. Nós, comunistas, sempre fomos contra o terrorismo. E não só por razões éticas, mas também por motivos políticos. Num texto que fez bandeira no nosso partido, afirmava-se que o terrorismo não só prejudica a acção das massas como dá pretexto à intensificação das acções repressivas. É o que se está passando. A pretexto de uma «justiça infinita» mobilizam-se em passo de gigante meios militares, preconizam-se e preparam-se em frémito de ataque à escala nacional e supranacional – com expressão também já no nosso país – estruturas de policiamento a chegar à espionagem e ao «contraterrorismo» e a reclamar a redução de direitos e garantias dos cidadãos. Isto num quadro em que os EUA reclamam a oficialização e institucionalização obrigatória do seu papel de Estado policial planetário, arrogando-se o direito de exigir a outros dever de obediência.

Mas a reflexão contra o terrorismo deve também estender-se à memória das vítimas – inocentes, também elas – do percurso imperialista.

Durante os meus três minutos de reflexão consegui dar a volta ao mundo. E no silêncio absurdo desta guerra anunciada ouvia cáfrem-me surdamente nos ouvidos as bombas sobre Hanói, em 1972, onde estava em reportagem para a Rádio Portugal Livre. Numa das ocasiões em que recolhi a um abrigo, perto de mim a cantora americana Joan Baez entoava canções de paz. «Viveremos em paz», cantava ela. E todos nós cantávamos, vietnamitas e estrangeiros, como se as nossas vozes unidas pudessem espantar as bombas lançadas durante o minuto seguinte.

Vi em Hanói, em hospitais, escolas, fábricas, habitações, muitas vítimas desse tipo de terrorismo já qualificado (e bem) «de Estado», que recorre ao massacre de populações civis pela aviação como forma de chantagem política. Sinistramente iniciada em Guernica com aviões nazis, culminada com as bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki, trazida para os nossos dias com os bombardeamentos «cirúrgicos» do Iraque e da Sérvia.

Só três minutos de reflexão? Não chegam. É preciso continuar a reflectir. E quando o presidente Bush lança com arrogância a velha frase reaccionária «quem não está connosco está contra nós», estou certo: milhões de pessoas em todo o mundo dirão que não. Por uma razão simples: é que os valores da civilização humana não coincidem com aqueles que Bush representa. E também porque nem só em silêncio se reflecte.



«Assassination night

• Carlos Gonçalves

O «assassination right» – direito de assassínio pelas forças especiais dos Estados Unidos (USA) de dirigentes estrangeiros – legalmente interdito há 25 anos, é uma das anunciadas «medidas de contra-resposta» ao hediondo crime terrorista de 11 de Setembro. Pelo menos assim o assumiram o vice-presidente Cheney e o senador Graham, tendo este esclarecido: «devemos poder matá-los antes que nos matem a nós».

Estamos assim, já se sabia, perante o anúncio duma espiral terrorista, ignóbil e injustificável, em que massacres de inocentes e assassinios arbitrários se sucederem numa inumana e intolerável vertigem de violência – sem nada ter a ver com a luta dos povos, com a aplicação da Justiça, ou sequer com o direito à legítima defesa, conforme a Carta da ONU.

Mas a questão que aqui e agora se releva é que, à boleia do combate ao terrorismo e a coberto da esmagadora projecção de poder mediático, político e militar e da agressão imperialista em perspectiva, para além do «direito de assassínio», está em

curso uma brutal operação de cerceamento de direitos e liberdades cívicas, nos USA de Bush «loving guy», ou onde quer que a direita e as suas políticas «ocidentais» e «civilizadas» possam manipular em seu proveito a presumível provocação terrorista da ultradireita confessional islâmica.

Nos USA é a legalização da escuta de comunicações e conversas dos cidadãos sem mandato judicial, o incremento da espionagem, o ataque ao que resta da liberdade de imprensa, a obsessão do «segredo de Estado» e um novo conceito, uma Agência e um Ministério para a segurança interna.

Na União Europeia é o grande salto do federalismo policial, judicial e penal e dos sistemas e serviços de informações e o aprofundamento da cooperação com os USA em todos estes domínios.

Em Portugal, em revisão constitucional, são as buscas domiciliárias nocturnas, o Tribunal Penal Internacional e a consideração da possibilidade de extradição para países

com prisão perpétua, é a incontinência federalista nestas matérias e é o protagonismo securitário de Portas e dum tal Serradas Duarte, um espião da extrema-direita militar afastado há 13 anos dos Serviços de Informações por obscuro envolvimento com os GAL e o «assassination right», que regressa às lides em defesa de alterações no conceito de segurança interna, reforço de meios de espionagem e fusão dos serviços de informações, visando reintroduzir no quadro jurídico o combate ao «inimigo interno».

Assim se clarificam objectivos da brutal ofensiva de assassínio dos direitos cívicos em desenvolvimento.

É urgente a denúncia. E a sua derrota é uma questão de civilização.



Frases

“Há aqui um aproveitamento mediático por parte das empresas [de aviação] em causa, porque não é crível que o impacto directo dos atentados causasse tamanhos estragos.”

Paulo Ferreira, comentando os despedimentos no sector, *Diário Económico*, 21.09.01

“Sob a minha responsabilidade jamais a estação de serviço público avançará para programação que choque com a dignidade humana, que mexa com direitos de cidadania.”

Emídio Rangel, novo director-geral da RTP, *Público*, 21.09.01

“Portugal vai condescender com a prisão perpétua. Em termos culturais, não é pequena coisa: vamos passar a aceitar colectivamente que há crimes imperdoáveis para todo, todo o sempre - e que há pessoas que jamais poderão voltar a viver no meio de nós.”

Luís Miguel Viana, *Público*, 22.09.01

“[Nuno] Cardoso afirma que Fernando Gomes, o candidato do PS, apenas avançou com a candidatura para se vingar de António Guterres (...). Considera que seria muito melhor candidato para o partido do que o seu antecessor e coloca as coisas neste ponto: ‘Ou desiste Gomes, ou desisto eu, ou vamos os dois. (...) Se me candidatar, ganho.’”

Expresso, 22.09.01

“Justifica-se que os Estados-membros aumentem o investimento público e reforcem o apoio ao investimento privado, podendo deixar os défices orçamentais subirem até 3 por cento do PIB. Ao mesmo tempo, exige-se que os governos da UE dêem um novo impulso às reformas estruturais favoráveis ao emprego, ao investimento e competitividade.”

Cavaco Silva, *Expresso*, 22.09.01

“Muito por culpa própria, o Governo está sem margem de manobra para amortecer as consequências de um abrandamento da economia europeia (...). Pode haver agora a tentação de esquecer os graves problemas que o país tem para resolver, pelo facto da comunicação social os ter remetido para segundo plano. Nesse caso, será maior a factura que os portugueses irão suportar.”

Idem, *ibidem*

“Não se pode chamar precários aos contratos a termo certo (...). Acho que é uma análise ousada e que pode ser simplista, pois por detrás do contrato a termo certo podem estar situações consolidadas.”

Alberto Martins, ministro da Reforma do Estado, *Diário Económico*, 24.09.01

“Santana [Lopes] também reconhece que, não fossem as acusações que lhe dirigiram na campanha autárquica de 1997 - disse-se que ele não passaria quatro anos na Figueira e que tinha por hábito largar os projectos a meio -, e até já teria suspenso o mandato.”

Público, 24.09.01

“[Santana Lopes] declara que continua a reservar as manhãs para a Figueira da Foz e que os seus vereadores podem confirmar que, às 9 horas, já está a telefonar-lhes para tratar de assuntos do concelho. Assuntos que, muitas vezes, insiste, até são tratados com eles em Lisboa, aonde os vereadores (...) têm necessidade de se deslocar com frequência.”

ibidem

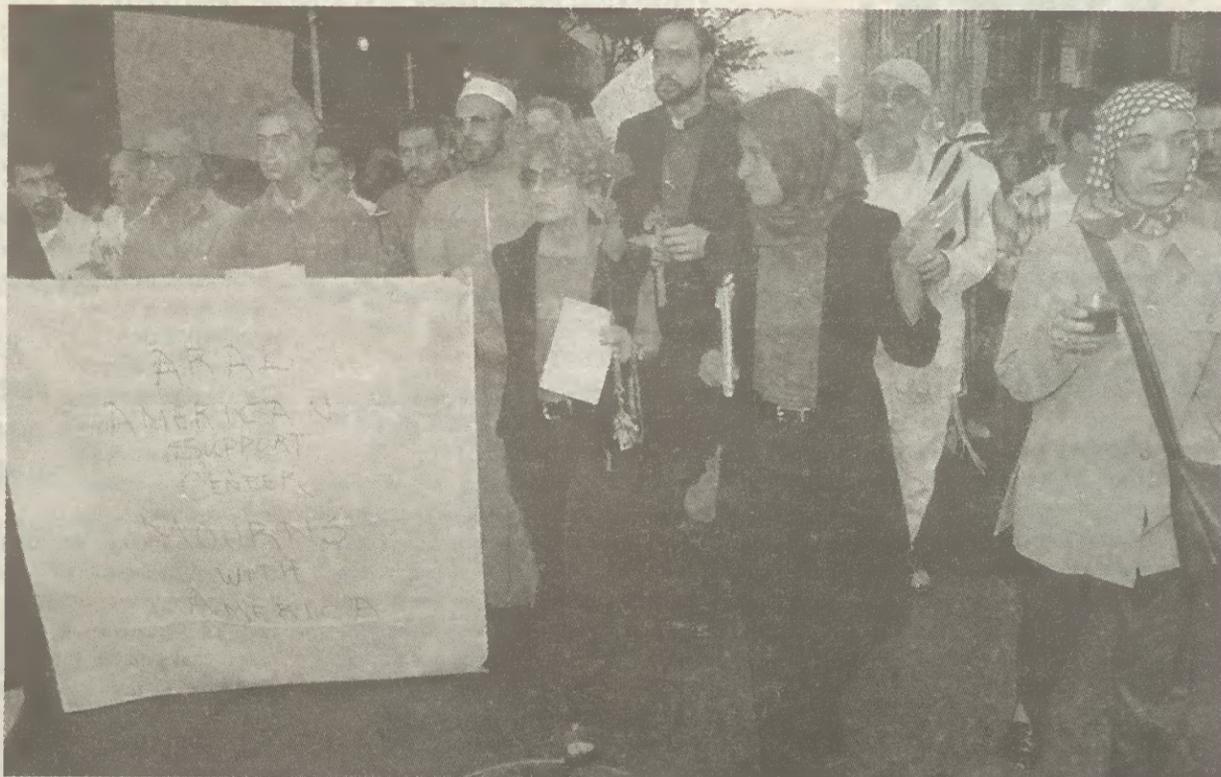
“No meio deste caos mundial a Europa faz de conta que tem de cumprir um Pacto de Estabilidade, onde se assume um compromisso de equilíbrio orçamental a médio e longo prazo.”

Helena Garrido, *Diário Económico*, 25.09.01

“Se cada pessoa que não é pobre consumisse menos quatro por cento do que consome, dava para cobrir toda a pobreza em Portugal.”

Alfredo Bruto da Costa, da Comissão de Peritos da Carta Social Europeia, *Notícias Magazine*, 23.09.01

● Anabela Fino



A comunidade árabe nos EUA tem sido vítima de represálias por parte dos sectores mais intolerantes. Apesar disso, os árabes americanos continuam a sair à rua manifestando a sua solidariedade com as vítimas do terrorismo

Afeganistão à beira da catástrofe humanitária

Amanhã pode ser tarde

O cerco aperta-se em torno do Afeganistão. A guerra anunciada ainda não começou, mas cinco milhões de pessoas sofrem já as consequências da «Infinita Justiça» dos EUA.

O alerta foi dado pelos responsáveis máximos da UNICRF, do Programa Mundial de Alimentos, do Programa para o Desenvolvimento, pelos Altos Comissários para os Refugiados e para os Direitos Humanos, e pelo Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários: pelo menos cinco milhões de afegãos que dependem da ajuda internacional para sobreviver estão entregues ao seu próprio destino. Com a saída do Afeganistão de todo o pessoal internacional, a população civil mais carenciada passou a poder contar apenas com os trabalhadores locais, alvo sistemático das pressões dos talibãs. A situação agrava-se a cada dia, segundo a ONU, devido ao facto de dezenas de milhares de pessoas se encontrarem em fuga no interior do país, em busca de segurança.

O documento apela à comunidade internacional para que tome todas as medidas necessárias para proteger a população civil e, em especial, os milhões de crianças e mulheres afegãs, e para que não aumente os seus problemas, fruto de vinte anos de

«conflito brutal», de três anos de «graves secas» e de abusos em grande escala dos direitos humanos. O Afeganistão, recorda-se, é o país mais minado do mundo, onde a esperança de vida não vai além dos 46 anos e 75 por cento dos adultos não sabem ler nem escrever.

Se as estimativas da ONU estiverem certas, só as ameaças de Washington vão provocar mais 1,5 milhões de novos refugiados, a juntar aos quase quatro milhões que vivem no Irão e no Paquistão.

Esta catástrofe humanitária em desenvolvimento justificaria, por si só, a maior prudência na atitude a tomar na luta contra o terrorismo, mas os EUA persistem no discurso de vingança e na radicalização de posições. As palavras de George W. Bush, na sexta-feira, são elucidativas: (...) «Ou estão do nosso lado, ou estão do lado dos terroristas. De hoje em diante, qualquer nação que continue a albergar ou apoiar o terrorismo será vista pelos EUA como um regime hostil.»

À falta de definição, deverá entender-se por «terroris-

tas» todos os que não estão do lado dos EUA?

Apelos à moderação

«A vida tem o mesmo valor em toda a parte, seja nas ruas de Manhattan, seja em Ramallah, Telavive ou Argel.» As palavras são de Lord Russel-Johnston, o presidente da assembleia parlamentar do Conselho da Europa, que segunda-feira apelou em Estrasburgo a «uma grande prudência» na luta contra o terrorismo.

«A luta tem que ser compreendida e apoiada para que seja uma luta a favor da justiça e contra o crime, para que não signifique represálias do Ocidente contra o Oriente, de ricos contra pobres, de uma religião contra a outra», disse ainda Russel-Johnston.

Esta tomada de posição é de certo modo significativa do que se está a passar a nível internacional. As manifestações de apoio e de disponibilidade para aderir à chamada coligação de luta contra o terrorismo não estão a ser

feitas às cegas nem através de cheques em branco.

Se é verdade que cada país procura aproveitar o actual contexto para resolver os seus problemas - seja a renegociação da dívida do Paquistão aos EUA ou a questão da Tchetchénia, o levantamento das sanções à Índia ou o problema do Kosovo, só para citar alguns exemplos -, não é menos verdade que todos dizem exigir provas das acusações de terrorismo, julgamentos justos dos acusados e medidas concretas para a solução dos principais focos

de conflito a nível internacional. Os insistentes apelos à prudência e à contenção, aliados às manifestações a favor da paz em vários pontos do mundo, estão na ordem do dia, ao contrário do que alguns comentadores de trazer por casa procuram fazer crer. Resta saber se haverá força e vontade bastantes para impedir que uma barbárie maior suceda à barbárie.

No Afeganistão, a tragédia já começou. Amanhã pode ser demasiado tarde para impedir que outras lhe sucedam.

Portugal deve contribuir para a paz

- defendeu Carlos Carvalhas na Damaia

Portugal deve «contribuir para o desanuviamento da tensão internacional», defendeu Carlos Carvalhas na Damaia, onde participou sábado numa festa da CDU para apresentação de candidatos aos órgãos autárquicos do concelho da Amadora.

Falando da situação internacional, o Secretário-Geral do PCP fez notar que se vive um momento «particularmente incerto e perigoso», criado pelos «brutais e intoleráveis atentados nos Esta-

dos Unidos da América». Após reafirmar que os comunistas portugueses condenam todas as formas de terrorismo, seja individual, de grupo ou de Estado, Carvalhas manifestou-se a favor da punição dos responsáveis, mas alertou que «não é com a morte de mais inocentes que se faz justiça», e que justiça nada tem a ver com vingança.

Parafraseando Noam Chomsky, conhecido linguísta e político norte-americano, Carlos Carvalhas lembrou que «o terrorismo é sempre um presente oferecido à direita para novas ofensivas reaccionárias». A comprová-lo está o facto de haver quem pretenda «precipitar o planeta no abismo de um conflito de civilizações, na cultura do ódio e na lei do mais forte». Cabe às forças progressistas e revolucionárias oporem-se a estas intenções, disse.

Quanto ao papel de Portugal nesta conjuntura, deve ser o de «contribuir para o desanuviamento da tensão internacional, para um clima de racionalidade e

não se deve envolver em aventuras devastadoras, em acções do tipo do *far-west*, dos que proclamam «procura-se morto ou vivo», dos que fazem apelos a novas cruzadas e dos que sustentam maniqueísmos do tipo «quem não está connosco está com os terroristas», defendeu o dirigente comunista. A resposta necessária ao terrorismo, acrescentou, «não passa por demonstrações guerreiras», mas sim por soluções políticas, respeitando os princípios e regras de direito internacional e a letra e espírito da Carta das Nações Unidas.

«Para se extirpar o terrorismo é necessária uma efectiva cooperação internacional, combater todas as suas causas e nomeadamente as tremendas injustiças sociais, bem como os fluxos financeiros subterrâneos, que alimentam o terrorismo e que gozam das facilidades das lavagens do dinheiro, dos *off-shores*, dos paraísos fiscais que os Estados Unidos, por exemplo, se obstinam em não pôr em causa», afirmou Carvalhas.

«É preciso estar atento às amputação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a novos impulsos xenófobos e racistas, e também às amálgamas, com a identificação dos terroristas e fundamentalistas ao mundo árabe e muçulmano», alertou ainda Carlos Carvalhas, lembrando que Osama ben Laden foi criado e armado pela CIA e que encontra refúgio em países do Golfo aliados dos Estados Unidos e de outros países ocidentais.

Aos apelos de «paz sim, guerra não» deixados pelos apoiantes que participavam na iniciativa, o secretário-geral respondeu que há guerras às quais se deve dizer sim: a «guerra contra a pobreza, contra as brutais desigualdades sociais, contra a morte de cerca de 35 mil crianças de fome, em média, todos os dias, contra a indignidade em que vivem milhões de seres humanos, contra a dominação e exploração sem fronteiras e contra a fantástica concentração da riqueza na mão de um punhado de famílias.»

Comunicado da Comissão Política do PCP sobre a cedência da Base das Lajes

O PCP manifesta a sua discordância quanto à decisão do Governo de autorizar a utilização pelos EUA da Base das Lajes para as acções militares que aquele país prepara.

O PCP considera que aquela cedência, provavelmente feita sem qualquer informação concreta sobre a que tipo de acções militares e a que objectivos vai servir, é incompatível com um elementar sentido de dignidade nacional e de autonomia política do nosso país.

O PCP regista que o primeiro-ministro se pronunciou há dias contra uma «histeria belicista»

contra «inimigos imaginários» mas o seu Governo acaba agora de autorizar uma utilização da Base das Lajes sem qualquer garantia de que essa utilização não se vai fazer no quadro da orientação de que justamente se distanciou.

O PCP sublinha que nesta conjuntura tensa e grave seria dever do Governo Português não associar Portugal a projectos contrários aos seus interesses e antes contribuir para pôr fim à espiral de violência e ameaças à segurança internacional.

20/9/2001

NÃO à guerra

Ao terrorismo não se pode responder com a guerra
pois assim só se atingem mais pessoas inocentes

• Rui Paz

Terrorismo e militarismo

Uma tragédia de terror com as proporções daquela que acaba de atingir os EUA não pode ser apenas mais uma ocasião para se gritar vingança, antes exige muita lucidez e reflexão se quisermos travar a tempo e horas a locomotiva que há cerca de uma década iniciou uma marcha infernal que ameaça precipitar a humanidade num abismo global.

Muitos comentadores procuram apresentar o 11 de Setembro último como uma rotura na situação mundial, concluindo que nada poderá continuar a ser como antes. A maior parte dos que assim pensam defendem directa ou indirectamente o aproveitamento emocional de uma situação que poderá permitir aos EUA aumentarem ainda mais o seu domínio militar planetário. Não estão a pensar no fim do terrorismo e das suas causas reais mas «na primeira guerra do século XXI». Mas a condenação do terrorismo e o respeito pelas suas vítimas impõem também a avaliação das responsabilidades da própria administração americana no caudal de violência e ódio acumulado contra o seu país e a necessidade urgente de uma rotura com uma política que procura conscientemente desestabilizar povos e regiões inteiras e levar a humanidade a aceitar o princípio selvagem da lei do mais forte.

Não é por acaso que o almirante Schmähling, ex-director dos serviços de informação das forças armadas alemãs (MAD) e ex-oficial da NATO, conhecedor por dentro dos mecanismos perversos do militarismo, tem vindo a alertar que «os Estados Unidos, com a arrogância do seu poderio económico, militar e político, estão a brincar com o fogo e a pôr levemente em perigo a paz mundial e a segurança internacional», acrescentando que o antiamericanismo dos chamados «estados fora-da-lei» «não é nenhum fenómeno da natureza», mas que os EUA com os seus princípios autistas e unilaterais «produzem um círculo diabólico onde se concretizam profecias de ameaças provocadas pela sua própria política».

Nos primeiros dias da Guerra do Golfo as televisões do mundo inteiro mostraram uma cena impressionante. No momento em que num ecrã se viu um míssil americano atingir e destruir um alvo no Iraque, um grupo de generais do Estado Maior dos EUA rejubilava como se a selecção nacional de futebol tivesse acabado de marcar um golo. Nos dias que se seguiram e até hoje estas imagens desapareceram. Foram censuradas posteriormente. Mas os mísseis da força aérea americana e inglesa continuaram a espalhar a morte e o terror nos refúgios da população civil de Bagdad. Centenas de homens, mulheres e crianças morreram queimadas e asfixiadas debaixo de toneladas de betão. Estes bárbaros ataques da força aérea americana contra edifícios de protecção civil na capital iraquiana eram justificados pela suspeita de aí se poder encontrar Sadam Hussein. A descrição das barbaridades da força aérea americana poderia continuar com o relembrar das imagens das crianças de Belgrado a chorarem aterrorizadas noites a fio à espera de morrerem debaixo das bombas da NATO.

Se neste momento me parece importante relembrar estas situações não é para defender a teoria do «olho por olho, dente por dente» ou de que «quem com ferro mata com ferro morre», mas para relembrar a enorme responsabilidade da política americana dos últimos anos na intensificação da espiral da violência que poderá conduzir à destruição do planeta ou, no mínimo, à instauração de uma ditadura mundial supranacional de dimensões monstruosas até hoje nunca vista.

A espiral da violência cega e fria não se iniciou com a queda das torres de Nova Iorque nem com o incêndio do Pentágono. Há cerca de uma década que uma nova doutrina militarista, designada por novo conceito estratégico, tem vindo intencionalmente a baralhar os conceitos de soberania, legítima defesa, agressão e terrorismo de Estado ou de grupo. O renascimento militarista e o terrorismo têm sido dois aliados fundamentais na demolição dos fundamentos do Direito e da consciência internacionais saídos da derrota do militarismo e do nazismo em 1945.

• R.P.

Pacifistas da Alemanha mobilizam-se em defesa da paz. Para 13 de Outubro estão marcadas manifestações nas principais cidades e um grande comício em Berlim.

No último sábado, a casa dos sindicatos da cidade de Kassel foi pequena para acolher os delegados de cerca de 150 organizações e núcleos pacifistas vindos de toda a Alemanha e ali reunidos sob o lema «Levantemo-nos pela paz». Simultaneamente, e apesar de ter sido convocada na véspera, decorreu em Berlim uma manifestação contra a

lizaram-se acções idênticas sob o lema «Não à guerra! Não à vingança!».

O porta-voz do movimento, Peter Strutinsky, depois de esclarecer que ao terrorismo não se pode responder com a guerra pois assim só se atingem mais pessoas inocentes, anunciou que nos próximos dias o Movimento da Paz irá desenvolver numerosas acções



A solidariedade com as vítimas do terrorismo, manifestada pelos povos de todo o mundo, não significa o aval à política belicista da Casa Branca

guerra em que participaram 5000 pessoas.

Sindicalistas, membros do PDS, dos Verdes, alunos e professores, emigrantes, todos se associaram espontaneamente contra a guerra. Mesmo a forte chuva não conseguiu afastar as pessoas daquela jornada. Em Munique, Düsseldorf, Bremen, Magdburgo, Postdam, Münster e noutras cidades rea-

em toda a Alemanha, que culminarão no dia 13 de Outubro com manifestações em todas as grandes cidades e com um grande comício em Berlim. Strutinsky prosseguiu afirmando que «é preciso impedir que ao brutal atentado terrorista de Nova Iorque e Washington se responda com uma guerra que ameaça mergulhar o século XXI num estado de guerra glo-

bal». O representante da organização dos «Médicos contra a guerra atómica» sublinhou que «a guerra é a forma máxima do terror».

O professor Werner Ruf, da Universidade de Kassel, salientou por seu lado que numa situação em que todos os sinais apontam para a guerra e em que a questão é apenas saber-se que espécie de guerra, «está assustado por o chanceler se apresentar como um fiel vassalo e apoiante incondicional dos EUA».

**Schröder
apresenta-se
como um fiel
vassalo dos EUA**

Norte-Vestefália (a maior da Alemanha), Palatinados e Schleswig-Holstein - já se pronunciaram contra a proposta de Fischer e do governo no sentido de a Bundeswehr poder vir a participar em acções militares de retaliação dos EUA

ou da NATO. Espera-se que outras organizações continuem a manifestar a sua oposição a decisões tão aventureiristas. Mesmo membros da direcção do partido que aprovaram a agressão contra a Jugoslávia recusam desta vez apoiar a intervenção de tropas alemãs no estrangeiro. Na manifestação realizada no sábado, em Münster, contra o terror e a ameaça de retaliação militar americana, destacavam-se as organizações dos Verdes e do PDS nos protestos contra a política do governo Schröder/Fischer. O dirigente da organização local dos social-democratas, Christoph Strässer, apoiante do apelo do movimento da Paz de Kassel, aponta a necessidade de fazer voltar o seu partido à razão defendendo a unidade de acção com os comunistas do DKP e com o PDS.

Crise nos Verdes

Desde a agressão contra a Jugoslávia que os Verdes se encontram numa crise profunda resultante da aliança militarista com a social-democracia e personalizada na dupla Schröder/Fischer. Reunidas em Congresso no último fim-de-semana, as federações de três estados - a Renânia do

Rambo colectivo

A imprensa alemã reage à intervenção agressiva de Bush no Congresso e às frases provocatórias do presidente americano com comentários apropriados. Para o *Der Spiegel* («Dez anos de guerra?»), «os EUA apontam a pistola ao peito: ou vocês estão ao nosso lado, anuncia o presidente Bush, ou estão contra nós». E mais adiante salienta que «numa encenação patética, Bush expõe ao *establishment* dos EUA reunido no Capitólio - governo, senado, câmara dos representantes, juízes e supremo tribunal - os fundamentos da cruzada mundial contra o terrorismo».

«O dia do ataque não foi indicado por Bush, mas pode-se imaginar pelo ultimato lançado ao «amaldiçoado regime dos Talibãs» que de certeza não será cumprido», conclui o jornal.

Sob o título «Rambo Colectivo», o *Junge Welt* constata que «Washington exclui todas as opções excepto a guerra. O discurso de Bush contém exigências - como a entrega de todos os membros da *Al Qaeda*, organização terrorista espalhada pelo mundo inteiro - que mesmo que Cabul quisesse nunca poderia cumprir. As exigências de Bush nem sequer dão ao Afeganistão a possibilidade de capitular. O estado multi-étnico tem de ser aniquilado. Depois da *afeganização* dos Balcãs segue-se a *balkanização* do Afeganistão».

Extrema-direita avança

O clima repressivo e de guerra criado pelos atentados de Nova Iorque e de Washington está a reforçar a extrema-direita. Nas últimas eleições realizadas no sábado em Hamburgo, o partido do juiz populista Schill, o Jorg Haider alemão, apresentou-se pela primeira vez tendo imediatamente obtido cerca de 20 por cento dos votos.

O SPD manteve-se com o segundo pior resultado de sempre (37 por cento) na cidade dos estivadores e dos estaleiros. A democracia-cristã perde também substancialmente

para a extrema-direita (menos cinco por cento).

Os Verdes sofreram no estado em que mantinham a maior votação mais uma derrota estrondosa, perdendo 5,5 por cento do seu eleitorado. Desde o apoio de Fischer à agressão da NATO contra a Jugoslávia que os ecologistas têm vindo a coleccionar derrotas eleitorais sucessivas. Comentadores e dirigentes dos Verdes já reconhecem que está em jogo a existência do partido e da própria coligação governamental.

Temos de estar atentos

O especialista de serviços secretos Michael Opperskalski, membro da redacção da revista *Geheim* (Secreto) e autor de numerosos estudos sobre os serviços de informação americanos, afirma no *Neues Deutschland*:

«Se, de facto, por detrás do atentado estivesse uma grande organização muito estruturada, há bastante tempo activa, então os serviços secretos já a teriam localizado. A CIA, o FBI e sobretudo o Mossad investiram meios incalculáveis na busca de organizações terroristas reais ou imaginárias.

«Hoje, fala-se muito de Pearl Harbour nos EUA. Já lá vão 60 anos. Entretanto, sabe-se que o antigo presidente Roosevelt tinha de estar informado do ataque japonês, o qual passou bem nos seus cálculos de preparação da opinião pública para a entrada dos EUA na guerra. Eu não excluo na situação actual que parte dos serviços secretos americanos e do complexo militar-industrial tivessem claras indicações sobre um tal atentado. Isso explicaria por que é que no dia seguinte a identidade dos

seus presumíveis autores já circulava nos meios de comunicação, isto é, por que é que se fecharam os olhos e os ouvidos - não por falta de previsão -, mas porque nalguns círculos isso cabia na grande declaração de guerra que agora se está a processar. Nós todos temos de estar atentos para que os EUA, por detrás do manto da surpresa e da procura dos culpados, não ataquem todos aqueles que, com razão e de uma forma politicamente sólida, se levantam contra o domínio americano mundial.»

Cisjordânia bloqueada Israel encerra fronteiras

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, mostra-se preocupado com a criação por parte do Exército israelita de uma «zona-tampão» no norte da Cisjordânia.

«A criação desta zona, ao longo da fronteira com Israel, forçará restrições adicionais aos movimentos dos palestinianos», declarou, segunda-feira, o porta-voz de Annan, Fred Eckhard.

Por seu lado, o Exército israelita afirma que as medidas, impostas aos palestinianos, foram tomadas para «neutralizar ataques terroristas» em Israel e impedir as «entradas ilegais» de trabalhadores palestinianos sem autorização. A zona proibida estende-se por 30 quilómetros a partir da localidade de Jenin até a de Tulkarem no Norte da Cisjordânia.

«É um acto unilateral e provocador, contrário aos

acordos firmados entre Israel e os palestinianos e que destruirá os esforços em curso para encontrar uma solução para a crise actual», continuou o porta-voz. Eckhard acrescentou ainda que as «legítimas preocupações de Israel» somente poderão ser satisfeitas como parte de um regulamento global de paz e que um encontro entre o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, e o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Shimon Peres, «seria um passo importante nessa direcção».

Javier Solana, Alto Representante da União Europeia para a política

externa, reafirmou a importância do encontro entre Peres e Arafat. «É importante que eles se encontrem e conversem um com o outro», afirmou Solana, que em nome da UE têm liderado os esforços da comunidade internacional para se chegar a um acordo de paz naquele conflito.

O encontro entre o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita e o presidente da Autoridade Palestiniana já foi adiado por várias vezes, tendo o último episódio sido marcado pela decisão do primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, de proibir o seu ministro de se reunir com o líder palestiniano.

Entretanto, Sharon e Peres reuniram-se para limar arestas surgidas entre ambos, depois de Peres ter ameaçado abandonar o governo se não lhe for permitido reunir-se com Arafat.

Reacção palestiniana

O chefe do Serviço Preventivo de Segurança da Autoridade Palestiniana na Cisjordânia, coronel Jibril Rayub, condenou duramente a decisão israelita de cancelar o encontro entre Peres e Arafat e a criação uma «zona-tampão» na Cisjordânia. Em declarações à imprensa, Rayub sublinhou que o cancelamento do encontro entre o chefe da diplomacia israelita e o líder palestiniano «deixa a descoberto o verdadeiro rosto de Israel, governado por um grupo terrorista responsável pelo derramamento de sangue dos dois povos».

Rayub, afirmou ainda que Sharon «não tem qualquer plano de paz», reafirmando que o primeiro-ministro de Israel está a preparar-se para a guerra e não quer avançar «um milímetro» para uma solução política.

NÃO à guerra

Registos

«Felizmente, Colin Powell não lê o Diário de Notícias e prefere recomendar a Sharon que não vire as costas à oferta de paz de Arafat.»

Miguel Sousa Tavares, Público, 21.09.01

«[Colin Powell] sabe que as impensáveis manifestações de ódio antiamericano (...) só pode ser enfrentado de duas formas: ou se arrasa à bomba todo o Islão ou se tenta perceber as razões profundas desse ódio, quais delas são justas e quais não têm justificação. Não sendo assim, de pouco serve apanhar Ben Laden e os seus grupos.»

idem ibidem

«Qualquer um de nós (...) não suportaria viver num país muçulmano ortodoxo. E muitos de nós, provavelmente, se fôssemos palestinianos nos territórios ocupados por Israel, seríamos terroristas.»

idem ibidem

«O ataque não teve a ver com o facto de os EUA serem um centro da civilização, teve a ver com a forma brutal e perversa como agem. Devíamos opor-nos à quem deixa a palavra civilização sair-lhe assim da boca.»

Noam Chomsky, teórico social e político norte-americano, ibidem

«Andámos 200 anos - no caso de Portugal mais séculos - a sustentar a ideia de que podemos fazer todas as atrocidades aos outros povos. Mas que eles não podem fazer o mesmo contra nós.»

idem, ibidem

«(...) Se os EUA retaliarem com violência cairão na armadilha diabólica que Ben Laden lhes preparou. Consideremos a forma como as pessoas reagiram, aqui, a esta atrocidade terrorista. Como irão as pessoas de lá reagir, se matarmos milhares e milhares de muçulmanos? (...) Temos de entender que além de estarmos a cometer um crime, estamos a mobilizar gente para Ben Laden - exactamente o que ele quer - e crimes maiores serão cometidos contra nós.»

idem, ibidem

«Impressiona 'não ter existido até agora qualquer demonstração cabal das provas que existem para apontar este ou aquele culpado. (...) Espero que surja essa demonstração o mais depressa possível.' (...) Porque, 'quando for encontrado, ele será o inimigo de todos nós.'»

Abdool Karim Vakil, presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, Independente, 21.09.01

«A paz (...) nunca interessou aos radicais do Islão nem aos do Ocidente. Eles são faces da mesma moeda e os seus interesses exprimem-se no comércio de armas e de droga, na manipulação política e na consolidação da lógica implacável do desespero e da loucura.»

Eduardo Dâmaso, Público, 22.09.01

«Quem se deixar cair apenas no vago, demagógico e suicida enunciado que os atentados requerem uma resposta de pura 'cavalaria' não deixará de estar a admitir o risco de atear o velho e trágico rastilho histórico de um conflito civilizacional entre o Oriente e o Ocidente.»

idem ibidem

«Uma retaliação militar em massa que não olhe a vítimas vai eliminar o fundamentalismo islâmico contra os seus governos de secular tradição corrupta, Israel e a cultura hegemónica do Ocidente?»

idem ibidem

«Deveríamos (...) perguntar-nos se a actuação dos EUA no mundo, tão à vista nesta administração Bush, poderá ser olhada, por quem quer que seja, como "democrática" ou como defensora da "liberdade".»

Isabel Allegro de Magalhães, professora catedrática, ibidem

«Perguntar-se-á (...) porque, na posse de todos estes dados (...), permitiram os EUA que o tenebroso líder terrorista tanto crescesse e tanto pudesse? (...) Terão sido, antes, os seus interesses geo-económicos que explicam a sua tolerância face ao frágil regime talibã?»

Ramalho Eanes, Diário de Notícias, 22.09.01

«Os Estados Unidos têm os maiores serviços de informação do Mundo. Se quiserem, sabem o que se está a passar na avenida à nossa retaguarda, metro a metro!»

Joaquim Chito Rodrigues, membro do Centro de Estudos Estratégicos Militares, Jornal de Notícias, 23.09.01

«Só a necessidade política de uma retaliação alimenta o sentimento de castigo e de justiça que, cada dia mais, cada vez mais gente sente ser, se não impossível, pelo menos difícil. Difícil sem que se cometam crimes tão hediondos como os que lhes deram origem.»

Fernando Martins, provedor dos leitores, ibidem

«Não omitimos os ultimatums de Bush, mas não silenciámos as vozes do Islão que clamam por provas, num julgamento internacional, justo.»

Idem, ibidem

Despedimentos na aviação

O despedimento de trabalhadores na indústria da aviação já ultrapassa os 100 mil, segundo os anúncios feitos nos últimos dias por companhias aéreas e construtores aeronáuticos.

A AMR, a maior empresa aérea do mundo, e proprietária da American Airlines e da Trans World Airlines, despediu 20 mil trabalhadores somando-se à lista de importantes companhias de aviação que estão a planear cortes profundos de pessoal, em função da grave crise que atingiu o sector com os atentados em Nova Iorque e Washington.

A empresa disse que os despedimentos foram motivados por uma redução de 20 por cento nos voos devido aos atentados que fecharam inúmeros aeroportos durante uma semana, «provocando uma sensível queda na compra de passagens aéreas». Dois dos aviões sequestrados, e lançados contra uma das torres do World Trade Center (WTC) e o Pentágono, eram da American Airlines.

A United Airlines, transportadora que viu também um dos seus aparelhos desviado e despenhado contra o WTC e outro a cair perto de Pittsburg, anunciou igualmente que vai colocar 20 mil trabalhadores no desemprego. «A companhia não têm outra escolha para preservar a sua viabilidade financeira e o seu funcionamento, face à redução dos voos e à incerteza que paira sobre o transporte aéreo», explica James Goodwin, presidente da empresa.

Por seu lado, a Continental anunciou o despedimento de 12 mil pessoas, a US Airways de 11 mil e a American West de 2 mil.

A Virgin, controlada pelo empresário Richard Branson e pela Singapore Airlines, suprimiu 1200 postos de trabalho e também a redução do número de voos.



O despedimento de trabalhadores na indústria da aviação já ultrapassa os 100 mil

No Reino Unido, a British Airways também vai seguir a tendência de redução de custos, tendo anunciado o despedimento de 7 mil trabalhadores, assim como a redução da frota de 20 aviões.

A Varig, a maior companhia aérea do Brasil, anunciou em comunicado que vai despedir 1700 trabalhadores, ou seja, 10 por cento dos seus quadros, além de reduzir operações e cortar investimentos.

Face aos anúncio dos cortes de despesas nas companhias aéreas e à redução das suas operações, o construtor aeronáutico norte-americano Boeing, anunciou que vai suprimir 30 mil postos de trabalho, até ao final do próximo ano. A Airbus, o rival europeu da Boeing, está a analisar cuidadosamente a situação mas prevê uma quebra nas encomendas.

Entretanto, a Casa Branca e o Congresso anunciaram,

sexta-feira, uma ajuda financeira de 15 mil milhões de dólares para o sector aéreo americano, de modo a tentar salvar a indústria de transporte aéreo, fortemente afectada após os atentados de 11 de Setembro nos EUA. Na Europa as transportadoras que integram a Associação de Empresas Europeias discutiram na passada semana com a comissão europeia dos transportes, Loyola Palácio, eventuais ajudas de emergência no sector.

Desemprego mundial

A crise da economia mundial está a fazer estragos um pouco por todo o lado, levando as empresas a fazer reduções drásticas no número de empregados.

Só nos últimos meses foram anunciados cerca de 350 mil despedimentos em todo o mundo e o sector mais afectado é o das novas tecnologias.

A Motorola e a Nortel Networks lideram o número de despedimentos, tendo, cada uma, uma lista com 30 mil nomes de trabalhadores. A Ericsson vai despedir 22 mil funcionários, a Siemens acrescenta mais 10 mil despedimentos e o gigante das telecomunicações inglesas, a British Telecom, vai despedir seis mil funcionários.

Na área das tecnologias de informação o cenário também não é nada animador. A Fujitsu anunciou o despedimento de 16 500 trabalhadores, na sua maioria funcionários com contrato a termo certo ou trabalhadores que receberão guia de marcha com reforma antecipada.

No total a JDS Uniphase, a Dell Computers, a HP, a IBM e a Philips planeiam despedir 41 500 trabalhadores.

Os analistas mostram-se agora mais pessimistas em relação à retoma da economia norte-americana e dizem que só para o ano se deverá assistir aos primeiros sintomas de melhoria da maior economia mundial e das restantes economias.

Europol alarga mandato

O alargamento do mandato da Europol (policia europeia) para combater os casos mais graves da criminalidade internacional é um dos temas da reunião de hoje, quinta-feira, em Bruxelas, do Conselho de Justiça e Assuntos Internos. Na sequência das manifestações registadas na recente Cimeira do G-8, em Nápoles, os ministros da Justiça e da Administração Interna da União Europeia, cuja reunião se estende até amanhã, sexta-feira, estudam também a atribuição à Europol de competências em matéria de segurança das reuniões dos Conselhos Europeus. A melhoria das fichas de trabalho para fins de análise policial e as formas de controlo parlamentar, judicial e administrativo da Europol fazem igualmente parte da agenda da reunião. As medidas de segurança têm em conta a crescente dimensão dos protestos por parte dos movimentos antiglobalização e estendem-se às manifestações «susceptíveis de ter um impacto comparável».

UE ajuda afegãos

A Comissão Europeia vai disponibilizar quatro milhões de euros para prestar ajuda humanitária de emergência às vítimas da crise no Afeganistão. As verbas destinam-se a enviar para a região equipas de especialistas, equipamentos de cozinha, tendas e cobertores, assim como para estabelecer redes de apoio logístico que permitam fazer face ao afluxo de refugiados afegãos que se deslocam para as fronteiras do país. As verbas serão canalizadas para a Cruz Vermelha Internacional e para duas agências da ONU que também trabalham em parceria com o Gabinete de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia (ECHO): o Alto Comissariado para os Refugiados e o Programa Alimentar Mundial.

Esquerda vence na Polónia

A Aliança de Esquerda Democrática, liderada por Lezek Miller, venceu as eleições legislativas na Polónia com 41,9 por cento dos votos, segundo os resultados provisórios conhecidos à hora de fecho desta edição. A Plataforma Cívica, agrupamento centro-liberal, terá obtido 12,4 por cento dos votos, o Partido Agrário, 10,1 por cento, os Conservadores da Lei e Justiça, 9 por cento e os eurocéticos da Liga das Famílias Polacas, 7,3 por cento. A confirmarem-se estes resultados, os dois partidos que governaram durante a última legislatura ficam fora do parlamento — a Acção Eleitoral Solidariedade da Direita, do primeiro-ministro Jerz Busec, que obteve 5,5 por cento, e a União da Liberdade, do ex-ministro da economia Leszeb Balcerowicz, 3,3 por cento.

NÃO à guerra

Os líderes europeus elegeram o combate ao terrorismo como «um objectivo prioritário da União Europeia e manifestaram-se dispostos a participar em acções desde que estas tenham «um alvo preciso».

No final da primeira cimeira extraordinária dos chefes de Estado e de Governo da União Europeia, realizada sexta-feira, 21, em Bruxelas, os Quinze comprometeram-se a «cooperar com os Estados Unidos para levar a julgamento e punir os autores, os responsáveis e os cúmplices» dos atentados em Nova Iorque e em Washington.

Evocando a resolução 1368 do Conselho de Segurança, a UE considera que «é legítima uma réplica americana», sublinhando que «os países membros estão dispostos a participar nessas acções, cada um na medida dos meios à sua disposição».

Com a ressalva de que as acções devem ter «um alvo preciso», os líderes europeus admitem a hipótese de essas acções poderem também ser dirigidas «contra os estados que ajudem, apoiem ou alberguem terroristas».

A Resolução 1368 do Conselho de Segurança reconhece o direito à autodefesa e incentiva todos os estados a agirem para levar perante a justiça os organizadores e cúmplices dos ataques contra os EUA e a combater todas as formas de terrorismo.

A integração de todos os países num sistema de maior desenvolvimento é condição para a luta contra o terrorismo.

Os Quinze deixaram ainda claro que uma intervenção deverá ser precedida de «de consultas estreitas com o conjunto dos estados membros da União Europeia».

Além disso, apelaram «a uma coligação global tão ampla quanto possível contra o terrorismo, sob a égide das Nações Unidas», na qual além da União Europeia e dos Estados Unidos, deverão par-

Quinze definem plano para a luta antiterrorista sob égide da ONU e aberto a todos os países

UE propõe coligação global

ticipar, «pelo menos, os países candidatos à adesão, a Federação da Rússia, os parceiros árabes e muçulmanos e qualquer outro país disposto a defender os nossos valores comuns».

Mandato europeu

O Conselho extraordinário deu igualmente o seu acordo à instauração do mandato de captura europeu, bem como à adopção de uma definição comum de terrorismo. O mandato de captura prevê a entrega directa de uma autoridade judiciária a outras das pessoas procuradas, ficando o Conselho de Justiça e Assuntos Internos encarregado de definir os termos precisos deste

acordo o mais tardar até ao início do próximo mês de Dezembro.

Com vista à identificação de «presumíveis terroristas na Europa», foi decidido constituir equipas de investigação comuns, devendo os estados membros partilhar com a Europol, «imediatamente e de forma sistemática, todos os dados úteis em matéria de terrorismo».

Na área da luta contra o financiamento, os Quinze pretendem adoptar nas próximas semanas «o alargamento da directiva sobre branqueamento de capitais e a decisão-quadro relativa ao congelamento de haveres», e aplicar medidas contra as «jurisdições e territórios não cooperantes».

Estabilizar conflitos

A luta contra os terrorismos irá passar ainda por uma «participação acrescida da União nos esforços enviados pela comunidade internacional para prevenir e estabilizar os conflitos regionais». Concretamente, as conclusões da cimeira sublinham que a UE «tudo fará para conduzir as partes envolvidas no conflito no Médio Oriente a uma concórdia duradoura, com base nas resoluções pertinentes das Nações Unidas».

Neste sentido, o documento faz depender a eficácia destas medidas do desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da operacionalidade, «o mais rapidamente possível», da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), que como se sabe inclui a criação do exército europeu.

Os Quinze concluem ainda que «a integração de todos os países num sistema mundial equitativo de segurança, prosperidade e melhor desenvolvimento é condição para uma comunidade forte e duradoura na luta contra o terrorismo».

Um apelo ao diálogo e à negociação é por fim lançado à comunidade internacional no sentido de «edificar aquém e além das nossas fronteiras um mundo de paz, de direito e de tolerância», ao mesmo tempo que se salienta «a necessidade de combater toda e qualquer identificação do terrorismo com o mundo árabe e muçulmano».



A União Europeia quer que a comunidade internacional envide mais esforços para prevenir e estabilizar os conflitos regionais

A América dividida

● André Levy
em Nova Iorque

Nos EUA, vêem-se inúmeras bandeiras nacionais por toda a parte. Nas frentes de casas, montras, carros. No actual clima de guerra é difícil não sentir um tremor ao ver esse símbolo de imperialismo em tão grande abundância. Mas nos dias que correm este é um símbolo de múltiplas mensagens. Certamente que é uma parte da preparação para a «guerra contra o mal», uma demonstração de força. Mas para muitos é simplesmente uma expressão de luto, uma rejeição de terrorismo, uma contribuição para uma paisagem de unidade consoladora. O governo de Bush reclama a existência de grande unidade nacional. Mas a unidade jaz em torno da necessidade de travar organizações terroristas e futuros ataques. Quantos aos meios a serem usados existem uma diversidade de opiniões, pressinto que mesmo dentro do gabinete presidencial. Segundo sondagem da agência Gallup, 54% de norte-americanos são favoráveis a um ataque militar, 26% pensam que tais ataques possam ser contra alvos militares e civis. Mas estes números também indicam a existência de uma fracção considerável que encara a retaliação militar com hesitação e receio, preferindo opções diplomáticas, de congelamento das fontes de apoio financeiro, etc. É significativo que a voz belicista seja particularmente fraca na cidade de Nova Iorque, que sofreu cerca de 6500 mortos e inestimáveis danos materiais. O parque de Union Square em Manhattan está transformado num santuário de luto com fotografias dos desaparecidos (afixadas por familiares e amigos por toda a cidade) e numa vigília permanente pela paz.

Crimes de ódio

A raiva contra os ataques terroristas de 11 de Setembro continua grande e têm-se manifestado num

crescente número de actos de discriminação e intimidação, e em «crimes de ódio» domésticos contra a comunidade islâmica. Montras partidas, ataques a mesquitas, e ataques de humilhação de físicos, incluindo pelos menos dois homicídios que terão sido motivados por racismo ignóbil. Em resposta, algumas comunidades organizam sessões de esclarecimento sobre o Islão, acções de solidariedade, redes de acompanhantes para que as mulheres islâmicas possam sentir alguma segurança quando saem à rua.

Os governantes têm feito questão de serem acompanhados por membros da comunidade islâmica, de visitarem mesquitas, e frisam nos seus discursos que o inimigo não é esta comunidade, que o islão é uma religião de paz.

Mas a investigação massiva lançada pelo governo tem como único alvo a comunidade islâmica, e recebe do Congresso poderes adicionais de vigilância e inclusive de recrutamento de informadores de passado violento. A administração Bush considera abandonar a proibição de assassinato de líderes estrangeiros e prepara leis que permitam a detenção e deportação de sujeitos com base em mera acusação de associação com grupos terroristas. As vozes mais moderadas, que rejeitam o uso de retaliação militar ou simplesmente temem que seja contraproducente, têm pouco eco nas esferas do governo. Apenas um membro da Casa de Representantes (Rep. Barbara Lee, da Califórnia) votou contra a autorização de uso de forças militares na campanha contra o terrorismo. Poucos políticos desejam ser vistos como não apoiando o presidente, resultando numa quase unanimidade no Congresso. Decretos sobre os quais havia considerável debate são (e esperam vir a ser) aprovados sem dificuldades, incluindo a aprovação de fundos para o escudo de defesa militar. A nomeação do

John Negroponte (1) para embaixador às Nações Unidas, que se previa controversa, passou no Senado quase sem ser notada pelos *media*.

O capital aproveita crise

O capital aproveita os poderes inflacionados dos seus representantes e o receio de uma recessão económica para exigir cortes fiscais. A indústria de tráfego aéreo, um sector suposto exemplar do sucesso da desregulação económica, recebe 15 mil milhões de dólares de apoio federal, ainda que seja pouco claro que as suas presentes dificuldades não sejam mais do que um ligeiro agravamento da crise que já vinha sofrendo. Associadas a esta injeção financeira não vêm nenhuma exigências de maior investimento em segurança. O governo planeia introduzir agentes federais armados em cada voo. Mas o pessoal de segurança dos aeroportos, os que manejam as máquinas de raio-X, sendo pagos pelas linhas áreas, recebem salário mínimo e mínima formação e controlo de qualidade. Não será surpresa se a substituição anual de trabalhadores («turnover») nestes postos de trabalho for superior a 100 por cento. Entretanto, as forças militares são mobilizadas para a região em torno do Afeganistão. Cidadãos fogem das cidades, temendo ataques, e as organizações humanitárias, que ajudavam um povo que sofre uma seca de três anos e uma crise alimentar que ameaça afectar um quarto da população, fogem do país. A mera menção de ataques já tem efeitos devastadores.

(1) Negroponte foi embaixador dos EUA nas Honduras entre 1981-85, tendo apoiado a ditadura assassina do General Álvarez e ajudado a organizar os contra que combatiam o governo sandinista na Nicarágua.

António Filipe considera que este foi o pior mandato desde que a Amadora é concelho e confia nas equipas da CDU

A única alternativa credível

O candidato António Filipe e Carlos Carvalhas falaram a uma só voz nas acusações feitas à maioria socialista na autarquia de fazer publicidade enganosa, «confundindo» informação aos munícipes com propaganda política.

Lembrando as «promessas» feitas pelo Partido Socialista há quatro anos, António Filipe enumerou – no passado sábado, na festa popular realizada na Damaia para apresentação das listas aos órgãos municipais – um conjunto de compromissos que o PS não cumpriu: «não há túnel no

O PS volta a prometer nestas eleições o que já prometeu e não cumpriu

estes que merecem de António Filipe três observações: a primeira para referir o desperdício de dinheiros públicos; a segunda para assinalar que servem, ao contrário do que seria de esperar, para assinalar o que não se fez e se promete que se vai fazer no futuro; uma terceira para

acusar a autarquia de os usar para propaganda partidária.

O candidato referiu ainda que a publicidade do PS/Câmara Municipal dá grande relevo à questão da segurança, aliando-a à criação da Polícia Municipal, que, para além de estar – por lei – impedida de ter funções de segurança, mas apenas de fiscalização, possui apenas nove viaturas e oito agentes. Outra das mentiras da autarquia prende-se com o estacionamento. Enquanto a maioria



António Filipe acusou a Câmara de usar meios de informação municipais para propaganda partidária

municipal afirma ter criado 3500 novos lugares de estacionamento – no Largo André Nunes e no Parque Central, afirmam os cartazes municipais – que, na verdade, «ainda nem usa pazada de terra tiveram».

Para António Filipe, a mais escandalosa das falsidades divulgadas prendem-se com a questão dos realojamentos. Ao contrário do divulgado pela edilidade, os realojamentos não avançam, apesar de estarem prontos, há dois

anos, centenas de fogos, pelo que «o pesadelo das barracas continua».

Neste mandato, considerado por António Filipe como o pior desde 1979, aquando da elevação da Amadora a concelho, também se procedeu ao fim do «melhor torneio internacional de hóquei juvenil», ao fim da Amascultura – com grandes responsabilidades da gestão de Joaquim Raposo e do PS – e à degradação dos espaços culturais e desportivos.

Críticas secundadas

Depois de António Filipe prometer que, ao contrário do que fez o PS com a aprovação de uma urbanização que favorece – ilegalmente – o ex-mandatário de candidatura de Joaquim Raposo, com a CDU, não haverá qualquer tipo de favorecimentos em prejuízo da população da Amadora, foi a vez do secretário-geral do PCP afirmar que, se a CDU vencer as eleições no concelho, todas

as irregularidades cometidas pelo PS neste mandato virão ao de cima.

Carlos Carvalhas prosseguiu a sua intervenção, lembrando que o que foi contado pelo candidato acerca do partido do Governo, é extensível a todo o território nacional, onde este partido faz, em vários concelhos, alianças com o CDS-PP e, em Montemor, não se apresenta às eleições, «escondendo-se atrás de uma lista de independentes para roubar a Câmara à CDU». O secretário-geral lembrou ainda que o PS, no Governo, ordenou uma inspeção à Câmara Municipal... de Loures, deixando de fora a Amadora onde os «fumos da corrupção já não saem só pela chaminé, mas também pelas portas e janelas».

Carlos Carvalhas não deixou de se referir ao «momento particularmente incerto e perigoso» que se vive, reforçando o apelo, já deixado pelo PCP em diversas ocasiões, de se evitar a morte de mais inocentes, pois não é assim que se faz justiça, que não é o mesmo que vingança.

Santarém

Luísa Mesquita substitui Vicente Batalha

A deputada comunista Luísa Mesquita, candidata à Assembleia Municipal de Santarém até ao dia 21 de Setembro, será candidata da CDU à Câmara Municipal, substituindo Vicente Batalha. O anúncio foi feito em conferência de imprensa, em que esteve presente o próprio Vicente Batalha – vereador na autarquia desde 1998 e eleito presidente da Junta de Freguesia de Pernes em 1989 e 1993 – que alegou motivos de saúde para a sua desistência de uma candidatura que caracterizou como «uma candidatura da CDU para o concelho, mas de transformação e projecção de uma candidatura com a cidade e o concelho». Na sequência desta alteração, e como Luísa Mesquita era cabeça de lista à Assembleia Municipal, a CDU aproveitou também a



Luísa Mesquita

ocasião para apresentar o advogado Madeira Lopes, membro da ID, como o novo cabeça de lista ao órgão deliberativo municipal.

Luísa Mesquita tem 52 anos e é professora na área de literatura. Deputada à Assembleia da República, é vice-presidente da Comissão de Ciência e Cultura, e mem-

bro das comissões de Saúde e Toxicodpendência e do Património, sendo também parte da União Internacional Parlamentar e da Comissão de Defesa do Ensino da Língua Portuguesa no Mundo.

Na sua intervenção, a candidata reafirmou à população do concelho «todos os objectivos enunciados em Maio último, aquando da apresentação das candidaturas à Câmara e Assembleia Municipal», propondo aos escalabitano «um espaço de reflexão, de intercâmbio de opiniões e de aprofundamento de avaliação de propostas na área do ordenamento do território e do património natural e construído».

Assumindo que a CDU tem um projecto autárquico diferente, Luísa Mesquita chamou a atenção para a «crescente e abusiva utilização por parte do Governo dos meios

do aparelho de Estado ao serviço dos objectivos eleitorais do Partido Socialista», bem como para os comportamentos do Governador Civil ou para a «canalização de investimentos e a agenda de obras e inaugurações de acordo com prioridades partidárias».

Acusando a maioria socialista de ter «tirado da cartola» obras que preparam «um cenário de azáfama nunca visto durante quatro anos», a deputada do PCP entende que «ou havia dinheiro e se optou por sacrificar o concelho durante três anos, protelando todas as obras para 2001, por razões meramente eleitorais, ou, pelas mesmas razões, a maioria socialista optou pelo endividamento da autarquia, resolvendo dar respostas de qualquer forma a problemas que, de forma planificada, atempada e oportuna se recusou a resolver».

Odivelas

Disponibilidade para agir

Por proposta de Natália Santos, da CDU, a Comissão Instaladora do Município de Odivelas aprovou por unanimidade, na reunião de 19 de Setembro, uma proposta no sentido de serem inscritas, no PIDDAC do próximo ano, as verbas «necessárias e suficientes» para a construção e/ou elaboração dos respectivos projectos – conforme a fase em que se encontrem – dos centros de saúde de Odivelas, Póvoa de Santo Adrião, Pontinha, Olival Basto e Ramada.

A Comissão Instaladora manifesta, entretanto, a sua disponibilidade para lançar os concursos de empreitada de obras públicas para os centros de saúde de Odivelas e da Póvoa de St. Adrião, desde que seja garantida a totalidade dos meios financeiros necessários, por parte da Administração Central.

A mesma disponibilidade é manifestada no sentido de assegurar a construção dos Centros da Pontinha, Olival Basto e Ramada, «caso se mantenha a incapacidade de concretização do Ministério da Saúde, devendo, porém, em relação ao centro da Pontinha, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo resolver de uma vez por todas o problema do terreno já indicado pela Assembleia Distrital de Lisboa para a sua implantação».

De acordo com a proposta da vogal da CDU, foi, ainda, acordado, «sem prejuízo» da concretização das decisões anteriores, solicitar à ARSLVT e ao Ministério da Saúde, tendo em conta a nova realidade administrativa, a reorganização da Administração da Saúde no território do concelho de Odivelas.

Relativamente ao Orçamento de Estado, os vogais da CDU, Natália Santos e Francisco Pereira, apresentaram uma moção com uma série de propostas também a incluir no PIDDAC 2002, no domínio das acessibilidades, da segurança, da saúde, da educação e desporto, da recuperação e legalização das áreas urbanas de génese ilegal e da criação do município de Odivelas.

Entretanto, a Comissão Liquidatária do Movimento de Odivelas a Concelho (MOC) decidiu reunir toda a documentação resultante da actividade do Movimento até à data da sua extinção e fazer entrega aos primeiros órgãos municipais democraticamente eleitos de todo o espólio existente. Um espólio que – diz o MOC –, independentemente do seu valor material, tem «um elevado valor simbólico e histórico».

Oeiras

Proteger o pouco que sobra

«O património ambiental e paisagístico da Zona Ribeirinha de Oeiras não pode ser sacrificado a uma política de vistas curtas, apostada em rentabilizar o seu inestimável valor com projectos urbanísticos especulativos.» Esta foi uma das principais conclusões do debate realizado no passado dia 20 de Setembro em Algés, subordinado ao tema da orla ribeirinha, que contou com a presença de Arnaldo Pereira, candidato à presidência da Câmara de Oeiras, Isabel Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», e Jorge Cordeiro, da Comissão Política do PCP.

Embora o «Programa de Referência» – elaborado por uma comissão nomeada pela CMO – preveja a «apropriação e fruição generalizadas das margens do rio, integrando-as harmoniosamente no espaço urbano envolvente, mediante um ordenamento que tenha em linha de conta as indispensáveis com-

plementaridades e articulações, a equacionar no âmbito da AML», a CDU teme que os princípios sejam desvirtuados aquando da sua aplicação, assumindo que «vários indícios apontam nesse sentido», nomeadamente a ausência de debate sobre o assunto. Rejeitando à partida qualquer construção de unidades hoteleiras na área das Fontainhas – um dos poucos espaços ribeirinhos «que ainda não foram invadidos pelo betão» –, a CDU considera-se preocupada com o futuro da zona, «reservada» para este fim desde 1994. A zona de Algés/Cruz Quebrada também merece preocupação dos membros da coligação, visto as soluções apresentadas «serem fortemente lesivas da qualidade de vida dos residentes das freguesias mais directamente abrangidas ou daqueles que as procuram como espaço de lazer e desporto».

CDU defende criação de autarquias metropolitanas

Articular políticas regionais

Carlos Carvalhas esteve presente numa reunião com os candidatos da CDU às câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa e confirmou a intenção da coligação de se afirmar como força essencial nesta área, contribuindo decisivamente para a sua humanização.

Dotar a Área Metropolitana de Lisboa de «uma instituição autárquica com poderes e meios efectivos capazes de assegurar a articulação de políticas regionais ao nível do planeamento e do ordenamento, dos equipamentos de natureza regional, dos transportes e das acessibilidades, da requalificação ambiental, do desenvolvimento turístico» foi o principal objectivo apresentado na reunião dos candidatos às autarquias da AML pelo secretário-geral do PCP, que assinalou, porém, que a contribuição desta futura instituição autárquica metropolitana «será tão mais bem sucedida quanto vier a ser acompanhada de uma efectiva descentralização regional capaz de assegurar o reequilíbrio e estancar o crescimento das assimetrias regionais que, uma vez mais, os censos de 2001 vieram pôr em evidência».

A habitação, a segurança ou a rede viária são atribuições do Governo

Carlos Carvalhas deu conta que o PCP apresentou nos últimos dias iniciativas legislativas visando o reforço dos poderes e meios da instituição metropolitana, a criação da autoridade metropolitana de transportes e o alargamento do passe social intermodal a toda a região, «afirmando-o como título de transporte necessário ao favorecimento do uso do transporte público».

Considerando que a região enfrenta grandes problemas – com implicações na vida de mais de um quarto da população nacional – que decorrem, muitos deles, da situação nacional, Carvalhas afirmou que estes problemas seriam maiores se não fosse a contribuição dada pelas autarquias geridas pela CDU para «humanizar as condições de vida, elevar a oferta sociocultural, construir cidades a partir de subúrbios mal equipados», pelo que a

coligação não cairá na «demagógica acusação às autarquias geridas por outros pela situação vivida na área metropolitana, como o PS despididamente ensaiou nas eleições de 97», pois cabe ao PS, mas no Governo, a responsabilidade pela segurança, fomento da habitação e recuperação do parque habitacional e os grandes eixos viários, por exemplo.

Novos poderes para a AML

Antes do secretário-geral do PCP tomar da palavra, já Carlos Maurício tinha apresentado a «Declaração sobre a Área Metropolitana de Lisboa», que prevê que essa autarquia metropolitana – prevista na Constituição – seja «dotada de legitimidade democrática, por meio da eleição directa e universal dos seus órgãos, da cabal definição das suas atribuições e das correspondentes competências para o seu exercício e da dotação dos meios humanos, técnicos e financeiros indispensáveis à execução das tarefas a levar a cabo».

A CDU defende ainda que a futura AML – com as suas novas, e desejadas, atribuições – tenha como principais

atribuições áreas de intervenção como o ordenamento do território, a mobilidade dos cidadãos e o desenvolvimento turístico.

Para além disto, a CDU considera fundamental o avanço de projectos prioritários, a cargo do Poder Central, como a conclusão da CRIL e da CRIPS, e construção da terceira ponte sobre o Tejo – Chelas/Barreiro – em articulação com a rede rodoviária e ferroviária, a construção do Metro Sul do Tejo e a criação de condições para a sua chegada à Costa de Caparica e aos concelhos de Alcochete, Montijo e Moita e a dotação da AML de equipamentos, há muito prometidos, nas áreas da saúde, segurança, ensino e ambiente.

Os censos 2001 confirmaram a AML como o mais importante aglomerado urbano do País. Contando com cerca de 25,8 por cento da população portuguesa, a AML cresceu nos últimos dez anos, ao nível da população, cerca de 4,8 por cento, tendo o número de famílias crescido 17,7. O significativo aumento do número de alojamentos construídos – com um aumento de 19 por cento – provoca a existência de mais de 270 mil alojamentos do que famílias.



A apresentação de medidas legislativas que reforçam os poderes da AML foram anunciadas por Carlos Carvalhas

Setúbal

Sede inaugurada

Foi inaugurada na passada quarta-feira, dia 19, a sede de candidatura da CDU no concelho de Setúbal, perante a presença de cerca de 500 pessoas.

Carlos de Sousa, candidato à presidência da autarquia, esteve presente e mostrou-se confiante na vitória nas eleições de 16 de Dezembro. «No entanto, para conseguirmos alcançar este objectivo, vamos ter que continuar a trabalhar intensamente, no mesmo estilo que temos trabalhado até agora», disse o candidato que referiu ainda que, após ter realizado mais de 50 reuniões com agentes económicos, sociais e culturais, sentiu que a população do concelho de Setúbal tem um grande desejo de mudança. Através destas reuniões, o candidato revelou que ficou a conhecer ainda melhor a realidade e os problemas do concelho, sobretudo problemas ambientais, como os esgotos a céu aberto nas freguesias de Azeitão, as lixeiras e os espaços públicos degradados na freguesia da Anunciada, e também no Bairro 2 de Abril e Bairro da Bela Vista, entre outros.

«Setúbal é um dos pólos urbanos mais importantes do distrito e da Área Metropolitana de Lisboa e pode ser um elemento de charneira entre o Alentejo e Lisboa», afirmou Carlos de Sousa, que realçou que o concelho ao qual se candidata «tem duas maravilhas ambientais, o Parque Natural da Arrábida e o rio Sado, com o seu estuário, mas tem também uma grande infra-estrutura que é do concelho, mas que é, também, da região – o Porto de Setúbal». Por isso, considera que o primeiro desafio a colocar em caso de vitória para a Câmara de Setúbal é a «compatibilização entre desenvolvimento económico, que muito se faz ligado ao porto, e o aproveitamento das riquezas naturais da Arrábida e do Sado». O candidato garantiu ainda que uma das iniciativas que pensa iniciar logo no primeiro ano do mandato são as chamadas «autarquias participadas», que consistem em reuniões com a população, com os agentes económicos, sociais e culturais, com o objectivo de discutir todos os problemas que interessam a Setúbal. Carlos Sousa finalizou a sua intervenção, assumindo-se como o candidato de todos quantos querem mudar Setúbal, de «todos aqueles que estão contra a forma como este concelho tem sido gerido nestes últimos 16 anos».

Luísa Araújo, da Comissão Política, afirmou que a CDU encontra-se no Poder Local para trabalhar e assumir a «política como intervenção necessária à resolução dos problemas dos trabalhadores, de todos os sectores sociais, à resolução dos problemas das populações». A dirigente comunista avisou de que «não serve Setúbal uma maioria política que quer impor uma lei eleitoral que limita a participação democrática dos cidadãos nas autarquias», mas que precisa, sim, de «autarquias que estejam ao lado das populações, que informem, que estimulem o espírito crítico e reivindicativo dos cidadãos», considerando que a CDU é o projecto que Setúbal precisa.

Porto

CDU defende cooperação entre municípios

As candidaturas da CDU aos concelhos do Porto e Matosinhos consideraram necessária a criação de laços «efectivos de cooperação entre os dois municípios que permitam que as fronteiras administrativas não sejam barreiras de separação física entre os dois concelhos» e comprometeram-se a trabalhar para a «articulação entre os instrumentos de planeamento urbanístico dos dois concelhos».

Esta posição foi assumida numa conferência de imprensa das duas candidaturas realizada no passado domingo, em que participaram quatro candidatos às câmaras e assembleias – Rui Sá, Honório Novo, Emídio Ribeiro e João Avelino Pereira.

Esta falta de coordenação entre municípios vizinhos tem consequências graves. Exemplo disso é o Plano Matosinhos Sul, que criará um núcleo habitacional de 15 mil habitantes, «o que visivelmente agravará, designadamente nas horas de ponta, as condições de circulação entre as duas cidades e, consequentemente, fará aumentar as pressões para a construção de uma via de comunicação entre a Avenida Afonso Henriques, em Matosinhos, e a futura



A Junta Metropolitana do Porto nunca funcionou porque foi utilizada para palco de exibição de protagonismos políticos

Avenida Nun'Álvares, projectada para o Porto, atravessando e destruindo o Parque da Cidade do Porto». Outro dos exemplos é a construção do Norte Shopping em Matosinhos, junto à cidade do Porto, sem que tenham sido construídos em simultâneo os acessos do lado do Porto, «situação que origina a existência de um viaduto inacabado e constantes congestionamentos numa das principais vias de comunicação entre os dois municípios e de acesso a infra-estruturas fundamentais», como o Hospital Pedro Hispano, o Porto de Leixões

ou o Aeroporto de Pedras Rubras.

A Coligação Democrática Unitária entende que a «criação da Área Metropolitana do Porto e a institucionalização dos seus organismos de gestão – Junta e Assembleia Metropolitanas – embora correspondesse a uma medida incipiente de descentralização administrativa, poderia ter permitido a implementação de políticas metropolitanas de concertação, designadamente ao nível urbanístico e de transportes», o que nunca sucedeu devido ao facto da Junta Metropolitana do Porto ter

sido utilizada por PS e PSD «para palco de exibição de protagonismos políticos e pessoais que, objectivamente, não contribuem para o desenvolvimento da região».

Assim, as duas candidaturas da CDU têm a opinião de que «a concretização do preceito constitucional de criação das Regiões Administrativas será fundamental para a implementação de políticas regionais que, não pondo em causa a autonomia dos municípios, podem contribuir para um desenvolvimento integrado e harmonioso dos grandes aglomerados urbanos».

CDU acusa PS de querer desviar a atenção da população dos projectos autárquicos, fazendo uma campanha ofensiva e intolerante

Haja dignidade

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Barreiro abandonaram a sessão por «motivos» que nada têm a ver com o funcionamento ou competências deste órgão. A CDU considera que tal acção «traduz uma deplorável manifestação de intolerância democrática».

Em conferência de imprensa realizada anteontem, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal do Barreiro consideram que o acto do PS «constitui uma ofensa à Assembleia Municipal, enquanto órgão autárquico representativo da população do Barreiro, e um desrespeito pela vontade dos cidadãos que os elegeram como seus representantes na vida autárquica».

Os deputados municipais da CDU lembraram que «as forças partidárias representadas na AM tinham decidido reservar parte do período de antes da ordem do dia para produzirem declarações políticas – figura regimental à qual se atribui particular dignidade – face à proximidade do final do mandato e das próximas eleições autárquicas». Outra opinião terá o representante do PS na Assembleia – e candidato à presidência da autarquia – que produziu a declaração política em nome do PS, na qual «invocou

O PS procura criar factos que desviem a atenção da população

a existência de um cenário apocalíptico de destruição da sua propaganda eleitoral para justificar o abandono da sessão por parte dos seus eleitos, bem como dos vereadores do PS presentes, eliminando qualquer possibilidade de diálogo com os restantes mem-

bros». Ao agir desta forma, o Partido Socialista recusou ouvir as declarações dos restantes partidos com representação na Assembleia e afrontou, igualmente, a «dignidade do senhor presidente da Câmara Municipal do Barreiro, que viu a audição do seu discurso de despedida à Assembleia Municipal limitada aos membros da CDU e do PSD».

A veracidade dos factos invocados pelo PS para «justificar» esta atitude está por provar e espera-se que a «necessidade da sua confirmação não conduza a algum acto irresponsável e impróprio por parte daqueles que reclamam o



Faixas com mensagens «que cheiram a conversa fascista» foram colocadas pelos socialistas no Barreiro (foto de Guta de Carvalho)

exclusivo do comportamento democrático».

Propagandas...

«Independentemente da veracidade, ou não, dos factos relatados pelo PS, foram claras as insinuações deixadas quanto àqueles que pretendeu atingir», considera a CDU que entende, porém, que lhes faltou a «coragem política para tornar clara e frontal a acusação, mas não foram avaros no processo de intenções». Os

eleitos da coligação sabem que a «destruição de propaganda partidária é um fenómeno que subsiste na nossa sociedade, como noutras em que a democracia está implantada há muito mais tempo» e que esta tanto pode ter origem em actos de puro vandalismo – que se estendem até aos equipamentos públicos – como em motivações políticas assumindo, neste caso, maior gravidade «porque configura um atentado contra a liberdade de livre expressão». O Barreiro não é, obviamente, excepção, ao con-

trário do que considera o representante do PS, que exclamou a plenos pulmões que «o Barreiro ainda não é uma terra livre». Esta afirmação valeu da CDU o comentário de que de forma alguma os seus eleitos «poderiam confundir a população do Barreiro com aqueles que também inutilizam a sua propaganda política ou que inscrevem em paredes, por todo o concelho, «comunidades fora do Barreiro»».

«Já é tempo das campanhas eleitorais decorrerem com o máximo de civismo e tolerância

democrática, de forma a que a disputa eleitoral se centre nas propostas e objectivos de cada força política concorrente e não em factores que desviem a atenção dos cidadãos do que realmente está em jogo», afirmam os eleitos da coligação, que acusam o PS de não quererem seguir este caminho, acusação esta baseada, quer nos acontecimentos do passado dia 24 quer nas faixas colocadas no início da pré-campanha, com «mensagens que cheiram a conversa fascista» e que são disso indícios claros.

Pombal

Romper com a bipolarização

«A CDU apresenta-se às eleições autárquicas do dia 16 de Dezembro deste ano com uma equipa jovem e dinâmica, empenhada em lutar com determinação na defesa dos interesses de todos os munícipes, e capaz de levar à prática um projecto de desenvolvimento sustentado para o concelho de Pombal.» Este foi um dos grandes compromissos assumidos por Adérito Araújo, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Pombal.

Com o objectivo de eleger o maior número de elementos possível, a candidatura da CDU assume-se como uma «prova da vitalidade da democracia», rompendo coma a lógica da bipolarização, «consubstanciada no constante apelo ao erradamente designado «voto útil»», que tem contribuído para o desinteresse dos cidadãos pelo exercício da democracia.

Por outro lado, o candidato afirmou a CDU «como a única alternativa ao modelo de gestão autárquica protagonizado pelo PSD e pelo PS ao longo de sucessivos mandatos, cuja ineficácia não permitiu resolver muitos dos graves problemas do nosso concelho», pois a CDU distingue-se das outras forças pelos seus valores e conduta que «nos fazem estar na política com o fim único de servir a causa pública», asse-

gurando um trabalho com as populações e assegurando-lhes o «envolvimento efectivo» na definição das principais opções da política autárquica, através da máxima descentralização de poderes.

As prioridades da CDU para o próximo mandato passam pelo saneamento básico, que apenas abrange 30 por cento do concelho, e pela distribuição de água ao domicílio, que não chega a todas as localidades. A revisão do PDM, que se tem revelado um autêntico «colete de forças» ao desenvolvimento, é também necessária, visto que a actual falta de planeamento «favorece a especulação imobiliária selvagem que faz com que a habitação e os terrenos para construção atinjam preços proibitivos».

Face a isto, a CDU aponta como prioridades para o próximo mandato a construção de redes de saneamento básico, o alargamento da rede de distribuição domiciliária de água, a alteração do PDM, a constituição de bolsas de terrenos para ceder a preços não especulativos, e a construção de habitação a preços controlados, quer para arrendamento social quer para venda a preços acessíveis.

No final, Adérito Araújo deixou um apelo a todos os apoiantes da CDU que são

diariamente assediados por outras forças para que votem «útil». O apelo recorda as palavras do poeta, que nasceu à cem anos, José Régio, no seu «Cântico Negro», e que dizem: «Vem por aqui, dizem-me alguns com olhos doces/ Estendendo-me os braços, e seguros/ De que seria bom que eu os ouvisse/ quando me dizem «vem por aqui» (...) Não, não vou por aí! Só vou por onde/ Me levam meus próprios passos...»

Paredes

Candidato à Assembleia apresentado

A CDU apresentou anteontem o seu candidato à Assembleia Municipal de Paredes, Juvilte Madureira. Operário ferroviário e membro da Direcção do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, Juvilte Madureira tem, também, grande experiência autárquica, nomeadamente na freguesia de Recarei, onde é eleito na Assembleia de Freguesia.

A CDU aproveitou o anúncio da candidatura para, numa conferência de imprensa, denunciar as atitudes eleitoralistas das candidaturas do PSD e do PS. Segundo o candidato à Câmara Municipal pela CDU, Cristiano Ribeiro, «a actual gestão camarária por parte do PSD e centralizada na figura de Granja da Fonseca, é arrogante e conflituosa, exercida sob os lemas do

«quero, posso e mando» e do «quem não é por mim é contra mim». Quanto ao candidato do PS, Artur Penedos, Cristiano Ribeiro entende que este se assume, «ironicamente, como ambivalente – suficientemente próximo do poder central para poder influenciar a distribuição de verbas para as colectividades, para o qual acena ao eleitorado com o saco azul partidário, e suficientemente distante do poder central para dar a face de independente perante as atitudes e opções desse mesmo poder, muitas vezes lesivas das populações».

A «indecorosa competição» entre os candidatos do PS e do PSD não contribui em nada para a apresentação de soluções para os problemas das localidades, como por exemplo a saúde, o saneamento básico ou a qualidade da água.

A contrastar com esta forma de estar na política, a candidatura da CDU deu conta da apresentação de vários requerimentos pelo grupo parlamentar do PCP, sobre matérias tão importantes como a construção de unidades de saúde, a melhoria das condições de transporte de mercadorias, entre outras.

Cartaxo

Envolver a população

A CDU do Cartaxo apresentou, no passado dia 21, os seus cabeças de lista aos órgãos autárquicos do concelho – Câmara Municipal, Assembleia Municipal e assembleias das freguesias do Cartaxo, Lapa, Pontével e Valada.

Rogério Mendes Coito, independente de 64 anos, aposentado da RDP, é o candidato à Assembleia Municipal. Para a Câmara, a CDU decidiu candidatar Délio Modesto Pereira, electricista de 56 anos e membro do PCP, que afirmou que a CDU tem provas dadas, tanto em minoria como em maioria, bastando olhar para alguns concelhos «aqui bem perto e para a nossa acção aqui no Cartaxo». Como principais necessidades do concelho, o candidato assinalou a fixação da juventude na terra, a atracção de indústria e a criação de infraestruturas e acessibilidades, como a variante para Aveiras e o nó para a A1.

Outra das causas que o candidato à presidência da Câmara assumiu foi a promoção e apoio ao pequeno e médio comércio tradicional, bem como à indústria e à agricultura, pois «não podemos permitir a descaracterização social do nosso concelho». O apoio às colectividades do concelho, promovendo a educação, a cultura e o desporto foi também um compromisso assumido por Délio Pereira, que afirmou que o «investimento também tem que ser feito nas gentes do Cartaxo».

A revisão do PDM – envolvendo a população e os agentes do concelho – e a «promoção da participação de todos na vida, nas grandes opções do presente e do futuro» foram as restantes causas assumidas pela coligação nesta fase em que, não se estando para já a apresentar quaisquer programas eleitorais, é já claro que «o Cartaxo necessita da CDU e dos seus eleitos».

JCP contesta regime de acesso ao superior e lança campanha no secundário

Aumento de vagas é operação de charme

Paulo Marques, o novo responsável nacional da JCP pelo ensino secundário, lança um repto ao ministro da Educação: divulgue o número de inscritos no ensino secundário e o número de candidatos ao superior para se conhecer de facto a realidade na educação.

– Como vê a JCP os resultados do concurso de acesso ao ensino superior, com o Ministério da Educação a afirmar que o número de vagas é superior ao número de candidatas?

– Para podermos compreender as vagas que existem este ano, temos de perceber o processo de filtragem que o Ministério de Educação faz antes. Para compreender por que é que hoje há mais vagas, é preciso perceber o papel dos exames nacionais e das provas globais, tal como o futuro papel da reforma curricular. Isto é uma operação de charme. O Ministério pretende mostrar que não há problemas no ensino, que há muitas vagas, que a educação é para todos, mas não é verdade.

A revisão curricular agravará este problema, porque, por exemplo, um aluno no ensino tecnológico não pode ir para o superior por não ter uma formação geral. Para concorrer ao superior, terá de frequentar o 13.º ano, mais um ano de escola para poder ter acesso à componente geral.

Cada vez mais se procura filtrar mais. A JCP lança um repto ao ministro da

«As vagas só aumentam em cursos com pouca procura. Em Enfermagem isso não acontece»

Educação para divulgar o número de inscritos no ensino secundário e o número de pessoas que se candidatam ao superior. Aí é que veríamos concretamente os alunos

que não se chegam a candidatar porque sabem que não entram e vão directamente para as universidades privadas. Esse é, aliás, o objectivo do ministério: elitizar o ensino público,



Paulo Marques

dificultar o acesso ao ensino superior e fomentar o ensino privado.

Por outro lado, as vagas

aumentam, mas em cursos com pouca procura. As opções do Ministério tem apenas como bases razões economicistas. Em cursos como Enfermagem as vagas não aumentam, quando são necessários mais 12 500 enfermeiros em Portugal. Os cursos onde as vagas aumentam são cursos onde há menos procura, onde é mesmo necessário não há novas vagas.

– Que alternativa propõe a JCP?

– A JCP propõe o fim imediato dos exames nacionais e das provas globais, abrindo o ensino superior a todos os que tenham nota positiva para entrar, sem *numerus clausus*.

– Como é que se chegaria a essa nota? Com avaliação contínua?

– Claro, através da avaliação contínua que existe ao longo do ano lectivo. O Ministério da Educação só tem um argumen-



«Colocado» ou «Não colocado», as frases que marcam a diferença na vida de muita gente

to para a existência de exames nacionais: a suposta uniformização das escolas. Mas o Ministério não garante que haja uma avaliação igual em todas as escolas, que os programas sejam cumpridos e acaba por prejudicar os estudantes.

– Como vêm a publicação do ranking de escolas, segundo a nota dos exames?

– Vemos isso de forma negativa, porque fomenta o elitismo nas escolas. Passamos a ter instituições que

não aceitam determinados alunos por terem referências negativas. Começamos então a ter escolas dos meninos bons e escolas dos meninos maus, com toda a gente a querer ir para as escolas dos meninos bons.

Nova campanha no ensino secundário

Esclarecimento e transformação

A JCP lança esta semana uma campanha sob o lema «Junta a tua à nossa voz. Revolução na Educação». A decorrer até ao fim do primeiro período, tem como objectivo recrutar 500 novos militantes e promover acções de divulgação e intervenção em todas as escolas secundárias do País.

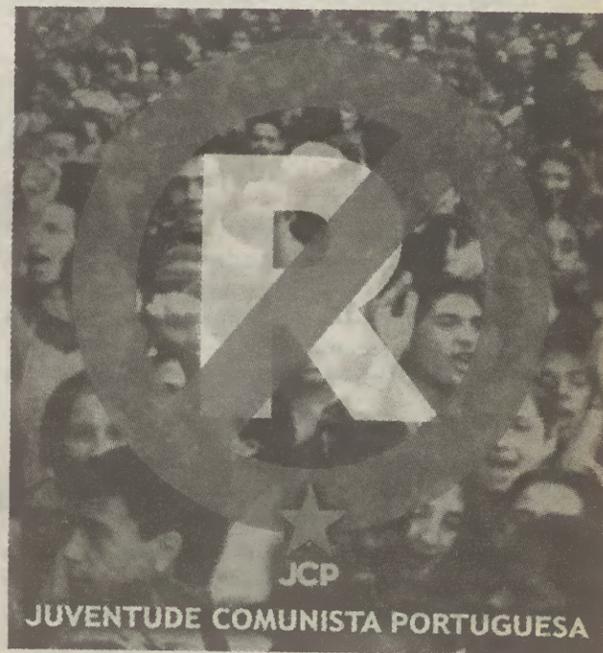
– Quais são os objectivos da nova campanha?

– Trata-se de uma campanha de recrutamento e divulgação das propostas da JCP junto dos estudantes. A capacidade de acção dos estudantes do ensino secundário em sítios tão difíceis como a Madeira, Bragança ou Vila Real reflectem o reforço da JCP no processo de luta contra a revisão curricular. A JCP teve sempre um papel de vanguarda e de apoio à luta dos estudantes e isso sentiu-se no nosso crescimento. Hoje temos capacidade de fazer esta campanha, com um documento cuja tiragem é de cem mil exemplares.

– Em que é que consiste a campanha?

– Nós procuramos que não seja apenas um conjunto de distribuições, mas que seja um momento de afirmação política com debates nas escolas e fora delas e se resolvam problemas concretos nas escolas. Não nos limitamos a fazer uma jornada de propaganda, mas uma acção de intervenção política. Esclarecimento e transformação.

– Os jovens ficaram mais atentos depois destes dois anos de luta no secundário?



– O processo de consciencialização dos jovens está permanentemente a avançar. No entanto, a situação no secundário está em constante mudança. Alguns estudantes que participaram na luta há dois anos já estão no segundo ano da faculdade. Isto está sempre em movimento. Se pararmos de remar, a maré leva-nos. Temos de estar sempre a remar, senão não conseguimos avançar.

– Os estudantes hoje estão conscientes de que a luta é o caminho. Isso reflectiu-se nas jornadas dos últimos dois anos, que envolveram mais de 200 mil estudantes, com a JCP a dar o seu total apoio e a envolver os seus militantes no processo.

– Houve muitas adesões à JCP nos últimos dois anos?

– Durante este processo de luta, a organização do secundário da JCP reforçou-se como já não acontecia há muito tempo. Isto quer no plano de influência no movimento associativo quer no plano do reforço numérico. Na escola onde eu andava, a Escola Secundária de Santo André, no Barreiro, o colectivo da JCP tinha três camaradas no início do ano lectivo de há dois anos atrás. Actualmente tem 40 camaradas.

Embora não se passe isto em todo o País, este é um exemplo concreto onde o processo de luta e o envolvimento de estudantes que não eram comunistas consciencializou as pessoas e mostrou o papel da JCP como vanguarda. Os estudantes inteiraram-se disso e decidiram aderir. Com esta campanha esperamos que a JCP seja ainda mais reforçada.



Contestação no superior

Representantes de várias associações de estudantes do ensino superior e organizações sindicais representativas de docentes e não docentes reuniram-se anteontem para discutir futuras formas de contestar os cortes orçamentais de cinco por cento para o sector anunciado pelo Ministério da Educação, bem como as propostas de orçamento de funcionamento para 2002, construídas com base no mesmo corte.

Entretanto, no início da semana, o reitor da Universidade de Lisboa, José Barata-Moura, afirmou à imprensa que esta instituição precisa de mais 450 mil contos para poder funcionar no novo ano lectivo.

O Instituto Superior Técnico também está com problemas financeiros. Segundo uma auditoria da Inspecção-Geral de Finanças, o IST tem uma situação financeira «desequilibrada» e «deve evitar um acréscimo excessivo de docentes face às necessidades existentes». A direcção do IST está a ponderar a hipótese de contrair um empréstimo bancário «com o intuito de proceder ao pagamento imediato e integral, junto da administração fiscal».

XII Congresso sobre o Alentejo

Poder local democrático em debate

Vai realizar-se este fim-de-semana, em Monforte, o XII Congresso sobre o Alentejo. Três dias de debate em torno de participação, desenvolvimento e qualidade de vida.

«25 anos de poder local democrático no Alentejo – participação, desenvolvimento e qualidade de vida», é o lema do XII Congresso sobre o Alentejo, a decorrer em Monforte, entre 28 e 30 de Setembro.

Os trabalhos do Congresso desdobram-se em dois painéis: «Valorização do território, desenvolvimento e qualidade de vida» e «Poder local, cidadania e futuro», sendo o seu Secretariado composto pela Associação de Defesa do Alqueva, Casa do Alentejo, Jornal Diário do Alentejo, Universidade de Évora e

Os congressos sobre o Alentejo têm já para trás um significativo historial

câmaras municipais de Beja, Évora, Portalegre, Sines e Monforte.

«Neste princípio de século, os estudos e as propostas dos congressos efectuados constituem um valioso património de conhecimentos e experiências, incontornáveis sempre que se trata de encontrar soluções para a persistente crise económica e social que caracteriza o Alentejo», sublinha-se em documento divulgado pelo Secretariado do XII Congresso.

O documento lembra os primeiros passos deste processo, que remontam à reali-



zação do I e II Congressos da Imprensa Alentejana, nos anos 30. Mas só 50 anos mais tarde, em 1985, «nas condições de liberdade e vivência democrática que o 25 de Abril proporcionou, foi possível concretizar os sonhos».

Síntese de um historial

Concebidos como bienais, os congressos sobre o Alentejo, representativos de diferentes sensibilidades e opiniões dos alentejanos, têm já

para trás um significativo historial. Ao longo de 16 anos, desde o I Congresso, realizado em Évora em 1985, sob o lema «Semeando novos rumos», os grandes problemas do Alentejo e do país, do Alqueva à regionalização,

têm vindo a ser debatidos neste grande fórum. Sempre com a ideia de desenvolvimento presente.

«Semeando novos rumos» foi o tema de fundo de sucessivas edições do congresso, abordado entretanto de diferentes perspectivas, tendo nomeadamente em conta o momento da sua realização. Em 1989, por exemplo, os problemas do desenvolvimento foram aprofundados na óptica da integração de Portugal no Mercado Comum. Em 1992, na sequência de um período de prolongada seca, o tema dominante foi «Aguam, factor de desenvolvimento». A regionalização e descentralização foram temas tratados em diferentes momentos, nomeadamente em 1996, 98 e 99.

É nesta perspectiva – debater os grandes problemas actuais e futuros do Alentejo – que se irá realizar esta 12.ª edição do congresso sobre o Alentejo.

«Os Verdes» debatem situação ecopolítica

A situação ecopolítica nacional e internacional e a preparação para as próximas eleições autárquicas foram os temas abordados pelo Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», em reunião realizada em Lisboa, segunda-feira passada.

Sobre o Orçamento de Estado para 2002, o Conselho Nacional fez uma crítica profunda à política seguida pelos governos PS, reforçando os princípios anteriormente expressos, em particular três grandes objectivos políticos dos ecologistas

– gerar crescimento económico mais harmonioso no todo nacional, garantir mais justiça social e assegurar o equilíbrio ecológico. Concluiu ainda, com base nos dados conhecidos, que o OE para 2002 será, tudo indica, um instrumento de política que agravará a situação económica, social e ambiental do País.

No que respeita aos recentes atentados nos Estados Unidos da América, o Conselho Nacional condenou o acto terrorista ocorrido nos EUA no passado dia 11, manifestou a

esperança de que a comunidade internacional «saiba encontrar, no âmbito das suas estruturas e organizações, os mecanismos apropriados de cooperação para localizar os responsáveis deste bárbaro atentado, para proceder à sua detenção, julgamento e condenação, preservando os direitos humanos, a liberdade, a democracia e a paz no mundo, desta forma tão brutalmente ameaçados».

Por outro lado, o C.N. condenou firmemente a posição do Governo por

autorizar os Estados Unidos da América a utilizar a Base Aérea das Lajes, «dando assim cobertura a uma decisão unilateral e envolvendo perigosamente os portugueses nos riscos de um conflito belicista cujas consequências são imprevisíveis».

O Conselho Nacional aprovou ainda as linhas orientadoras do «Manifesto Ecologista» que será divulgado como o conjunto de propostas e compromissos dos candidatos e futuros eleitos de «Os Verdes» nas autarquias locais.



Professores no desemprego

Mais de 18 mil professores deverão ficar no desemprego já que o número de possíveis candidatos aos miniconcursos ultrapassa em larga escala as vagas disponíveis.

Um total de 27.964 docentes que não conseguiram colocação na segunda fase do concurso nacional de profes-

sores terão feito uma última tentativa nos miniconcursos de âmbito regional. Mas, tendo em conta os horários disponíveis, e partindo do pressuposto de que todos os que não entraram na segunda fase do concurso nacional concorreram posteriormente ao de âmbito regional, con-

clui-se que cerca de 18.300 docentes não terão conseguido qualquer horário.

Para este ano lectivo encontravam-se disponíveis a nível nacional 2.497 horários completos (22 horas) e 7.167 incompletos distribuídos pelas cinco direcções regionais. Na Direcção

Regional de Lisboa existiam 776 horários completos e 1900 incompletos, na Região Centro 361 completos e 1263 incompletos, no Alentejo 118 completos e 515 incompletos, no Algarve 342 completos e 788 incompletos e no Norte 782 completos e 2.186 incompletos.

Teatro cria associação

A Associação Portuguesa de Estruturas e Companhias de Teatro (ASPECTO) aprovou na especialidade os estatutos da entidade, tendo recebido a adesão de mais uma estrutura teatral – o Teatro das Beiras – aumentando para 38 o número total de associados.

A associação já se tinha reunido a 10 de Setembro para discutir os estatutos no seu âmbito geral, mas a discussão na especialidade e respectiva aprovação ficou suspensa para a reunião agora realizada no Padrão dos Descobrimentos.

Aquando da união das companhias envolvidas, tinha sido traçado como objectivo geral a criação da ASPECTO o «assegurar a defesa de uma outra visão do teatro profissional em Portugal». Uma das iniciativas da ASPECTO será a de propor uma Lei de Bases para o Teatro e para tal está a estudar a legislação de outros países europeus.

Até às eleições dos seus corpos sociais, mantêm-se em funcionamento a comissão instaladora que é constituída por Júlio Gago (Teatro Experimental do Porto), Maria do Céu Guerra (A Barraca), Carlos Varela (Lanterna Mágica), José Caldas (Quinta Parede), José Mascarenhas (Teatro de Portalegre), José Martins (Teatro do Noroeste), Catarina Martins (Visões Úteis).

Integram ainda a ASPECTO, entre outras companhias, a Filandorra, Lua Cheia, Ensemble, Entretanto Teatro, Teatro de Portalegre, Teatro de Animação de Setúbal, Teatro Ibérico, Trigo Limpo, Teatro Infantil de Lisboa, Maizum, Vicente-teatro, Teatro Construção, Pé de Vento, Teatro Joana, Fatias de Cá e Teatro do Mar.

Alice Vieira em Genebra

A escritora Alice Vieira esteve na Suíça de 21 a 23 de Setembro para participar em diversas manifestações literárias helvéticas e da comunidade portuguesa.

Alice Vieira desloca-se mais uma vez à Suíça, país onde os seus livros para a juventude já são conhecidos e recomendados em muitas escolas helvéticas de expressão francesa.

A escritora participa na 8.ª edição de «Fureur de lire» (Fúria de ler), o tradicional

acontecimento literário para um público de todas as idades, promovido anualmente pela municipalidade de Genebra.

Alice Vieira teve um encontro com os seus leitores francófonos, na Biblioteca da Cidade.

Esteve igualmente presente nas jornadas bianuais de formação contínua para os profissionais do Livro, da Associação Romanda de Literatura para a Infância e Juventude (AROLE).

Domingo, 23 de Setembro, a autora do «Caderno de Agosto», editado em língua francesa na Suíça em Agosto de 2001, teve um encontro com os seus leitores lusófonos.

A exposição-venda dos livros de Alice Vieira no CCPRG, em Bulle, está a cargo da Livraria Camões, de Genebra.

Alice Vieira publicou mais de trinta livros para a juventude sendo a maior parte traduzida em diversas línguas.



«Frete» da UGT

Mais 76 escudos por dia no salário médio e mais 20 escudos no subsídio de refeição são valores aceites pelas estruturas da UGT no sector da indústria de madeiras, denunciou o Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras do Sul. Em comunicado aos trabalhadores, o sindicato da CGTP recorda que o patronato, mesmo depois de acções de luta e duas greves nacionais, em Março e em Junho, apresentou uma contraproposta que previa dois contos de aumento mensal. Como esta foi rejeitada, «o patronato passou a privilegiar os pseudo-sindicatos da UGT», que «aceitaram de mão beijada todas as propostas, traindo, como é seu timbre e prática, os anseios e direitos dos trabalhadores». O sindicato exorta os trabalhadores a reivindicarem, ao nível das empresas, aumentos salariais «nunca inferiores a 6 mil escudos por mês».

Fesaht

Pelo menos 7 por cento ou seis mil escudos (30 euros) é o aumento salarial reivindicado pela Federação dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, que realizou no dia 19 um encontro nacional. Os sindicalistas da Fesaht/CGTP expressaram o seu apoio às propostas reivindicativas da central e da direcção da federação e manifestaram-se dispostos a «combater as propostas do patronato e do Governo, que visam diminuir ou retirar direitos em vigor» e a «desenvolver todas as formas de luta, com o objectivo de concretizar as justas reivindicações apresentadas». Na resolução do encontro defende-se a semana de 35 horas de trabalho, 25 dias úteis de férias, garantia de compensação do trabalho nocturno e por turnos, condições de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Têxteis

Deve ser de 500 euros (cem mil escudos), em 2004, o salário mínimo nos têxteis, vestuário e calçado, para o que deve ser garantido um aumento de 50 euros (dez mil escudos) no próximo ano para os trabalhadores das categorias profissionais mais numerosas. De acordo com as decisões do encontro nacional de sindicatos do sector, promovido dia 12 pela Fesete/CGTP, em 2002 nenhum trabalhador deverá ter uma actualização salarial inferior a 8 por cento. Percentagem idêntica à dos salários é reivindicada para os subsídios de refeição – que devem ser instituídos na cordoaria e redes. A resolução do encontro exige que o subsídio de alimentação não seja utilizado como «prémio de assiduidade». Também até 2004, é proposto um calendário de redução da semana de trabalho até um máximo de 35 horas – a par da resolução urgente do incumprimento das 40 horas na cordoaria e redes e em algumas empresas de lanifícios da Covilhã.

Trabalhadoras manifestaram-se em Lisboa

Confélis é viável

Uma delegação de trabalhadores da fábrica de confeções masculinas Confélis desfilou anteontem entre o Cais do Sodré e o Ministério da Economia, em Lisboa, para exigir o pagamento dos salários e a defesa dos postos de trabalho.

Empunhando bandeiras negras e gritando palavras de ordem como «Trabalho sim, falência não!» e «Assim não pode ser, trabalhar sem receber», os manifestantes – na sua maioria, mulheres – vieram de Almada e desfilaram desde o Cais do Sodré, onde estiveram concentrados, até junto do Ministério da Economia, mantendo-se na Praça Luís de Camões.

Um assessor do ministro da Economia garantiu que o Ministério «irá tentar encontrar um industrial» que assuma a gestão da empresa e os postos de trabalho, referiu António Marques, do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, citado pela Agência Lusa.

Desde 13 de Agosto que os 160 funcionários da empresa, na maioria mulheres, têm suspensos os seus contratos de trabalho até as instâncias judiciais decidirem se há razões para a Confélis decretar falência. Em 20 de Junho, a empresa inter pôs no Tribunal do Comércio de Lisboa uma acção de falência, invocando uma dívida de cerca de meio milhão de contos. Desde essa altura que a fábrica se encontra parada. Com três

meses de salários em atraso, os trabalhadores contestam a decisão da administração, alegando que a empresa é economicamente viável, pois tem carteira de encomendas.

Na Petrogal também a luta vai prosseguir

Tribuna pela Petrogal

Cerca de uma centena de dirigentes e activistas sindicais do sector químico estiveram anteontem reunidos em

tribuna pública na baixa lisboeta, para denunciar a situação de repressão que os trabalhadores da Petrogal estão a viver. Durante algumas horas, dirigentes e delegados do Sinqiifa/CGTP e elementos da Comissão de Trabalhadores da empresa distribuíram documentos à população e falaram de casos concretos.

Armando Faria, dirigente do sindicato, disse à Lusa que a repressão na empresa se está a sentir ao nível dos direitos e liberdades sindicais e a nível de trabalhadores individualmente. Segundo o sindicalista, tem havido, da parte da administração, obstrução ao direito à informação e participação das estruturas representativas

dos trabalhadores no processo de reestruturação da Petrogal. Existem ainda casos de discriminação remuneratória: a um número restrito de trabalhadores foram atribuídos bónus e alguns quadros foram contemplados com cheques confidenciais. O Sinqiifa está também preocupado com o futuro da Petrogal, pois «a actual gestão da empresa vai no sentido desta ser entregue aos capitais estrangeiros».

Os trabalhadores da Petrogal cumpriram, entre 17 e 21 de Setembro, uma semana de denúncia pública. Na próxima semana vão deslocar-se ao Ministério da Economia e na segunda quinzena de Outubro vão fazer greve.



Pela sua experiência os trabalhadores sabem que a unidade e a luta organizada são as melhores garantias de defesa do emprego e dos direitos

Agenda preenchida para o abaixo-assinado

Aos vários níveis das estruturas do Partido intensifica-se o trabalho para a recolha de cem mil assinaturas, no âmbito da campanha lançada na Festa do Avante!

Na próxima terça-feira, Jerónimo de Sousa participa numa sessão pública em Aveiro, no Largo dos Arcos, às 16.30 horas. O calendário de iniciativas junto das principais empresas do distrito e em locais de grande concentração popular está já em curso, com brigadas de militantes a dirigirem-se a trabalhadores em Castelo de Paiva (hoje), Aveiro (amanhã), Ílhavo (sábado), Arouca (domingo), Águeda (segunda-feira), Feira (terça), Sever do Vouga (quarta) e Anadia (quinta).

Chegaram à nossa redacção notícias da realização de plenários de militantes, para debater a dinamização da campanha, em Almada (ontem) e no Barreiro (dia 20). Anteontem decorreram acções de rua em Almada e em Coimbra. Para sábado estão previstas várias iniciativas em Beja.

O plano da Organização Regional de Setúbal prevê que nas iniciativas da campanha, nos vários concelhos, participem cerca de 250 camaradas.

Estão a ser preparadas acções específicas para o Dia do Reformado, que se assinala na segunda-feira, 1 de Outubro.

100 MIL

assinaturas

**POR SALÁRIOS MAIS JUSTOS
MAIS QUALIDADE DE VIDA**



Assine!

PCP

Recebemos a informação de que Castelo Branco já ultrapassou a meta definida para o distrito. Outras organizações regionais registam já níveis bastante elevados, prevendo que os objectivos de recolha de assinaturas venham a ser largamente superados.

No sítio do PCP na Internet (www.pcp.pt), onde pode também ser subscrito o abaixo-assinado, foram já recolhidas dezenas de assinaturas, desde o final da semana passada.

Correios

Para dia 13 de Outubro está marcado o encontro nacional do PCP sobre o sector dos Correios. Os militantes comunistas que trabalham nos CTT, juntamente com outros convidados, preparam-se para debater os efeitos da política de liberalização, imposta pela União Europeia e fielmente seguida pelo Governo do PS, com implicações ao nível do serviço público e da estabilidade económica e financeira dos CTT (o operador de serviço público), bem como no que respeita ao emprego e direitos dos trabalhadores.

O encontro é promovido pela Coordenadora Nacional do PCP para os Correios, que pode ser contactada no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

Euros e prejuízos

O acréscimo de serviço exigido às forças de segurança, pelo transporte de euros para as instituições bancárias, está a causar «prejuízos e descontentamento» entre os agentes, afirmaram à Lusa dirigentes das associações profissionais da GNR e PSP. António Regala, vice-presidente da ASPP, disse que os agentes da PSP são destacados para garantir uma «vigilância em permanência» aos edifícios das empresas de segurança vencedoras do concurso público para distribuição da nova moeda. A Prosegur e a Securitas, lembrou António Regala, são as empresas a que o Banco de Portugal recorreu para realizar a distribuição de euros e a recolha dos escudos. «Há algo de errado e estranho neste processo», pois «os valores não devem estar nos edifícios das empresas contratadas para fazer o serviço», adiantou o dirigente da ASPP. Na sua opinião, se as empresas privadas não podem garantir a sua própria segurança, seria mais vantajoso o Estado encarregar a GNR e a PSP da tarefa de distribuição dos euros pelos bancos. Por seu turno, a Associação Profissional da Guarda alertou que «não estão a ser pagas ajudas de custo» aos militares do Corpo de Intervenção da GNR, que estão directamente envolvidos na segurança ao transporte de euros para os bancos.

Sem «Valor»

O grupo Media Capital decidiu encerrar a revista Valor e despedir sete dos seus nove jornalistas. Em nota divulgada anteontem, o Sindicato dos Jornalistas afirma que aquele poderoso grupo, «que tanto defende o discurso do aproveitamento de sinergias, tem agora uma oportunidade de conferir a tais teorias uma prática social consequente, integrando noutras empresas do grupo os jornalistas e outros trabalhadores que pretende despedir».

Interjovem

O emprego e problemas sociais foram discutidos no passado sábado, durante uma assembleia geral de jovens quadros sindicais do distrito de Lisboa, que teve lugar nas instalações do Inatel, em Santo Amaro de Oeiras, no âmbito da preparação da 4.ª Conferência Nacional da Interjovem. Esta realiza-se a 12 e 13 de Outubro, sob o lema «Pelo emprego de qualidade, alterar o presente, construir o futuro».

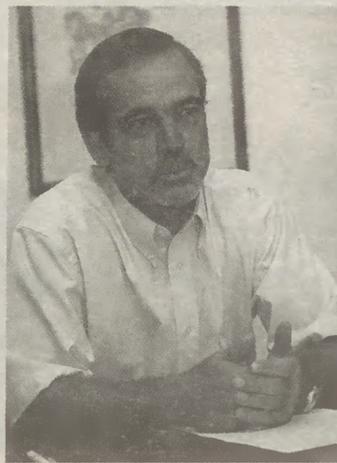
Imigrantes

Foram admitidos nos últimos meses centenas de trabalhadores imigrantes, após a entrada em vigor do decreto-lei 4/2001, o que lhes permitiu assim obterem as autorizações de permanência no País, congratulou-se o Sindicato da Construção, Mármore e Madeiras do Sul, que louvou o facto de «um conjunto importante de empresas» ter acolhido as suas propostas, celebrando contratos de trabalho nos termos legais.

Conferência da CGTP para alargar e intensificar a mobilização

Resposta de luta

A ofensiva contra os trabalhadores, quer para impor actualizações salariais que nem sequer compensam as perdas sofridas com a inflação quer para retirar direitos conquistados e reconhecidos, é agravada com a política do Governo e o mau exemplo que este dá na Administração Pública. Com a conferência realizada dia 20, a CGTP quer dar, ao Governo e ao patronato, uma resposta à altura, explica Amável Alves, nesta entrevista ao *Avante!*.



A propósito da conferência, o responsável pelo pelouro da acção reivindicativa na Intersindical Nacional comenta diversos aspectos de particular actualidade na situação laboral e social do nosso país.

Avante! O que muda no processo reivindicativo deste ano com a realização da conferência?

Amável Alves: Mais de mil dirigentes, delegados e activistas sindicais, estiveram reunidos, debateram em conjunto e numa perspectiva nacional; com a discussão, conseguiu-se também um envolvimento de cada um num compromisso colectivo de assunção de uma postura ofensiva,

de firmeza e confiança, na luta reivindicativa.

Na adversidade da situação actual, os quadros sindicais também são, de alguma forma, pressionados psicologicamente pela campanha que é desenvolvida para que a opinião pública e os trabalhadores aceitem que «isto está muito mau» e que é preciso conter os salários e abdicar de direitos. Na nossa discussão, com experiências e opiniões de diferentes sectores e regiões, concluímos que, efectivamente, é possível melhorar os salários e, não só manter, como também melhorar os direitos dos trabalhadores. A situação do País comporta tais melhorias, basta haver uma política social diferente e uma melhor distribuição da riqueza.

Atentados nos EUA

Avante! Aos atentados de 11 de Setembro seguiram-se anúncios de perdas em grandes empresas e agravamento da recessão na economia americana, com milhares de despedimentos. Que reflexos, quer do ponto de vista económico quer nos aspectos psicológicos, prevê a CGTP que se vão verificar em Portugal e como os pretende prevenir?

Amável Alves: Estamos conscientes de que vai haver consequências - e elas já estão a surgir, no sector directamente mais afectado. A TAP já está a criar mais dificuldades, para além das que já existiam, na negociação salarial com os sindicatos, argumentando com mais este facto para defender que não pode haver actualização dos salários.

Para além dos aumentos salariais, preocupamos os efeitos que pode ter a nível do emprego. Essas consequências não estão medidas e, para

além de razões objectivas que venham a ser apuradas, pode efectivamente haver aproveitamento, por parte de algum patronato, para concretizar ou aprofundar intenções e projectos que nada têm a ver com o efeito dos atentados terroristas nos EUA.

Pode ser mais um factor a alimentar o fantasma da crise?

Exactamente. A situação é recente e não temos ainda opinião desenvolvida sobre as suas consequências - para além da gravidade, do ponto de vista humano, destes trágicos acontecimentos. A medida exacta dessas consequências ainda ninguém a terá, mas receios todos nós temos, as ondas de choque vão chegar cá e vai haver tentativas de penalizar os trabalhadores. Estamos atentos ao desenvolvimento dos acontecimentos e, muito mais, relativamente a eventuais aproveitamentos sem razões objectivas.



Mas isso tem sido dito com insistência pela CGTP, ao longo dos anos. O que levou à realização da conferência, desta vez, e que resultados são agora esperados?

O que é novo, do ponto de vista organizativo, é a discussão desta matéria numa reunião nacional. A discussão, naturalmente, é feita, todos os anos, na estrutura sindical e com os trabalhadores, mas dentro de cada sector e região. Aqui tivemos a assunção colectiva deste compromisso de luta por parte de um grande número de dirigentes e delegados, com âmbito nacional, numa iniciativa da CGTP.

Não sendo novidade, por outro lado, a pressão para a contenção dos salários, há agora uma situação nova, criada pelo Governo, que anunciou o pacote das 50 medidas no sentido de pressionar ainda mais os salários. A situação é nova, tanto por indicar que o condicionamento dos salários vai ser ainda mais forte, como por tal se verificar depois de um ano em que houve, de forma generalizada, perda de poder de compra dos salários.

Na resposta do movimento sindical é preciso estarmos conscientes de que há que ter muita firmeza, muita confiança e nenhum pessimismo, numa postura ofensiva, pois o nosso país comporta um nível de vida dos trabalhadores melhor do que o actual.

Deste ponto de vista, obtivemos resultados. Nos próximos tempos veremos o efeito desta discussão e deste engajamento colectivo no desenvolvimento da luta.

O facto de a conferência ter acabado com ida à CIP significa que vai haver este ano maior insistência junto do patronato do que no Governo?

De maneira alguma. A Resolução da conferência foi entregue na CIP e foi também enviada às outras confederações patronais. Justifica-se plenamente que tenhamos decidido dirigir-nos aos representantes patronais, porque é sabido que o patronato mantém, como norma, um comportamento de bloqueio da negociação colectiva que afecta centenas de milhares de trabalhadores.

Ao patronato interessa que a actualização de salários não seja feita por via da contratação colectiva, para criar

uma relação laboral individual directa, com prejuízo para o trabalhador, que vê a sua posição fragilizada e é penalizado por isso.

Há motivos para uma posição de protesto contra o patronato. Mas a CGTP tem também uma posição, expressa nos documentos, altamente crítica face à política do Governo. Vamos, nas acções que temos previstas, insistir em identificar o Governo e a sua política como alvos da nossa luta. Até porque, a exemplo do ano passado, o Governo, ao querer impor aumentos salariais baixos na Administração Pública, dá o exemplo e presta mais um serviço ao patronato, para uma política de contenção dos salários.

A política que está a ser seguida não reflecte os interesses dos trabalhadores, e esta posição está claramente expressa nos nossos documentos.

Como avalia a CGTP a evolução da situação dos trabalhadores, nos últimos tempos, designadamente no que se refere aos salários e às condições de trabalho?

Continua a haver centenas de milhares de trabalhadores que recebem o salário mínimo nacional ou salários pouco acima do mínimo.

Somos um país onde a média salarial é muito inferior à média europeia, representa cerca de um terço. Mas somos também um país onde os salários são mais baixos, a começar pelo salário mínimo, têm valores absurdos e abrangem um grande número de trabalhadores, nomeadamente os jovens que entram no mercado de trabalho. Sem prejuízo dos outros, os salários mais baixos precisam subir significativamente em muitos sectores.

Aumenta o trabalho extraordinário em Portugal, contabilizado ou não pelas empresas. Temos a percepção de que é hoje muito maior o volume de trabalho extraordinário. Na lei e na contratação colectiva houve redução do horário de trabalho, mas há fortes pressões do patronato, sobre cada trabalhador, a nível individual, para que seja feito mais trabalho extraordinário.

Como também aumentou a precariedade de emprego, a agravar a fragilidade da posição do trabalhador perante a entidade patronal, deparamos com uma situação em que o tra-



balhador se vê na contingência de aceitar a imposição de trabalho extraordinário, que muitas vezes nem sequer é pago.

Em muitos sectores já se pode afirmar que um trabalhador faz, em dois anos, um número de horas equivalente a três anos de horário normal. Este regime de excesso de tempo de trabalho extraordinário, sem qualquer emolumento dos dados objectivos que recolhemos em vários sectores, significa que vinte anos de trabalho representam, na prática, trinta.

Existe, desde sempre e como excepção negociada e aceite pelos sindicatos, em diferentes sectores e serviços com funcionamento permanente, a prática de horários por turnos. O acréscimo de penosidade justifica-se pela necessidade social de manter essas actividades e os trabalhadores deverão, naturalmente, ser compensados por esse esforço suplementar, tanto com acréscimos nas remunerações, como na redução dos horários de trabalho e da idade da reforma, em mais atentos cuidados de saúde.

Alguns destes aspectos são respeitáveis, mas há outros que continuam por cumprir. É o caso da redução da idade de reforma, que nós defendemos, e que teria encargos suplementares para a Segurança Social; por isso também defendemos que as entidades patronais devam dar um contributo suplementar para a Segurança Social.

Mas hoje está a verificar-se que o trabalho por turnos passa, de excepção, a norma, alarga-se a sectores e empresas cujo funcionamento fora do horário normal não é essencial para o funcionamento da sociedade. Em quase todas as actividades vemos hoje situações de trabalho por turnos, criadas na relação da entidade patronal com cada trabalhador, a nível individual. Muitas vezes, aceitar o trabalho por turnos é uma exigência para a admissão no emprego. Nestas condições, deixa de haver qualquer compensação pelo trabalho por turnos.

Tem que se pôr aqui um travão. Vamos colocar estes problemas na negociação colectiva e vamos exigir que o Governo intervenha, não pode ignorar isto ou, mais uma vez (agora por omissão) está a colocar-se ao lado do patronato.

Mobilização crescente até 7 de Novembro

Mais de um milhar de dirigentes, delegados e activistas sindicais, representando trabalhadores de praticamente todos os sectores de actividade, distritos e regiões autónomas, participaram dia 20 na conferência nacional da CGTP sobre acção reivindicativa.

A Resolução final, que foi entregue na sede da Confederação da Indústria Portuguesa, depois de um desfile desde a Aula Magna, integra a realização, no dia 7 de Novembro, de «uma jornada de luta nacional com paralisações de trabalho que permitam a máxima participação de trabalhadores nas concentrações e manifestações, a ter lugar em todas as regiões do País, visando a melhoria dos salários, a qualidade do emprego e a efectivação dos direitos do trabalho, o futuro da Segurança Social e o combate à fraude e a evasão fiscais».

Esta acção «deverá ser precedida de um grande esforço de esclarecimento e

salariais abaixo do agravamento do custo de vida e muito abaixo dos valores a que os trabalhadores têm direito em função da riqueza produzida», afirma-se na resolução, sublinhando que, «neste contexto, ou os trabalhadores reagem e lutam ou haverá inevitavelmente perdas do poder de compra dos salários, já que, como mostra o balanço efectuado, os salários negociados em 2001 não estão a acompanhar a inflação».

A CGTP frisa que «não existe uma situação de crise económica e não há razões que justifiquem a contenção salarial», mas sim «necessidade de resolver o défice nas contas externas, com problemas orçamentais por falta de receitas decorrentes do não pagamento de impostos por parte do capital e, também, pelo baixo nível de produtividade em vários sectores». «Mas, acima de tudo, temos graves problemas estruturais da responsabilidade do poder económico e dos sucessivos

e coordenação de todo o trabalho sindical, no sector privado e na Administração Pública», os participantes na conferência apontaram «os caminhos para a acção». Em doze pontos, referem, designadamente, a mobilização dos trabalhadores com vista a atingir os objectivos da política reivindicativa da CGTP para 2002, e as reivindicações definidas no âmbito da negociação colectiva, «por via da criação de dinâmicas reivindicativas, a partir das empresas e locais de trabalho do sector privado e público»; a valorização da contratação colectiva, para «melhoria do nível de vida e das condições de prestação de trabalho de todos os trabalhadores, sem excepção, e sem prejuízo de ser dada uma atenção particular aos trabalhadores com mais baixos salários»; a «efectivação dos direitos legais e contratuais», «quer por via da acção sindical e da luta reivindicativa quer no plano jurídico».



mobilização dos trabalhadores em torno de problemas específicos e dos processos reivindicativos e de luta, a nível dos sectores e empresas». Ao mesmo tempo, é feito apelo a uma participação activa nas comemorações do 31.º aniversário da CGTP (1 de Outubro), na 4.ª Conferência Nacional da Intergoverno (dias 12 e 13 de Outubro) e na campanha pública pela efectivação dos direitos de maternidade e paternidade (de 22 a 26 de Outubro), «articulando estas importantes iniciativas com o processo de esclarecimento, mobilização e luta pela concretização dos objectivos da política reivindicativa da CGTP-IN para 2002».

O cenário...

«É muito forte a pressão do patronato e do Governo para imporem aumentos

governos», reafirma-se na resolução da conferência.

«Vai aumentar a pressão para a contenção salarial com o argumento de que há que travar o consumo para controlar a inflação e travar o endividamento externo», e «os salários da Administração Pública são particularmente visados, com o argumento da necessidade de controlar a despesa pública», o que «influencia negativamente a fixação de salários no sector privado», alerta a CGTP, notando que «o patronato, designadamente a CIP e muitas multinacionais, está a endurecer o seu discurso e a sua actuação, aumentando pressões e chantagens sobre os trabalhadores».

... e o caminho

Persistindo no «reforço, articulação

• Domingos Mealha
texto

• Jorge Caria
fotos

Adiamento das eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas «fere» princípios democráticos, diz o PCP

Governo despreza comunidades portuguesas

A situação de impasse em que se encontra o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP), na sequência da decisão governamental de adiar *sine die* as eleições marcadas para 25 de Novembro próximo, «é uma demonstração clara do desprezo» que merecem ao Governo as comunidades portuguesas, considerou, na segunda-feira, a Direcção da Organização na Emigração do PCP.

Esta decisão, na opinião do PCP, é, ainda uma «clara usurpação de poderes», visto tratar-se de uma medida da exclusiva competência do Plenário Mundial do CCP, não podendo o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, o presidente do Conselho Permanente do CCP e

deputados do PS e PSD «arrastar as comunidades ao sabor das suas conveniências».

Aliás, lembram os comunistas, as eleições para o CCP não se realizaram em Abril deste ano porque o Governo e o então secretário de Estado José Lello «desenvolveram uma práti-

ca de total obstrução ao regular funcionamento do Conselho», sendo que a legitimidade de prolongar o mandato dos Conselheiros até às eleições de 25 de Novembro decorre, apenas, do facto de ter sido uma decisão do Plenário Mundial, realizado em Março.

Mais, a decisão de adiar as eleições é «ilegal», foi tomada «ao arrepio da participação e opinião dos conselheiros», «fere» os princípios democráticos e coloca os eleitos numa «situação de grande precariedade em relação aos

seus mandatos». Daí que, para o PCP, seja «compreensível» o anúncio da demissão de vários conselheiros.

É ao Plenário Mundial que cabe a medida agora tomada pelo Governo

Dignificar comunidades

A razão invocada para o adiamento das eleições - distorção na distribuição dos mandatos pelos círculos eleitorais - era previsível desde 1997 quando da elaboração dos cadernos eleitorais, tendo o Sindicato dos trabalhadores consulares manifestado publicamente preocupação

relativamente à feitura atempada dos cadernos eleitorais, devido à falta de pessoal nos consulados. Porém, em Março deste ano, o secretário de Estado afirmou categoricamente que não haveria nenhum problema com os cadernos eleitorais.

A verdade é que o Governo, na opinião do PCP, poderia ter recorrido novamente à «utilização de estimativas» previstas no art.º 24.º da Lei, que criou o CCP, ou mantido a data das eleições, convocando posteriormente, com urgência, um Plenário Mundial para discutir a alteração da Lei, mas pre-

feriu «tomar a pior opção e com o pior dos métodos», mostrando não estar interessado na existência de um órgão representativo da nossa diáspora.

Pelo seu lado, o PCP reafirma a sua disponibilidade em «contribuir para a resolução deste imbróglio», tendo, neste sentido, dirigido algumas perguntas ao Governo, que sobre elas dará, amanhã, resposta, na Assembleia da República. Ou seja, o PCP vai continuar a pautar a sua intervenção de forma «transparente e propositiva», ao serviço da dignificação das comunidades portuguesas.



Os trabalhadores têm defendido os postos de trabalho e a laboração da unidade fabril

Moita

Não ao encerramento da NORPORTE!

A declaração da falência da NORPORTE, na quinta-feira passada, pelo Tribunal do Comércio em Lisboa, é o corolário de um processo que de clara «fuga às responsabilidades» por parte do patronato e do Governo do PS, denuncia a Comissão Concelhia da Moita do PCP.

Ao invés, como, aliás, ficou patente no plenário realizado dois dias antes junto à empresa, «sempre coube aos trabalhadores e às suas estruturas representativas o exemplo de luta em defesa dos seus postos de trabalho, salários e direitos e da laboração da unidade fabril», factores que, segundo o PCP, são determinantes para o próprio desenvolvimento do concelho, da região e do País.

Assim, o Governo PS, em particular, «tem de responder por uma atitude política deliberadamente pautada pela passividade, indiferença e não concretização de promessas feitas» e, no mínimo, «coincidente com

manobras obscuras do patronato, incapaz de apresentar projectos credíveis de viabilização da NORPORTE».

A Comissão Concelhia da Moita do PCP repudia veementemente a «intempestiva declaração da falência

da NORPORTE» e exorta ao prosseguimento da luta dos trabalhadores da NORPORTE, assegurando-lhes, «a sua inequívoca solidariedade», para a qual apela, também, trabalhadores, população, instituições e associações do concelho.



PCP recebe CGTP

Uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral, Carlos Carvalhas, encontrou-se, na segunda-feira, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, com uma delegação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional, dirigida por Manuel Carvalho da Silva.

Carlos Carvalhas em Coruche

Com o objectivo de tomar localmente contacto com aspectos da realidade económica, social e cultural do concelho, Carlos Carvalhas, acompanhado por dirigentes regionais e locais do PCP, bem como por eleitos na Câmara e Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia, esteve, na passada quinta-feira, no concelho de Coruche.

Nesta sua deslocação, Carlos Carvalhas visitou o Museu Municipal, manteve contactos com os trabalhadores da Câmara, em cujas instalações, na zona industrial, almoçou, visitando, a seguir, a moderna empresa da área das telecomunicações «Tegael», que emprega cerca de 200 trabalhadores, onde foi recebido pelo Administrador que mostrou à comitiva as diversas secções da empresa.

O secretário-geral do PCP

visitou, ainda, na Vila de Coruche, a Escola Profissional, onde manteve um breve encontro com os seus responsáveis que fizeram questão de salientar o facto de apenas ser possível haver hoje ensino técnico-profissional no concelho devido ao empenhamento e colaboração da Câmara Municipal de Coruche.

Ao fim da tarde, Carlos Carvalhas, já na vila do Couço, foi ver as obras da Escola Básica Integrada que, há anos reivindicada pela população, vai a curto prazo ser uma realidade, só possível pela luta continuada que autarcas, pais e professores mantiveram durante anos.

A finalizar a visita o secretário-geral do PCP deslocou-se à sede da Associação dos Reformados, Pensionistas e Idosos da freguesia do Couço onde, a aguardá-lo, se encon-

travam muitas dezenas de reformados que o receberam calorosamente.

Convidado a usar da palavra, Carlos Carvalhas, saudou todos os presentes e sublinhou o importante papel que o povo do Couço teve na conquista da liberdade e da democracia, afirmando que sem luta nada se consegue. Ainda, para o dirigente comunista, é necessário dar mais força à CDU nas próximas eleições, para que o concelho de Coruche continue a desenvolver-se e para que as populações possam ter cada vez mais qualidade de vida. E, a terminar, reiterou que o PCP tudo fará para que no decurso da discussão do próximo Orçamento do estado, na Assembleia da República, os reformados e pensionistas vejam salvaguardados os seus legítimos direitos.

Informação «Mulher»

Voltou a sair, há dias, a folha informativa da Comissão Junto do Comité Central do PCP para os problemas e movimento das mulheres. «Mulher» - assim se chama - começa por afirmar posições do PCP relativamente à necessidade da participação política das mulheres, considerando-a como «parte integrante» da sua luta emancipadora.

Noutro artigo, lembrando que «os partidos não são todos iguais», «Mulher» desmascara concepções e afirmações do PS que, afinal, muitas vezes apenas servem para «alimentar a desmotivação pela participação política».

Enfim, uma folha informativa, dirigida a todos os qua-

dros do Partido - mulheres e homens -, com a qual a Comissão pretende, fundamentalmente, apoiar estes quadros, através da divulgação de pareceres, legislação, aspectos da história da luta das mulheres e outras informações, por vezes ignoradas ou esquecidas.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Fernando de Oliveira Almeida

Faleceu, no passado dia 22 de Setembro, com 79 anos, o camarada Fernando de Oliveira Almeida, mais conhecido por «Fernando Rolhas», visto tratar-se de um corticeiro muito prestigiado na cidade e no concelho de Almada. Estava organizado na Comissão de Freguesia de Almada.

Sérgio Marques Machado

Faleceu recentemente, com 81 anos de idade, o camarada Sérgio Marques Machado, membro da célula dos CTT. Foi um camarada que sempre se destacou pela sua grande dedicação ao Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

MULHER



AMADORA SIEMENS ameaça despedir

O Grupo Siemens vai despedir cerca de mil trabalhadores a laborar nas unidades fabris do Sabugo, Vila do Conde, Corroios e em Alfragide, sede da empresa em Portugal, fazendo-o através da não renovação de contratos a termo.

A denúncia cabe ao Sector de Empresas da Amadora do PCP para quem «já basta» de serem os trabalhadores «a pagar planos de reestruturação que mais não são do que planos de despedimento e reorganização da empresa para manter e elevar os seus chorudos lucros». O PCP considera, assim, que o necessário é «manter, desenvolver e defender o sector produtivo em Portugal», havendo, ainda, que «lutar pela defesa dos postos de trabalho e pelo aumento salarial».

AÇORES Estabilidade aparente

A estabilidade que os Açores estão a viver é apenas «aparente», disse o coordenador do PCP, José Decq Mota, no encerramento da II Semana Cultural da CDU, que decorreu, entre 16 e 23 de Setembro, na cidade da Horta, e alertando para a aproximação de períodos de «instabilidade económica e social» nos Açores. José Decq Mota, considerando, ainda, que a instabilidade que se vislumbra deve-se, em grande parte, à «navegação sem rumo» do Governo Regional, apelou à vigilância dos açorianos, assim como à paz, tendo em conta os eventuais conflitos que os EUA irão desencadear na sequência dos atentados perpetrados por terroristas em Nova Iorque e Washington.

Ainda, no domingo, data para que foi adiado o encerramento desta iniciativa da CDU, o coordenador do PCP/Açores debruçou-se sobre as próximas eleições autárquicas, expressando, segundo a Agência Lusa, o desejo de ver reforçada a pluralidade política e partidária da CDU nos diversos órgãos autárquicos.

EUROPA CE responde a Ilda Figueiredo

Ilda Figueiredo já recebeu a resposta da Comissão Europeia a duas perguntas que havia feito. À primeira, referente a possíveis discriminações no acesso ao regime da função pública portuguesa que atinge trabalhadores de outros estados-membros que trabalham em embaixadas e consulados portugueses, a Comissão considera que esses cidadãos comunitários, se admitidos ao serviço de missões portuguesas, devem ter o estatuto de funcionários públicos. À segunda pergunta, respeitante ao trânsito de cidadãos turcos e jugoslavos, a trabalhar legalmente na Suíça, a quem são exigidos vários vistos nas suas deslocações a diferentes países, como a Alemanha, Áustria e Itália, a caminho e no regresso das suas regiões de origem, o comissário António Vitorino responde afirmando a necessidade de alterar a legislação actualmente em vigor mas considerando que, mesmo na situação actual, seria possível a emissão de um visto Schengen de entradas múltiplas e válido por um prazo mais longo.

Não são soldados mas alguns resistem à guerra

Interesses de classe, económicos, de poder ideológico e geo-estratégico do imperialismo estão na base da generalidade dos conflitos armados. As forças progressistas e revolucionárias são o alvo principal.



Luísa
Araújo
Membro
da Comissão
Política

Grupos religiosos e étnicos são manipulados para radicalizar os seus sentimentos de ódio e agressão. À recessão responde-se com o reforço da produção de armamento e recurso à guerra. É crescente a militarização da vida política e económica. Sucede-se o terrorismo de Estado. «Amigos» e protegidos de antes tornam-se «inimigos». São agravadas circunstâncias

que seriam impensáveis sem fortes apoios externos particularmente dos Estados Unidos da América e dos seus aliados.

Os ataques do imperialismo aos povos de vários continentes limitam as liberdades, geram clima de terror e têm efeitos decisivos na formação e na felicidade das crianças.

Em Dezembro de 1993, a Assembleia Geral da UNICEF decidiu levar a cabo um estudo sobre o impacto dos conflitos armados nas crianças. O respectivo Relatório e outros documentos informam situações absolutamente dramáticas e desumanas:

- a proporção de vítimas de guerra civis subiu nas últi-

mas décadas de 5 para 90%. Metade destas vítimas são crianças;

- nos países pobres, onde as crianças já estão sujeitas e vulneráveis à má nutrição e à doença, o surgir de

um conflito armado faz aumentar a taxa de mortalidade até 24 vezes mais. Além dos perigos físicos, sofrem de problemas psico-sociais de longo termo;

- na última década, as guerras mataram mais de dois milhões de crianças (a nível mundial) e deixaram muitos milhões sem casa, comida, cuidados de saúde e abrigo. Cerca de seis milhões foram feridas e ficaram mutiladas;

- no início dos anos oitenta havia 5,7 milhões de refugiados em todo o mundo. No final da década, o número elevou-se a 14,8 milhões e em meados da década de 90 já havia 27,4 milhões de refugiados. Pelo menos, metade do total de refugiados e pessoas deslocadas eram crianças;

- os primeiros dias e semanas de uma deslocação em massa, resultam, normalmente, em elevadas taxas de mortalidade nas crianças. Entre as crianças deslocadas, o sarampo, as diarreias, infecções respiratórias agudas, malária e má nutrição são responsáveis por 60 a 80% das mortes registadas;

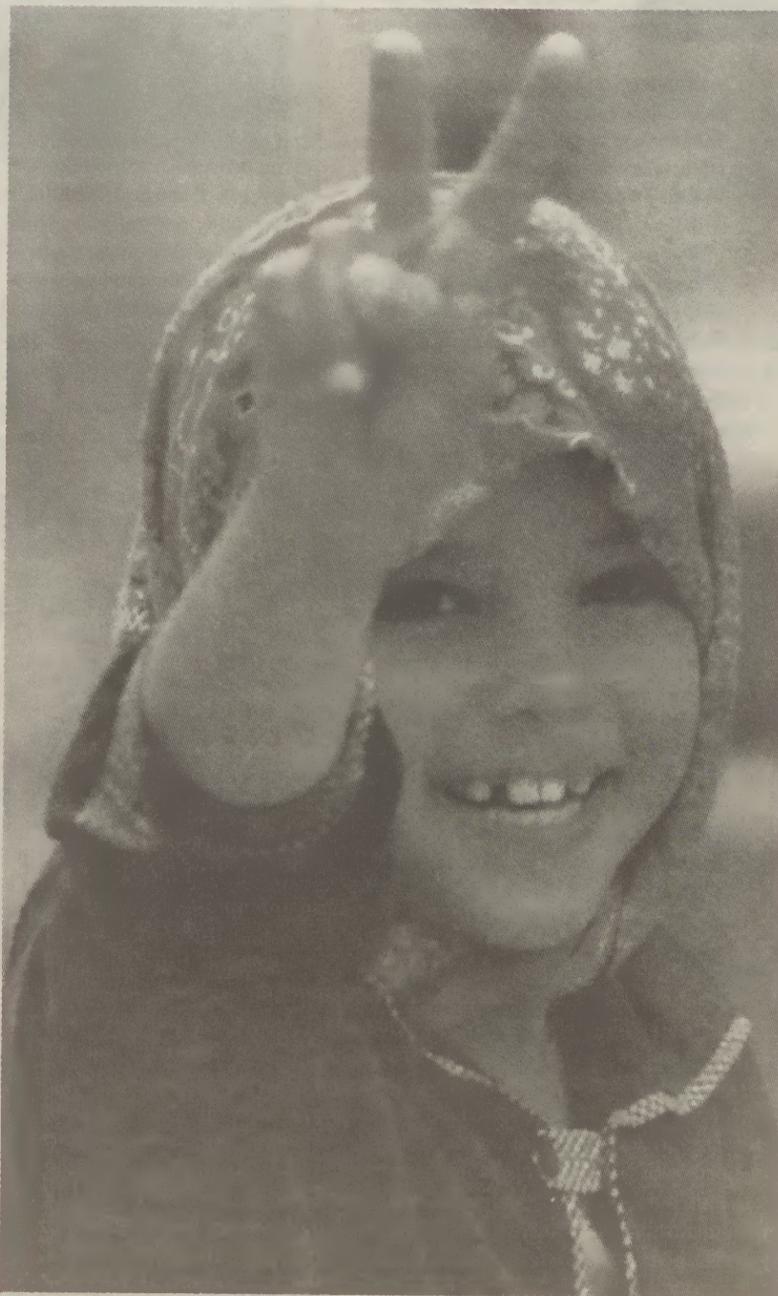
- no Ruanda, cerca de 80% das crianças perderam os parentes mais próximos e 1/3 destas crianças testemunharam assassinios;

- hoje, as crianças de, pelo menos, 68 países vivem no seio da contaminação de mais de 110 milhões de minas terrestres.

Na última década, as guerras mataram mais de dois milhões de crianças

que levam ao conflito armado. Os alvos são sempre as populações.

Só em 1995, foram criados, em diferentes locais, trinta grandes conflitos armados. Sucodem-se as situa-



Quem as chora?

A guerra de Israel contra a Palestina, que dura há mais de 30 anos, é a violação dos mais elementares direitos nacionais, políticos e humanos. Gerações consecutivas de palestinos lutam em defesa da sua identidade, da sua cultura e da sua civilização. Lutam contra a acção terrorista de Israel, só possível com o apoio dos Estados Unidos.

A Intifada constitui a determinação popular palestina de decidir o seu próprio destino. Não são soldados os «heróis da pedra», que são também crianças e jovens que resistem à guerra e querem exercer o direito à sua nação, ao seu Estado. Querem ir à escola e crescer palestinos. Irão conseguir-lo os que não fizerem parte da metade dos mortos da Intifada.

Outros números confirmam também o carácter explorador e repressivo do sistema capitalista: a fome mata anualmente 14 milhões de crianças; 149 milhões nos países em desenvolvimento sofrem de má nutrição; 12 milhões em todo o mundo não têm casa; mais de 100 milhões de crianças não frequentam a escola primária, sendo a maioria raparigas; 250 milhões de crianças algumas de 4 e 5 anos de idade são obrigadas a trabalhar na tentativa de sobreviver; a pobreza infantil em quase todos os países da União Europeia aumentou durante os últimos 20 anos.

Estas é uma parte, apenas, de situações horríveis que não têm merecido luto nem minutos de silêncio.

• Odete Santos

Fundamentalismos

Falemos, hoje, de fundamentalismos. É difícil escrever uma linha que seja, no momento presente, sem que a caneta puxe para o que está dentro do nosso coração. Ou, para usar uma bela alegoria de Daniel Filipe, é difícil fugir à necessidade de inventar o amor com carácter de urgência. Tropeçamos nos fundamentalismos com frequência. E, um dia, damo-nos conta de que deles resultaram gerações estropiadas. O Estado tem um papel fundamental no combate aos fundamentalismos. É óbvio que este combate de que falamos não é qualquer forma de retaliação (estranha palavra de se ouvir no século XXI, como se estivéssemos no

conforme com as metáforas religiosas sobre a criação do mundo. O estado do Arkansas, por mais do que uma vez condenado nos Tribunais (vide caso Epperson et al. v. Arkansas, ano de 1968, e caso McLean v. Arkansas Board of Education, ano de 1982, por ter suprimido dos programas escolares o evolucionismo) viria a ser seguido por outros estados, como o de Montana, Georgia, Washington e Louisiana. 2. São também fruto de fundamentalismos, e ocorrem num país que diz liderar o mundo, os cortes nos subsídios a programas de planeamento familiar, quando as instituições que os desenvolvem defendem a despenalização do aborto. Em contrapartida, reforçam-se as verbas

para o sistema de defesa antimíssil, através de uma «santa aliança» entre democratas e republicanos suscitada pelos recentes ataques terroristas. Porque, é claro, só uma ofensiva militar poderá relançar a economia dos EUA – dizem as manchetes dos jornais. 3. Com o sector educativo especialmente na mira (o que bem se compreende), o actual presidente William Bush reforçou os Fundos para apoiar programas de educação sexual destinados aos Jovens, que apregoem a abstinência sexual. Em nome de uma falsa moral e dos «bons costumes». Tudo isto são exemplos de uma política consonante com os valores passadistas enraizados nas famílias quando a educação formal não visa a socialização do

ser humano de acordo com o progresso das rotações na Terra. Também entre nós são alarmantes os sintomas de fraqueza revelados pelo Estado no que toca à assunção de responsabilidades relativamente à infância e juventude. Fraqueza em relação a fundamentalismos que fizeram desaguar correntes de ódio na altura do debate sobre o aborto. Correntes de ódio e também correntes de hipocrisia. Fundamentalismos que não se coibiram de enfatizar a necessidade do planeamento familiar e da educação sexual, para mais tarde atacarem a pílula do dia seguinte, e a educação sexual nas escolas. Desde 1984 que está inscrita em leis a obrigatoriedade de os currículos escolares conterem a Educação Sexual. Mas às leis têm feito os governos (todos eles) orelhas moucas. Cedendo aos fundamentalistas que negam ao Estado o direito (que é inalienável) de educar a capacidade de amar dos Jovens. Que a tal se reconduz a educação sexual. Já não serve de desculpa a falta de preparação dos professores para abordar o tema da sexualidade. Essa desculpa ameaça eternizar-se. E que tal se para a Educação Sexual se servissem, por exemplo, das obras de Gil Vicente? Do Auto da Índia, da Inês Pereira, do Velho da Horta? Não seria tarefa complicada. Agora que Gil Vicente foi expulso dos programas do Secundário (e isto é também fundamentalismo), talvez pudessem reparar a injustiça cometida e o empobrecimento do ensino, ensinando, através do nosso maior dramaturgo, um novo relacionamento entre os sexos.

tempo de Hamurábi!) mas a criação de condições da mais variada ordem para que o ser humano saiba pensar sem os fundamentalismos que, a partir de épocas passadas, o condicionem. É certo que muitas mulheres são ainda hoje vítimas de ideias fundamentalistas. As mulheres afegãs, depois da experiência socialista no Afeganistão, retrocederam séculos e são apedrejadas nas ruas quando a ela se aventuram sem os véus. Milhares de mulheres de África são vítimas de brutais mutilações genitais (a realidade que pude constatar recentemente numa visita ao Mali é mais brutal do que os relatos). As mulheres são cortadas, cosidas, para que não possam ter prazer sexual. É tudo se diz fazer em nome das tradições. É indubitavelmente ao Estado que compete, através da educação formal, da educação nos vários graus de ensino, combater tradições que são, por vezes, uma autêntica barbárie. Mas os fundamentalismos não os encontramos só em África, ou no Médio Oriente, ou em países não ocidentais. Existem no mundo que a si mesmo se chama de civilizado. Muitas vezes de uma forma disfarçada. Por exemplo: 1. Nos Estados Unidos da América, vários estados servem-se do sector educacional para tentar impor ideologias retrógradas, através da tentativa de eliminação de teorias científicas dos programas escolares. Já é recorrente, por parte desses estados, é o ataque à teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin, e a tentativa de imposição nos currículos escolares do criacionismo, mais



O Pacto de Estabilidade põe em causa, em particular, a coesão social

Pacto de Estabilidade

PCP exige suspensão imediata e revisão

O PCP exigiu a suspensão e revisão do Pacto de Estabilidade económica entre os países da União Europeia.

Esta posição, formalizada em projecto de resolução entregue na Assembleia da República, foi justificada pelo líder da bancada comunista, Bernardino Soares, por imperativos de «defesa dos interesses nacionais» face às «condicionantes monetaristas, anti-sociais e de entrave ao desenvolvimento do País» impostos no Pacto de Estabilidade e no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Na sua primeira declaração política proferida na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Bernardino Soares exigiu a «profunda revisão e imediata suspensão» do Pacto de Estabilidade por entender que este «contraria e entrava a coesão económica», obrigando a «orçamentos restritivos e com menos investimento» que acentuam «o atraso dos países menos desenvolvidos».

O Pacto de Estabilidade contraria e entrava a coesão económica

Da mesma forma, sublinhou, contraria «uma efectiva coesão social», na medida em que limita investimentos «nas áreas sociais, no aumento dos salários e das pensões», fundamentais para que nos aproximemos dos «bem distantes níveis dos países mais ricos da União Europeia».

O governo «não pode continuar a seguir a política do aluno empenhado e cumpridor perante Bruxelas», argumentou, especialmente num cenário de «possível crise mundial» e quando alguns países com melhores condições económicas «já estão a pôr em causa estes compromissos».

«Os orçamentos devem ser de acordo com as necessidades de cada povo e de cada país e não com os desígnios dos directórios financeiros europeus», defendeu Bernardino Soares, não sem antes ter criticado a «aplicação de

calendários e prazos rígidos e de grande restrição na despesa pública» que o cumprimento do Pacto implica e o «papel passivo e seguidista» do Governo do PS.

Intervindo em nome da bancada do PS, Francisco Assis, em resposta à declaração política do PCP, reiterou a ideia de que o Pacto não é contrário aos interesses do País e que este deve participar nele privilegiando o «consenso» entre os Estados.

Bernardino Soares, nesta sua primeira declaração política, depois de reafirmar o compromisso do Grupo comunista de levar ao Parlamento «os reais problemas do povo e do País», referiu-se ainda a algumas das suas prioridades neste início de sessão legislativa, adiantando que uma particular atenção será dada à questão da reestruturação fundiária na área de intervenção do Alqueva (hoje em debate) e à gestão e direcção das unidades do Serviço Nacional de Saúde, contra a privatização dos hospitais, matéria tratada em projecto de lei a entregar por estes dias na mesa da Assembleia da República.

Não à escalada de violência e guerra

Os atentados terroristas nos EUA dominaram o início da primeira sessão plenária do ano parlamentar. Houve unanimidade no minuto de silêncio pelas vítimas dos atentados dos EUA, mas não houve entendimento quanto ao texto do voto de pesar. Essas divergências tornaram-se evidentes que nas declarações políticas quer nas reacções aos votos de pesar propostos. Aprovado foi apenas o texto subscrito por PSD, PS e CDS-PP, sendo os três restantes (do PCP, do BE e de «Os Verdes») rejeitados.

A imposição de uma dicotomia entre «Bem» e «Mal», sugerida pelo voto de pesar conjunto que veio a ser aprovado, foi um dos aspectos criticados pela bancada comunista. Bernardino Soares alertou para a existência dessa «dicotomia bem/mal» que, do seu ponto de vista, «pode não contribuir para a serenidade» necessária na resposta aos actos terroristas.

Tais acontecimentos, como é afirmado no voto de pesar apresentado pelo PCP, vêm confirmar não apenas a necessidade de «identificação e punição» dos responsáveis pelos aten-

tados, como também a de «reforçar a cooperação internacional na luta contra todas as formas de terrorismo e no enfrentamento dos factores, problemas e conflitos que o alimentam».

No entender dos deputados comunistas, estes actos puseram ainda em evidência a «necessidade de uma política internacional orientada para a resolução dos problemas que afectam a paz mundial, respeitando o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, os direitos dos povos e a soberania dos países».

Depois de sublinhar que a gravidade da situação impõe «serenidade e racionalidade nas medidas a tomar» o texto do voto comunista manifesta a sua «condenação e repúdio» pelos atentados, expressando os «sentidos votos de pesar» ao «povo americano e aos familiares das vítimas» e apelando por último a todos os países, Estados, governos e instituições internacionais para que «contribuam empenhadamente para poupar o Mundo a uma escalada de violência e guerra e para lhe assegurar um caminho de justiça, paz e solidariedade».

Por Alqueva

Alavanca para o Desenvolvimento do Alentejo

Os debates em torno do Alqueva estão na ordem do dia. Na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar Comunista apresentou dois requerimentos. Dezenas de milhar de pessoas subscreveram um abaixo-assinado em defesa de um Alqueva que beneficie a comunidade.

O general Pezarat Correia, a deputada Helena Roseta (PS) e a eurodeputada Ilda Figueiredo (CDU) juntaram-se ao geólogo Galopim de Carvalho e ao escultor João Cutileiro em defesa de um Alqueva que beneficie a comunidade. Nomes de diferentes personalidades da vida política e cultural portuguesa que se associam - num abaixo-assinado com cerca de 47 000 assinaturas entregue ao pre-

Que um investimento público de mais de 350 milhões de contos resulte em mais-valias para a comunidade e não apenas para os grandes proprietários

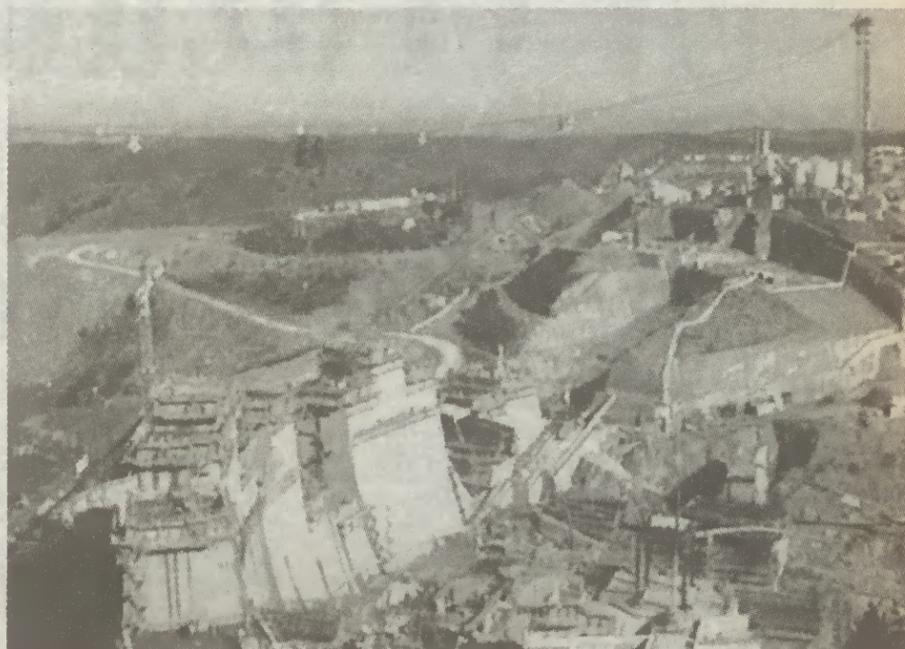
sidente da Assembleia da República, Almeida Santos - a operários, investigadores, engenheiros e sindicalistas, para defender um empreendimento que conduza ao desenvolvimento do Alentejo e à democratização do acesso à terra.

Sob o lema «Por Alqueva - Alavanca para o Desenvolvimento do Alentejo», os subscritores pedem medidas políticas que assegurem que um investimento público de

mais de 350 milhões de contos resulte em mais-valias para a comunidade e não apenas para os grandes proprietários, cujas terras de sequeiro vão ser beneficiadas.

Os subscritores defendem a criação de novas unidades de produção agrícola, «dinâmicas e de dimensão técnico-económica adequadas a uma exploração de regadio e à utilização eficiente e racional dos recursos produtivos».

Entre a extensa lista constam também os nomes da actriz e encenadora Fernanda Lapa, do professor Francisco Moita Flores, do presidente da Associação dos Municípios do Litoral Alentejano, Fernando Travassos, do ex-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, do presidente da Região de Turismo de Évora, João Andrade Santos, do



general Vasco Gonçalves e do escritor Urbano Tavares Rodrigues.

A iniciativa pretende ainda alertar para a necessidade de se desenvolver, no plano turístico, um programa específico para a zona da albufeira da barragem.

Para as populações e municípios afectados pela construção da rede viária que servirá o Empreendimento de Fins Múltiplos é pedida a concretização de medidas de compensação.

Na vertente ambiental, os subscritores solicitam que sejam minimizados os impactos negativos, tanto em ter-

mos patrimoniais como de ecossistemas.

«Muitas destas medidas ou ainda não existem ou estão substancialmente atrasadas, sentindo-se um claro défice de coordenação e empenhamento a nível do Governo», lê-se no texto entregue na passada segunda-feira a Almeida Santos.

Banco de terras e água para rega

O deputado comunista Lino de Carvalho apresentou na Mesa da Assembleia da República dois requerimentos ao Governo.

Um primeiro sobre o Banco de Terras em que, tendo em consideração que a zona de intervenção da Reforma Agrária era muito mais vasta que a área abrangida pelo futuro perímetro de rega do Alqueva e que «as limitadas terras sobrantes do processo de entrega de reservas estão, no todo ou em parte, já arrendadas», se questiona sobre a localização, área e titulares actuais da exploração de «cada uma das parcelas que constituem aquele remanescente».

Quanto aos preços da água para rega, o deputado do PCP pede uma informação de urgência quanto aos critérios e métodos de cálculo dos preços médios avançados pelo Governo.



Pela promoção dos transportes públicos

O PCP apresentou, quinta-feira passada, na AR, dois projectos de lei destinados à criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes em Lisboa e no Porto e a uma reestruturação do passe social.

Os deputados comunistas propõem a constituição das autoridades metropolitanas como pessoas colectivas de direito público, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, com funções de planeamento, fiscalização, coordenação e controlo dos transportes colectivos e dos investimentos.

O PCP defende que tais organismos devem tutelar as empresas públicas regionais, estabelecer a política tarifária e conceder, autorizar ou contratar a exploração de transportes colectivos.

Segundo a proposta do grupo parlamentar comunista, as Autoridades Metropolitanas devem ter um conselho geral constituído por cinco representantes da Administração Central, um de cada município, cinco das empre-

sas e igual número em representação dos trabalhadores, mais dois para dar voz aos utentes.

Da estrutura proposta pelo PCP faz ainda parte um conselho executivo, com cinco elementos para a Área Metropolitana de Lisboa e três para o Porto, nomeados pelo Ministério do Equipamento Social, mediante proposta apresentada pelo respectivo conselho geral.

A criação de autoridades para tutelar o sector está prevista na lei de bases dos transportes desde 1990.

O projecto de lei do PCP para actualização do passe social visa alargar a sua utilização às áreas de Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Samora Correia, Moita, Montijo, Alcochete, Palmela, Setúbal e Sesimbra, por forma a servir uma população de 2.300.000 utentes, mais 44 por cento do que actualmente.

De acordo com os dados apresentados pelo PCP, apesar de ser o título de trans-

porte mais utilizado na região de Lisboa, com mais de quatro milhões de unidades vendidas por ano, tornou-se necessário proceder a uma reestruturação devido à privatização de empresas que deixaram de o aceitar em algumas carreiras, ao crescimento da AML para a periferia e ainda aos «aumentos brutais do seu custo».

«Actualmente, o passe L123 corresponde a 11,3 por cento do valor do salário mínimo nacional, quando em 1980 representava 8,67 por cento», lembram os comunistas

Com a aprovação deste projecto de lei, sublinha-se no documento divulgado em conferência de imprensa, «as populações terão benefícios directos através da melhoria de qualidade dos transportes públicos, da melhoria da mobilidade urbana, da possibilidade de escolha da alternativa de transporte mais conveniente para o seu percurso, sem aumento de encargos, na contenção dos gastos familiares com as deslocações diárias».

Tapetes de Arraiolos

Um projecto aprovado por unanimidade

O projecto de lei do PCP que assegura a defesa e valorização do tapete de Arraiolos e cria um Centro para esse efeito, foi aprovado, na generalidade, por unanimidade. Trata-se agora de elaborar, na especialidade, um texto final, que finalmente crie os instrumentos adequados à defesa, promoção e valorização do tapete de Arraiolos e do trabalho dos seus artesãos.

Uma iniciativa que, como sublinhou o deputado Lino de Carvalho na sua intervenção na Assembleia da República, «aparentando um objectivo específico e limitado» encerra, entretanto, «uma importância bem mais vasta».

Concretamente, «em época de uma uniformização que alguns querem globalizante e descaracterizadora das especificidades da cultura de cada povo e da soberania de cada nação, com o sentido de tudo ser submetido à

voragem dos mercados e ao apetite de gigantes interesses transnacionais e operadores distribuidores, o genuíno artesanato ainda é uma das áreas produtivas e sociais onde a cultura de cada povo pode ser preservada e valorizada e onde o emprego, designadamente dos muitos milhares de pequenos produtores artesãos, deve ser defendido e incrementado».

O projecto de lei apresentado pelo PCP envolve a definição dos elementos que deverão presidir à sua classificação, a determinação da área geográfica e a criação de um Centro para a Defesa e Valorização do Tapete de Arraiolos, que deverá integrar a Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais.

A aprovação deste projecto de lei poderá constituir um incentivo a que outros produtos do artesanato encontrem também caminhos para a sua qualificação.

Carta Social Europeia

São precisos mecanismos que assegurem a concretização e aplicação da Carta Social Europeia. Na sua intervenção no plenário, o deputado comunista Vicente Merendas sublinhou que «a Carta Social Europeia revista é um tratado internacional completo em si, que reúne num único instrumento o

conjunto de direitos garantidos na Carta Inicial e no Protocolo Adicional de 1997, bem como as alterações agora introduzidas a esse conjunto de direitos e os novos direitos aditados». Direitos pelos quais «os trabalhadores têm lutado tenazmente».

O deputado comunista lembrou que, no nosso país,

«a violação dos direitos individuais e colectivos constitui, particularmente em certos sectores e zonas do País, um verdadeiro escândalo a que urge pôr termo». Pelo que se impõe que o Governo «haja de forma célere e eficaz no sentido de resolver os atentados aos direitos dos trabalhadores».

• Miguel Urbano Rodrigues

A cruzada de Bush e a ameaça neofascista

No bombardeio mediático desencadeado pelo ataque terrorista de 11 de Setembro aos EUA são identificáveis dois discursos diferentes que expressam atitudes antagónicas perante a história e a aventura e o destino do homem. Coincidem somente na condenação do repugnante crime.

Um deles faz da retaliação a primeira prioridade. É um discurso maniqueísta. A humanidade estaria dividida em nações civilizadas e nações bárbaras. Os bons teriam por missão punir os maus. Apresenta perigosas analogias com a tese do professor Samuel Huntington sobre a inevitabilidade do choque violento das civilizações no século XXI.

A contrapor ao discurso da irracionalidade escutam-se com muitos matices o daqueles que, embora solidários com o sofrimento do povo norte-americano, não acreditam que actos de guerra contra este ou aquele país possam ser uma resposta eficaz ao terrorismo.

A dicotomia reflecte uma crise global da civilização na qual os ataques terroristas ao Pentágono e às torres de Manhattan funcionaram apenas como espoleta.

O que primeiro me impressiona na situação criada pelos crimes do 11 de Setembro é a incapacidade para identificar algumas evidências por parte da maioria dos que a comentam.

1. A reacção à tragédia do sistema de poder dos EUA deixa transparecer uma visão hierarquizada da humanidade como se esta fosse um edifício habitado por povos de primeira, de segunda e terceira.

2. Retomando o mito da «nação predestinada por Deus», ideado pelos Pais Fundadores, os EUA teriam não só o direito de punir o inimigo sem rosto que os atacou levando a guerra onde e quando considerarem necessário como teriam o direito a receber o apoio activo para essas acções daquilo a que se convencionou chamar a comunidade internacional.

3. Destas evidências decorre uma terceira: o presidente Bush apresenta-se como um porta-voz da humanidade civilizada quando identifica a retaliação guerreira com uma nova Cruzada (1).

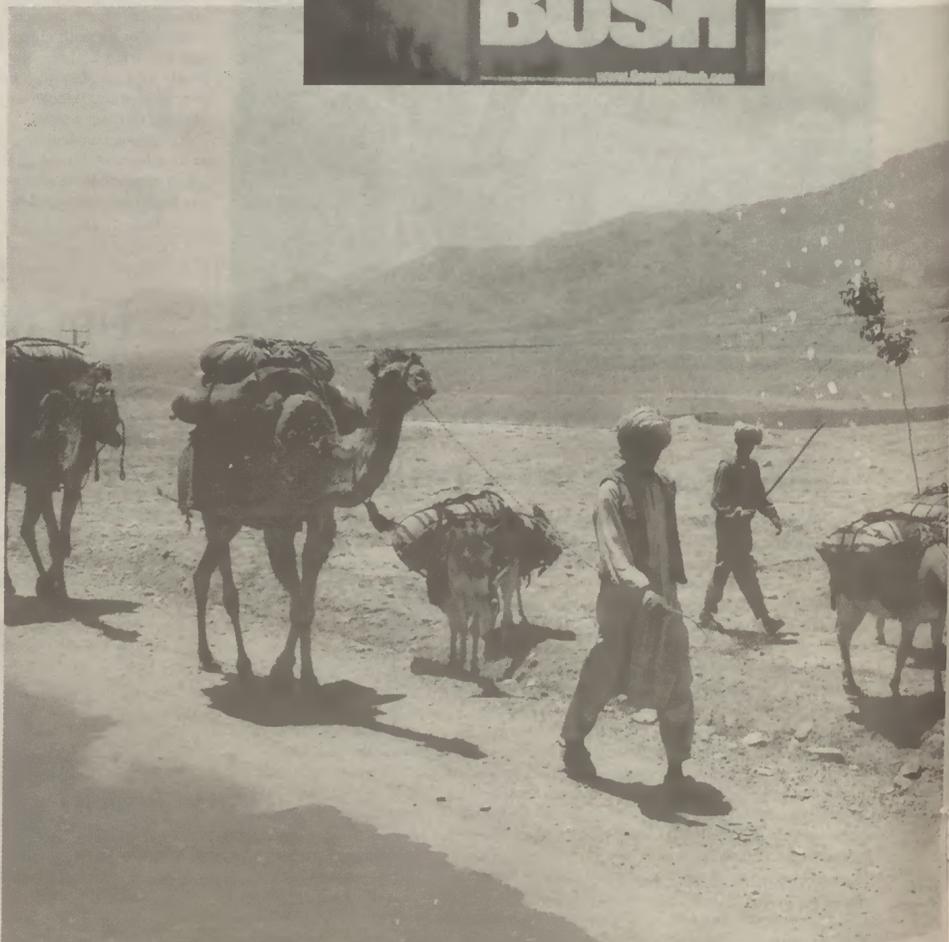
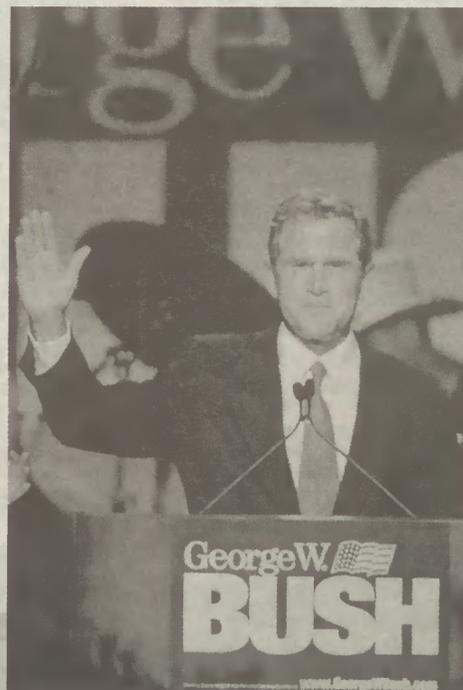
O som dos tambores de guerra acionados pelo sistema de poder dos EUA gera atitudes de medo. Na Europa e em numerosos países do Terceiro Mundo, intelectuais desorientados aderem ao coro da solidariedade incondicional, aceitando implicitamente a tese da hierarquização das sociedades ou, por outras palavras, a conclusão de que a vida de um norte-americano é muito mais importante do que a vida de um africano ou de um asiático.

As estimativas provisórias admitem que o número de vítimas dos atentados do 11 de Setembro seja superior a seis mil. Ora, a firme condenação do monstruoso crime não pode fazer esquecer

que – para citar apenas três casos – os bombardeamentos de Hiroshima-Nagasaki, os dois genocídios em Timor-Leste e as matanças do Ruanda assumiram proporções muito maiores no tocante à dimensão dos matadouros humanos. O mesmo se poderia dizer da Guerra do Golfo e da agressão à Jugoslávia.

Esses crimes contra a humanidade não provocaram, entretanto, movimentos de protesto e solidariedade com as vítimas nem de longe comparáveis àquele a que assistimos. Ora, os EUA foram o único responsável pelo uso das armas nucleares contra o Japão (2), e poderiam, com um simples gesto, ter evitado os genocídios timorenses.

O terrorismo, sobretudo actos como os do 11 de Setembro em cuja origem é



identificável um fanatismo tresloucado, gera, naturalmente, um repúdio muito peculiar. Mas isso não pode servir de argumento para, invocando princípios éticos, lançar apelos a guerras punitivas cujas vítimas seriam povos inteiros.

Um dos inenunciáveis absurdos da campanha marcada pelo discurso da irracionalidade é a obsessão do sistema de poder dos EUA em identificar o «grande responsável». Quase

imediatamente, o terrorista saudita Osama ben Laden passou a ser apontado como «o inimigo número um» dos EUA. Tal atitude seria ridícula se não fosse acompanhada de iniciativas políticas definidoras da estratégia da resposta político-militar dos EUA. De repente, o sistema de poder da primeira potência do mundo fez de um fanático islamista o cérebro e o responsável de um atentado de extraordinária complexidade sobre

cujas montagens e densa rede de complexidades no interior dos EUA quase tudo permanece envolvido em denso mistério.

No momento em que escrevo, são ainda imprevisíveis as consequências práticas do ultimato dos EUA ao governo fundamentalista de Kabul para que entregue ben Laden.

As posições do presidente Bush, do Departamento de Estado e do secretário da Defesa levam a crer, entretanto,

que o destino do «inimigo número um» terá pouca ou nenhuma influência no tipo de resposta militar do sistema de poder dos EUA ao devastador golpe que lhe foi infligido por um inimigo ainda neovento.

A insistência com que os mais altos responsáveis anunciam em Washington a necessidade de aplicar ao Afeganistão uma punição exemplar é, por si só, reveladora da desorientação e irresponsabilidade do establishment norte-americano.

Quatro viagens ao Afeganistão e a travessia durante a guerra civil da cordilheira do Hindu Kuch proporcionaram-me um razoável conhecimento do país, da sua história milenar, das suas principais cidades e dos povos que ali vivem.

Pergunto-me: que punição têm na mente os estrategistas norte-americanos, famintos de retaliação? Num território bem maior do que a França, onde não existe um único caminho-de-ferro, nem indústria, nem laboratórios, onde os computadores são peças raras e a

bém fundamentalista que o ocupava. Foram os EUA quem, pela mão do Paquistão e com o apoio da Arábia Saudita, deram o sinal verde para que a seita Talibã inaugurasse o seu reinado de terror.

Foram os EUA que, desde 1980, financiaram as escolas de terrorismo instaladas nos territórios tribais da Fronteira do Noroeste. Ali se formaram sucessivas gerações de terroristas, primeiro a serviço das chamadas Sete Organizações Sunitas de Peshawar e depois dos Talibã. Os homens saídos da academia do terror ideada e montada sob a supervisão da CIA ficaram internacionalmente conhecidos como «os afegãos», embora alguns fossem árabes. Quando o pão e o petróleo acabaram em Kabul e os mujadines entraram em combate na capital que não haviam sido capazes de tomar pelas armas, os profissionais do terrorismo «afegãos» espalharam-se pelo vasto mundo, oferecendo os seus serviços a quem melhor lhes pagasse. Muitos foram parar à Argélia, outros aos EUA. Entre essa escória humana havia, por exemplo, especialistas no uso dos mísseis Stinger (fornecidos pela CIA) com os quais foram atacados e derrubados aviões comerciais da Companhia Ariana, então do governo da revolução afegã.

Hoje o feitiço virou-se contra o feitiço, mas é oportuno recordar que cabe a Washington a responsabilidade pelo aparecimento no mundo dos terroristas afegãos.

O que aí vem

A histeria mediática que faz de ben Laden o inimigo principal dos EUA terá curta duração. Foi uma necessidade da perversão desinformativa nos dias posteriores à tragédia do 11 de Setembro. Enquanto se elaborava a estratégia da retaliação, era indispensável individualizar «o grande responsável» e, desde o presidente Bush, com a sua indisfarçável indigência intelectual, ao general Colin Powell, passando pelo superfalco Rumsfeld, da Defesa, o fogo oratório dos porta-vozes do sistema de poder foi concentrado no ex-aliado, a quem antes definiam como «combatente da liberdade».

Em breve será transparente que a retaliação visa outros alvos.

Não há certezas por ora. Mas, na Casa Branca e no Pentágono, ben Laden é um cartaz amarrado nos debates sobre a utilização do poder militar norte-americano. Certamente se fala mais do eventual bombardeamento da Líbia ou de arrasar o que resta do Iraque. Não faltarão generais megalómanos a sugerir que o castigo exemplar inclua o Irão, talvez o misérímo Sudão.

A torrente de disparates vomitada hora a hora pelos *mass media* desvia a atenção do alvo principal. A retaliação militar em preparação será, previsivelmente, dirigida contra os chamados *rogue states*. O famigerado terrorista saudita não passa de uma formiguinha na crise em desenvolvimento.

Washington não tem pressa, ao contrário do que as aparências sugerem. Os homens-chave do sistema de poder não se aperceberam ainda de



que a coligação universal de que os EUA seriam o pólo e o motor é uma utopia.

Washington conta para a anunciada Cruzada com o apoio declarado (sem carta branca) dos governos da União Europeia, do Japão, do Canadá, da Austrália, ou seja, dos ricos do planeta, mas os povos desses países distanciam-se cada vez mais do projecto de acções militares punitivas cujas vítimas seriam as populações.

O tempo joga contra os EUA porque, pouco a pouco, as intenções reais do sistema de poder imperial principiam a transparecer.

Grandes questões, inseparáveis do funcionamento da engrenagem da globalização neoliberal, podem vir a pesar decisivamente nas decisões militares.

A solidariedade dos governos da Alemanha e da França, por exemplo, não resistiria a um eventual bombardeamento dos poços e refinarias do Irão, fonte importantíssima do abastecimento da Europa em combustíveis.

Interesses económicos e financeiros multimilionários chocam-se já nos bastidores do jogo da guerra antes da explosão, algures, da primeira bomba punitiva norte-americana, esperada com ansiedade pelas forças mais obscurantistas da sociedade.

Não é segredo – e os grandes jornais dos EUA já reconheceram essa evidência – que a Cruzada de que fala Bush daria um impulso enorme à economia do país, sendo festejada pelo complexo militar-industrial.

Alguns analistas lembram que uns meses de guerra permitiriam a retomada do crescimento, restituindo a saúde a uma economia combatida, temerosa do futuro. As centenas de milhares de despedimentos das últimas semanas iluminaram a gravidade da crise. Essa situação é, aliás, usada como argumento pelos partidários de uma «guerra justa», por eles encarada como o melhor remédio para todos os grandes males da nação.

Ventos neofascistas

Nunca como hoje a pretensão dos EUA para agir como império universal e perpétuo foi tão transparente e perigosa.

A evolução da crise é, por ora, imprevisível.

Julgo útil, entretanto, chamar a atenção para dois pontos.

1. A Cruzada proclamada por Bush não irá adiante porque o projecto se choca com o desejo de paz da esmagadora maioria da humanidade. Os povos não acompanharão o aventureirismo guerreiro. Condenam essa política.

2. Esboça-se no horizonte uma ameaça de contornos pouco claros, mas que deve ser combatida desde o início com a maior firmeza.

A pretexto de dar combate eficaz ao terrorismo, os governos da maioria dos países industrializados tentarão restringir liberdades e direitos constitucionais, intensificando e ampliando políticas repressivas.

Num momento em que, pelo mundo afora, está subindo a maré da contestação ao neoliberalismo e ao seu projecto desumanizante, Washington e os seus aliados europeus tudo farão para impor pela força um modelo de sociedade desacreditado e que os povos rejeitam. A partir de agora, não tenhamos dúvidas, será cada vez mais difícil que as massas, nas ruas, como aconteceu em Seattle, em Davos, e Génova, expressem o seu repúdio pelo governo mundial das minorias que fazem da desigualdade crescente entre os homens a alavanca do crescimento económico.

Um neofascismo de matizes diferenciados aflora já no discurso político dos apologistas da Cruzada bushiana.

Colar o rótulo de terroristas potenciáveis a quantos se batem pela liberdade e pelo progresso da humanidade, a quantos se rebelam contra o discurso e o projecto neoliberal é uma tentação para os ideólogos do sistema de poder dos EUA e para os seus aliados.

Nunca, portanto, foi tão necessária a solidariedade a combatentes de vanguarda como são os palestinos, os guerrilheiros das FARC colombianas, os revolucionários venezuelanos unidos em torno do governo Chavez, os Sem Terra brasileiros, para citar quatro exemplos expressivos.

Supérfluo será acrescentar que a luta dos comunistas em todo o mundo será doravante muito mais difícil.

(1) Os actos de barbárie dos Cruzados foram revocados pelo Papa que numa Bula especial condenou a frequência com que os cavaleiros de Godofredo de Bulhã, após o cerco e tomada de Antioquia, praticaram a antropofagia, assando no espeto crianças drábes e turcos.

(2) O lançamento das bombas nucleares não respondeu a exigências militares. Quando Hiroshima foi arrasada, o exército japonês da Manchúria, última grande força nipónica, fora destruído pela ofensiva do Exército Vermelho.



Depoimentos de participantes de partidos Uma Festa com solidariedade

A Festa do Avante! é sempre uma oportunidade para que o internacionalismo – presente nas preocupações e na prática dos comunistas portugueses – venha à tona. E proporciona não apenas o encontro com representantes de partidos comunistas e de organizações progressistas e revolucionárias do mundo mas sobretudo de ali mesmo ser prestada uma solidariedade que é recíproca. Mais uma vez este ano, em que se realizou a 25.ª edição da nossa Festa, foram numerosos os representantes estrangeiros que não apenas estiveram presentes com os seus stands no espaço internacional como acompanharam a Festa, participaram em encontros e foram recebidos, no domingo de manhã, pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Como também já é de tradição, o Avante! recolheu de alguns – era impossível encontrarmos com todos – depoimentos que hoje publicamos. Duas questões quisemos abordar: a situação político-social e as perspectivas que se colocam, nos seus países, aos nossos visitantes e, por outro lado, as impressões que levaram da nossa Festa e o significado da sua participação.



Angola

Fernando Muque

Director do Departamento de Informação do MPLA

Esperança renovada na paz

Angola e o povo angolano nunca estiveram tão próximos da paz como agora. Esta situação resulta dos ingentes esforços envidados pelo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) a nível político, militar e diplomático, como a nível da implementação, com êxito, da estratégia global para a saída da crise económica e social que o país atravessa.

Por isso, fazendo uma apreciação global da situação de Angola é fácil inferir que a mesma registou progressos consideráveis e irreversíveis, tanto no domínio político-militar como no domínio socioeconómico, desde finais de 1988, altura em que a Unita de Savimbi começou o assalto final ao poder, através de uma guerra convencional de grande envergadura.

No domínio político-militar, os êxitos alcançados animam-nos a prosseguir a luta, tendo em vista a conquista da paz – o maior desejo e sonho do povo angolano, como condição indispensável para o desenvolvimento do País e a solução dos problemas da população.

Cumprindo os seus deveres constitucionais, o Governo frustrou os planos dos inimigos da paz e da democracia, tendo restabeleci-

do o controlo político e militar de mais de 90 por cento do território e da população. Os números são elucidativos: 18 capitais provinciais e 157 municipais, a maior parte das comunas e todas as fronteiras terrestres nacionais e vastas áreas onde os rebeldes praticavam o garimpo industrial e artesanal encontram-se sob controlo do Governo.

A administração do Estado estendeu-se a localidades que há 25 anos de independência nunca conheceram a legalidade constitucional como a Mavinga, Dirico, Calai, Jamba, etc., tradicionais bases da Unita de Savimbi.

Em consequência disto, a Unita belicista deixou de representar uma ameaça real ao poder instituído. As suas acções baixaram de intensidade e são realizadas de forma esporádica em áreas localizadas.

Em cada dia que passa aumenta o número de militares e populares que abandonam as fileiras dos rebeldes e se apresentam às autoridades do Estado. Igualmente, aumentou o seu isolamento político a nível regional, continental e internacional.

Actos criminosos

As acções terroristas dos rebeldes não deixam, portanto, de causar alguns momentos de dor e luto no seio da população. Fugindo ao confronto directo com as forças governamentais, os rebeldes, descarregam, como é de praxe, toda a sua cólera e sanha assassina contra os civis indefesos, sobretudo crianças, mulheres e velhos.

Os recentes ataques perpetrados em Caxito, Dombe Grande, Uíge (Zenza do Itombe), Santa-Clara, Malange, etc., dos quais resultou a morte de centenas de inocentes e pacatos cidadãos são exemplos vivos e indiscutíveis que demonstram o carácter criminoso e terrorista dessa organização.

Acções desta natureza em nada podem contribuir para o processo de pacificação do País e demonstram, uma vez mais, a crónica incapacidade dos rebeldes de responderem com acções positivas às iniciativas políticas do Governo, que visam o estabelecimento de uma paz justa e definitiva em Angola, no quadro do protocolo de Lusaka. Em Angola, o processo democrático, nunca interrompido apesar da guerra, segue o seu curso normal. O diálogo entre todas as forças vivas da Nação verdadeiramente interessada na paz tem sido uma prática quotidiana, tanto a nível das instituições democráticas – o Parlamento, como a nível de toda a sociedade.

Por isso, não há razões para que exista pessoa ou grupo de pessoas a reivindicar o poder por via da força das armas, quando há no País formas legais para a sua conquista e exercício: submeter-se regularmente à conquista popular para ser legitimado através do voto.

Igualmente, não há nenhuma «causa profunda» que possa explicar a prática de actos terroristas contra a população e o prolongamento do sofrimento do povo angolano.

O País não pode continuar eternamente a ser refém de um grupo de desordeiros, que por vontade própria se auto-excluíram do processo democrático em curso.

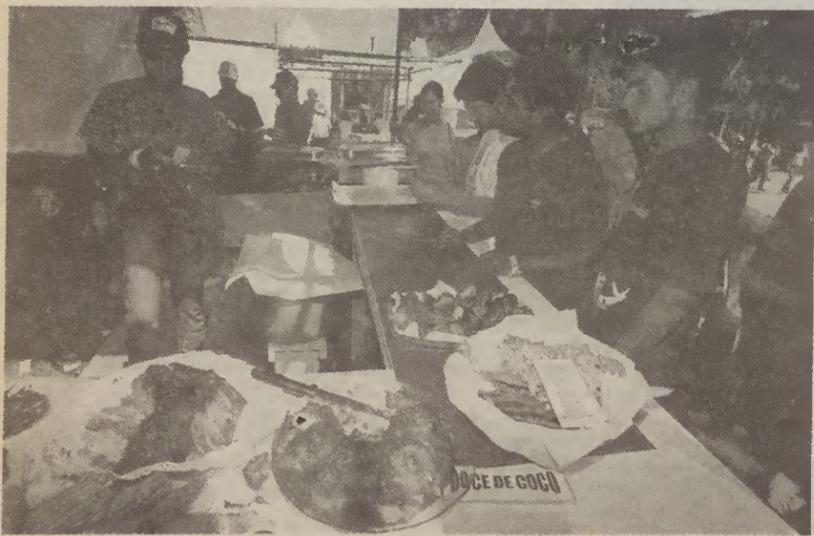
Os partidos políticos e todo o povo angolano preparam-se para participarem no novo pleito eleitoral.

Mas conforme afirmou o camarada presidente José Eduardo dos Santos, no acto de abertura da V Sessão do Comité Central, «se a Unita do senhor Savimbi continuar a não respeitar o protocolo de Lusaka e as resoluções das Nações Unidas e a manter a guerra, as Forças Armadas Angolanas e a Polícia Nacional terão de redobrar os seus esforços para garantir a estabilidade e a segurança que permitam realizar eleições».

Todos aqueles que querem chegar ao poder por meios anti-democráticos encontrarão sempre a resistência dos cidadãos patriotas e conscientes.

O MPLA, sendo a principal força política, o factor de unidade nacional, coesão social e promotor e defensor da democracia encontra-se empenhado no processo de preparação das suas estruturas, militantes e eleitorado, com vista a vencer os próximos desafios eleitorais.

No domínio socioeconómico, o País tem registado, nos últimos tempos, uma relativa estabilidade da moeda nacional, uma melhoria progressiva dos índices de inflação, um ligeiro aumento do emprego e dos rendimentos dos cidadãos, bem como existem sinais visíveis de reanimação da pequena e média actividade económica.



e organizações progressistas

Cuba

Nicanor León Cotayo do Partido Comunista de Cuba

Solidariedade hoje mais do que nunca

Com o novo governo dos Estados Unidos, as relações entre Washington e Havana complicam-se ainda mais. Devido a esta situação, o nosso partido prepara-se para combater num cenário mais tenso, no meio de uma acentuada retórica contra o nosso país. Com o governo de George Bush não descartamos que poderíamos apelar a todos os recursos para pôr fim à revolução em Cuba.

Se nos determos na brutal actuação da Casa Branca no mundo – que vai desde romper os acordos de limitação de antimísseis até aos que procuravam proibir os testes nucleares ou melhorar o médio ambiente –, compreendemos melhor a posição de Cuba, situada a 90 milhas da costa norte-americana. Tudo isto, como é natural, repercute-se sobre a situação político-social do país.

Bush está aliado aos grupos terroristas de origem cubana com base em Miami. A ele deve a sua «vitória» eleitoral no estado da Florida, onde cometeram uma escandalosa fraude que manchou a imagem da denominada democracia norte-americana.

O bloqueio a Cuba foi intensificado, apesar da propaganda dos EUA trate de fazer crer que foi flexibilizado. Na prática, Cuba continua sem poder comprar alimentos e medicamentos aos Estados Unidos e as leis que tornaram o bloqueio mais duro (a «Torricelli» em 1992 e a «Helms-Burton» em 1996) continuam totalmente em vigor, juntamente

com emendas de leis posteriores que as ampliaram.

Hoje mais do que nunca, Cuba precisa que o movimento de solidariedade antibloqueio se estenda pelo mundo congregando em seu redor todas as forças honestas e progressistas.

Ao mesmo tempo, o nosso partido está a lutar pela libertação de cinco patriotas cubanos, contra os quais a extrema-direita com origem cubana de Miami montou um tribunal político de forma a mandá-los para a prisão por muitos anos. Esses companheiros infiltraram-se em grupos terroristas ali radicados e conseguiram evitar acções criminosas, iguais a tantas realizadas durante anos.

Acusam-nos de se terem infiltrado em bases militares dos Estados Unidos, o que é totalmente falso. Não o puderam provar, nem tão-pouco puderam provar a sua responsabilidade no derrube de avionetas procedentes da Florida que tinham violado muitas vezes o espaço aéreo de Cuba. O povo cubano está mobilizado para a defesa dos seus irmãos e não se desmobilizará até que estes cinco prisioneiros políticos sejam libertados.

Apesar das grandes dificuldades que enfrentamos, Cuba está a recuperar gradualmente no campo económico, este ano mais do que a média da América Latina. Continuamos com o projecto de transformar o povo cubano, durante o primeiro decénio do século XXI, numa das nações mais cultas do mundo.

A realização de uma obra concreta ao

serviço de uma imensa maioria, bem como uma direcção política muito vinculada ao povo, foram factores decisivos para que os cubanos verdadeiramente patriotas acompanhem e defendam as orientações do nosso partido.

Estamos mais solidários que nunca com o movimento revolucionário e progressista internacional e consideramos o Partido Comunista Português como um dos nossos mais próximos e dedicados aliados. Continuaremos a avançar por esse caminho sem claudicar, cada vez mais unidos em torno do partido encabeçado por Fidel Castro, hasta la victoria siempre.

Muito impressionante

A nossa participação na Festa do Avante! expressa a irmandade entre os nossos partidos e jornais. A Festa do Avante! é também a nossa festa. Muy impresionante lo visto, uma enorme massa de povo, de todas as idades, respondendo uma vez mais a esta convocatória político-cultural do PCP e do seu jornal, concreta e admirável expressão da sua confiança em ambos.

Ao observar o comércio, também com uma participação massiva e cheia das bandeiras dos trabalhadores e de vários países, reafirmei ainda mais a minha convicção de que, mesmo numa situação de grandes dificuldades, as nossas ideias vivem e que em Portugal têm um sólido baluarte.

Estamos cientes de que a evolução positiva que temos vindo a registar sobretudo no domínio político-militar terá grande influência na reanimação da actividade económica em todo o território nacional e na melhoria das condições de vida das populações.

Novas tarefas e desafios

No entanto, a situação acima descrita abre novas perspectivas para o País e coloca novas tarefas e novos desafios ao MPLA e ao Governo. Eis os principais desafios que se colocam aos angolanos neste momento.

Em primeiro lugar, a conquista da paz justa e definitiva para o País, como premissa fundamental para a materialização de projectos em todos os domínios da vida e a resolução dos problemas do povo. Essa paz será, tarde ou cedo, conquistada e construída com a nossa luta e os esforços e trabalho de todos os angolanos, de Cabinda ao Cunene.

Em segundo lugar, a extensão e a normalização do funcionamento da administração pública nos municípios e comunas, a abertura das vias, a garantia da livre circulação de pessoas e bens, o reassentamento de mais de dois milhões de deslocados de guerra, a reabertura das infra-estruturas e serviços que garantam a água, a energia, a assistência médica e a defesa civil das populações, a alocação dos meios e recursos para a execução dessas tarefas, são alguns dos muitos problemas que o Governo deverá procurar soluções.

Em terceiro lugar, a finalização, a nível do aparelho de Estado, de todas as leis e regulamentos, que regulem a organização e o funcionamento do poder e da administração local do Estado, no quadro da estratégia e das políticas a serem definidas pelo Partido sobre a desconcentração para a formação das autarquias locais.

Em quarto lugar, a criação de condições para a realização das eleições gerais é outro grande desafio. Estas condições pressupõem a aprovação da nova Constituição da República e do pacote da legislação eleitoral.

A execução destas tarefas exige o engajamento e a participação indefectíveis de todos os cidadãos angolanos e das forças políticas da nossa sociedade.

Em suma, importa-nos dizer que os importantes êxitos alcançados em vários domínios e sobretudo no domínio político-militar, dão-nos a esperança de que, num futuro breve, o povo angolano vai conquistar a paz justa e definitiva.

Estamos convictos de que o povo angolano continuará a contar com o apoio da comunidade internacional e, em particular, da tradicional solidariedade do PCP na sua luta. Pelo que apelamos a todos os governos do mundo a aplicarem, com eficácia e urgência, as san-

ções e o isolamento internacional decretados pelo Conselho de Segurança da ONU, reforçando os mecanismos do seu controlo, tendo em vista desencorajar todas as forças que em diferentes partes do mundo apoiam moral e materialmente essa organização terrorista na continuação da guerra em Angola.

Unido em torno do MPLA e do camarada presidente José Eduardo dos Santos, o povo angolano saberá vencer todos os desafios político-eleitorais e socioeconómicos, rumo à plena estabilização geral do país.

A festa da solidariedade

A participação do MPLA nas Festas do Avante! insere-se no quadro das tradicionais e históricas relações de amizade, cooperação, respeito e solidariedade existentes entre o MPLA e o PCP.

A Festa do Avante! constitui sempre a grande festa da grande família comunista de Portugal e um cenário de solidariedade entre várias forças políticas que provenientes de diferentes pontos do globo partilham dos ideais de justiça social e trocam pontos de vista sobre os problemas que preocupam a humanidade.

Constitui também uma oportunidade para o conhecimento mútuo e a troca de experiência entre pessoas de diversas origens, raças, hábitos, costumes e culturas.

Com a realização da 25.ª Festa do Avante!, o PCP continua a dar sinais de uma inequívoca demonstração do seu vigor e vitalidade na cena política portuguesa. Foi gratificante registar o elevado nível de organização e de entrega demonstrado pelos militantes do PCP, factor que tornou possível o desfecho bastante feliz da 25.ª edição da Festa do Avante!, tendo a mesma, no nosso entender, superado as edições anteriores.

No entanto, registamos também com agrado um facto que nos regozijou nas vésperas desta Festa. Trata-se da aprovação pelo Parlamento Europeu, sob iniciativa do PCP, de uma resolução comum, onde se condena expressamente a Unita de Savimbi pelos ataques terroristas que tem vindo a protagonizar contra as populações indefesas.

Agradecemos à Direcção e aos militantes do PCP pela forma calorosa e fraterna como fomos acolhidos e tratados durante a nossa estadia em terras de Camões, esperando que as tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o MPLA e o PCP continuem a seguir o ritmo de constante aprofundamento e consolidação.

Felicitemos o PCP pela passagem do seu 80.º aniversário, augurando muitos êxitos nos desafios políticos e eleitorais que se avizinharam.



Espanha

Ivan Alvarez

Secretário da Organização do Partido Comunista de Espanha

Abrir espaço à esquerda

A 2.ª legislatura do governo do PP (neste momento com maioria absoluta) está-se caracterizando por uma contínua regressão em matéria de política social e de liberdades.

A reforma laboral, o projecto de reforma da negociação colectiva nas empresas e a reforma da lei universitária são os elementos mais emblemáticos destas actuações.

Tudo isto num contexto que aponta para uma regressão económica e o fim do discurso «Espanha Vai Bem» e em que começam a aflorar casos de corrupção com a implicação de destacados membros da administração do PP.

É importante destacar que muitas destas políticas contam com a cumplicidade do PSOE, como é o pacto antiterrorista, que procura assim algum eco na base eleitoral do centro.

Esta situação abre um importante espaço à esquerda, que o nosso projecto político deve saber converter em base social para a mobilização e o seu relançamento como força política da esquerda transformadora.

Estreitar relações

A nossa presença na Festa do Avante! pretende ser uma demonstração da vontade inequívoca de estreitar o projecto e as relações com os/as comunistas portugueses, com o PCP.

Ambas as organizações têm de conseguir criar cenários que possibilitem realizar análises e diagnósticos comuns que automaticamente se convertam em actuações políticas concretas. Nas entrevistas que tivemos com os camaradas da direcção do PCP, estes também nos manifestaram o seu interesse. Portanto, cremos que, a partir desta Festa, é possível iniciar uma nova etapa nas relações de ambos os Partidos muito mais ricas e frutuosas.

Pensamos que a Festa do Avante! é um reflexo da capacidade política e organizativa do PCP e da sua influência social. É uma excelente combinação das manifestações lúdico-festivas e das actividades políticas e culturais.

Aproveitámos para conhecer directamente diferentes aspectos técnicos organizativos que nos serão de enorme utilidade na organização das próximas edições da Festa do PCP.

Por fim, gostaríamos de expressar o nosso desejo de êxitos ao PCP e à CDU nas próximas eleições autárquicas.

Um bom resultado eleitoral é importante não só para os cidadãos e comunistas portugueses como também para o conjunto da Esquerda Europeia.

Depoimentos de participantes de partidos e organizações progressistas

Rússia

Vladimir Nikitin

Deputado da Duma, presidente da comissão central de revisão e controlo do PCFR e responsável da organização distrital de Pskov do PCFR

Lutar com persistência

Passaram-se quase dez anos do dia em que a União Soviética, o primeiro estado do povo trabalhador no mundo, deixou de existir em resultado dos esforços orientados da reacção mundial.

O Partido Comunista da Federação Russa conseguiu ultrapassar um período difícil de proibições e perseguições. Apesar de todos os esforços dos seus inimigos, o PCFR resistiu superiormente a todas as dificuldades, consolidou-se em termos ideológicos e de organização e reforçou a sua influência em todas as regiões do país, sem excepção.

vel para a sociedade. O grupo parlamentar do PCFR na Duma planeia brevemente apresentar o seu projecto alternativo de orçamento federal para o ano seguinte; o PCFR preparou cerca de vinte projectos lei prioritários relativos às áreas social, económica, política de impostos, habitação e fundo de pensões.

Na nossa agenda imediata está a questão do alargamento mais activo da nossa base de apoio a novas forças políticas e sociais. Nesta altura em Moscovo finaliza-se a preparação do Congresso dos patriotas da Rússia que se realizará bre-

Festa do Avante! num quarto de século tornou-se num dos acontecimentos políticos e culturais mais notável na vida da sociedade portuguesa. Para nós, comunistas russos, é sempre uma grande honra e sincera alegria participar convosco nesta brilhante e colorida festa dos trabalhadores portugueses, de todas as forças progressistas do vosso belo e hospitaleiro país.

Os comunistas portugueses podem verdadeiramente orgulhar-se de cada dia dos 80 anos passados de luta e trabalho persistentes do partido em prol da Pátria e do seu povo. No decorrer dos seus já 70 anos, importante contributo nesta actividade é dado pelo combativo órgão escrito do partido, cujo nome reflecte exactamente e em toda a sua dimensão os objectivos e essência do PC de Portugal – sempre Avante!

Os comunistas da Rússia lembram-se sempre e têm em alta consideração que mesmo nos dias difíceis de desgraça e duras provações que o PCP sofreu, os comunistas portugueses estiveram invariavelmente na vanguarda dos que lutaram pelos nossos ideais comuns – o socialismo, triunfo das ideias de justiça social e a solidariedade internacional dos trabalhadores do planeta.

Vimos como a Festa do Avante! constitui uma forma singular de o Partido prestar contas da sua actividade concreta em defesa dos direitos dos trabalhadores. A festa contribui para a união de esforços de todas as forças progressistas da sociedade portuguesa na luta pelos ideais do bem e da justiça.

A presente festa do Avante! constitui um novo importante marco não só na vida política e social portuguesa mas também em todo o movimento comunista e operário internacional que novamente ganha forças para contrariar as tentativas do imperialismo internacional em estabelecer mundialmente uma «nova ordem internacional».

Síria

Ibraim Ahamad

Jornalista do Dar Al-Baas, órgão central do Partido Baas da Síria

Apoiar a luta de libertação

Politicamente, a Síria foi o primeiro país árabe que se empenhou na causa árabe, sobretudo na causa palestina. Toda a gente sabe que a Síria luta desde sempre contra o imperialismo americano e contra o sionismo mundial. Foi a Síria o primeiro país que lançou o slogan «Paz dos bravos». Por isso mesmo tudo faz para concretizar uma paz justa e global segundo as resoluções das Nações Unidas e segundo o princípio de «terra em troca de paz», a favor de uma retirada total de Israel de todos os territórios árabes ocupados, a fim de que o povo palestino possa dispor de si mesmo.

A Síria ofereceu ajuda aos seus irmãos e aos seus camaradas em todos os países, apoiou a luta na África do Sul contra o *apartheid* e contra o racismo, e apoia também todos os partidos progressistas, seja na África seja na Europa, na Ásia e na América. A Síria continuará a apoiar os movimentos de libertação nacional em todos os países, continuará a respeitar todos os partidos amigos que respeitem a nossa causa.

Depois da Revolução de 8 de Março de 1963 e após o movimento de reajustamento de 1970 sob a égide do nosso falecido camarada Hafez Al Hassad, a Síria conheceu uma evolução em todos os domínios. No âmbito político, o Partido Baas Árabe Socialista dirige a sociedade e o Estado. Há também pluralismo político – a Frente Nacional do Progresso reúne todos os sete partidos nacionais que lutam contra o sionismo e contra o imperialismo, nomeadamente dois partidos comunistas, e outros, socialistas e democráticos. No campo económico, existem três sectores – geral, misto e privado. Neste domínio, a Síria conheceu a reforma agrária que fez distribuir a terra aos camponeses. A Síria nacionalizou as grandes empresas e estabelecimentos bancários e, hoje, assiste-se a uma evolução em todos os domínios – económico, informático, turístico. Socialmente, cada um pode dar-se conta da paz e da segurança que reinam na Síria – não há medo, não há ladrões, todos os habitantes vivem em conjunto num Estado fraterno (muçulmanos, cristãos, judeus)... As mulheres ocupam, na Síria, lugares muito importantes – nos ministérios, no parlamento, nas forças armadas, no partido. Há muitos estudantes e o analfabetismo desapareceu.

Uma festa admirável

Participo na Festa do Avante! pela primeira vez, e é uma boa oportunidade para desenvolver e consolidar as relações entre os dois partidos – o Baas e o PCP. Espero poder voltar a participar no próximo ano.

Esta festa é admirável e chama a atenção sobretudo pela presença das delegações estrangeiras e por tantos portugueses.

Exprimo os mais vivos agradecimentos pelo vosso convite que nos permitiu participar nesta Festa e conhecer-vos melhor. Agradeço a todos os camaradas que nos apoiam e pelo vosso acolhimento e generosidade. Quero ainda felicitar os camaradas do Partido Comunista Português e do jornal Avante! e apresentar-vos as felicitações dos nossos camaradas do Partido Baas que, em conjunto, lutam contra o imperialismo e pela consolidação das relações de camaradagem entre os nossos dois partidos: Baas e PCP.



O PC é a única força política organizada no país disposta e capaz de lutar pelo socialismo nas novas condições históricas.

Actualmente, na Rússia, estão a ser empreendidas tentativas de privar os trabalhadores das suas conquistas sociais. O PCFR luta com persistência contra a imposição ao país da nova variante do código da terra, que prevê a instauração da compra e venda da terra, e busca a aprovação de um código laboral aceitá-

vemente e aprovará uma declaração especial ao povo russo. O nosso objectivo é conseguir que um em cada dois eleitores do país vote nos comunistas e seus aliados no âmbito do bloco de esquerda patriótico.

Um importante marco

Em resultado dos esforços dos comunistas de Portugal, dos vossos amigos e companheiros no país e no estrangeiro, a

Turquia

Fayik Yagizay

Representante do Partido Democrático do Povo (HADEP)

A maior oposição

A Turquia é regida pela Constituição elaborada pelo exército em 1982. Consequentemente, todo o sistema penal e judicial está de acordo com o ponto de vista militar.

As sociedades de todo o mundo ambicionam para os seus povos uma melhor vida, com mais liberdade, mais riqueza e particularmente com mais democracia. Mas, na Turquia, o sistema antidemocrático não o permite. Por exemplo, o povo tem sido condicionado pelo sistema vigente e, sempre que há repressão, não há a necessária reacção da parte do povo.

O fascismo está bem organizado, mas os movimentos de esquerda também o estão, e é isso a causa do conflito no próprio sistema.

Milhares de trabalhadores têm más condições de vida, baixos salários e nenhum tipo de direitos sociais. Todos os sindicatos, excepto o KESK, são controlados pelo governo, os líderes desses sindicatos não lutam pelos direitos dos traba-

lhadores, mas sim pelos seus próprios direitos.

O nosso partido - HADEP - é assim a maior oposição na Turquia. Claro que existem outros partidos de oposição, mas aqueles que têm representação no parlamento são todos antidemocráticos e a favor do capitalismo.

Na Turquia existem também alguns partidos de esquerda que não têm qualquer representação parlamentar, tudo devido à repressão contra o nosso partido e devido ao sistema eleitoral antidemocrático. Nas últimas eleições, alcançámos 1,5 milhões de votos, sendo que na região do Curdistão alcançámos entre 50 a 80 por cento dos votos mas, devido à barreira dos dez por cento, não elegemos nenhum membro para o parlamento.

Acreditamos que o problema curdo é o problema mais difícil de solucionar na Turquia, mas sem resolver este problema nenhum outro pode ser completamente solucionado.

Uma perspectiva internacionalista

Esta foi a primeira vez que participámos na Festa do Avante!. Participámos pela perspectiva da esquerda internacionalista. Acreditamos que tem que haver solidariedade entre todas as forças de esquerda de todo o mundo para que tenhamos sucesso contra o capitalismo e contra os sistemas fascistas. Acreditamos também na igualdade e democracia dos povos. A Festa do Avante! é, por isso, a forma que temos para demonstrar solidariedade entre as forças de esquerda do mundo.

Foi maravilhoso poder ver como o Partido Comunista Português é tão poderoso e tão bem organizado. Os milhares de jovens que se encontravam Festa provam que o comunismo tem futuro.

As pessoas que lá trabalhavam foram fantásticas, todos fizeram o seu melhor, o que resultou numa grande festa. Teremos que nos encontrar num futuro próximo.

Ciência e Tecnologia

• Francisco Silva

Li na capa de uma revista (1) que o «tecnostress» é a «peste do homem moderno». «Ansiedade, frustração e irritabilidade», «tudo por culpa das novas máquinas!» E contudo, descontando aquilo que são os exageros linguísticos, o tema e o conteúdo do respectivo artigo valem bem a atenção de todos nós.

Sobre um tema destes, e numa época como a que vamos vivendo, acodem logo às mentes os efeitos dos computadores sobre o nosso viver, no trabalho e no lazer. E também - é claro - acode-nos o ser frenético próprio do ambiente de comunicação induzido pela utilização dos telemóveis. No entanto, este tema da culpa das máquinas na ansiedade, frustração e irritabilidade induzidas nos que a elas estão sujeitos já é conhecido desde há mais tempo, desde outras épocas.

Que o digam os operários (as operárias) da produção em massa de bens. Eles bem o sabem por experiência própria. As cadências impostas pelas rotinas das cadeias de montagem das fábricas constituem o exemplo mais clássico e bem impressivo através dos seus deletérios efeitos.

Que o digam também os olhos e as costas dos dactilógrafos (na sua maioria, dactilógrafas), também eles ansiosos, frustrados e irritados. Eles que, como os operários da produção de bens em massa, vão sendo cada vez em menor número. E os agora sobrantes fazem-no empregando o processamento de texto (pois é, a grande maioria dos autores de textos dedilham-nos e editam-nos directamente - é mais eficiente e eficaz).

E noutra esfera, a das actividades domésticas, foram os aparelhos electrodomésticos a encher os lares, numa vaga que se espalhou sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial nos países mais desenvolvidos. Uma vaga cujo espraizar conheceu o apogeu durante as três

trodomésticos se avariaram e há que encontrar quem os repare, que estar em casa na altura devida e também há de se pagar a reparação. Porque os electrodomésticos tornaram-se cada vez mais complicados de manusear à medida que foram incorporando mais funções - e há que saber utilizá-los, quando foram outros a concebê-los. Os electrodomésticos, ao mesmo tempo, a libertaram-nos e a fazer de nós os seus servidores! Não lavas a louça, mas passa-la por água, mete-la na máquina e, por fim, tens de retirá-la e arrumá-la. E não esqueças o detergente, e o líquido abrillantador, e o sal. Sim, tira para fora o cesto de baixo e desatarracha a tampa do depósito. Força - de cócoras, ou de joelhos, se for menos difícil!

E os automóveis «populares», mais as pannes, os furos, o ter de empurrá-los de manhã para engatar a segunda. E as oficinas, as revisões, sei lá que mais. Agora, mesmo assim, por aqui já as coisas vão bem melhores que há um quarto de século.

As máquinas não têm culpa

Bem, não vale a pena continuar a desfiar um bem conhecido mar de espinhos que aceitamos porque também são espinhos cheios de rosas. E em fim de contas, como as máquinas não podem ser culpadas de nada - nem para o Mal nem para o Bem -, visto não serem elas pessoas - nem em boa verdade podem ser culpados quaisquer seres vivos, nomeadamente animais, para além das pessoas, por muito «superiores» que sejam e por muito «próximos» que estejam da espécie humana -, penso que estas matérias devem ser aproximadas de uma outra perspectiva.

Uma perspectiva que não esqueça terem as máquinas sido concebidas e fabricadas pela nossa espécie e, portanto, uma perspectiva de responsabilidade da Humanidade e de cada um de nós. Mas também, por isso mesmo, uma perspectiva que afirme ser em nós todos que reside

décadas que foram encerradas com as ondas contrárias do chamado choque petrolífero de 1974 - 1975. Em cheio: a época em que o consumismo foi crismado.

Portanto, que nos digam dos lares, nomeadamente as mulheres e destas, em particular, as que passaram também a laborar fora de casa - dupla cansa e stress. Porque os elec-

a competência de resolver os problemas derivados da Tecnologia.

Até porque - vamos vendo -, enquanto as máquinas da produção anteriores à fase informática, e os electrodomésticos, nos foram ficando com parte das nossas tarefas, deixando-nos para fazer a parte menos qualificada (mais «stressante»?), os computadores e os telefones, em particular os telemóveis, e também, no plano das nossas deslocações, os automóveis, bem pelo contrário, podem e estão a potenciar a utilização de capacidades nossas e, por isso, também nos obrigam a uma mais complexa relação com a Tecnologia. Mas também uma relação, esta nova, na qual a iniciativa de cada um nós pode desempenhar um papel menos alienado. Ou acham mesmo que estou a exagerar demasiado?

(1) SUPER INTERESSANTE, n.º 41, Setembro de 2001.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Metaforicamente falando

Lei geral

Não se pode matar a contradição
Não podemos fechar os olhos e dizer: não há, apenas porque fechámos os olhos.

A contradição só pode ser substituída por outra contradição que terá um prazo de vida até uma nova substituição.

Esta é a lei e mais do que isto não sei.

Caminhada

Este dia não é senão o fruto doutros dias palmilhados na vertente dos séculos.

Ele será o pai do dia de amanhã.

(Se ainda for a tempo)

Liberdade

Há uma árvore neste pomar que só dá frutos podres.

Problema dela desde que não me obrigue a comê-los.

Atenção!

10 porta-aviões
20 submarinos
50 couraçados
900 ogivas
1000 U-2
10 000 pára-quadistas
1 milhão de soldados

aqui na minha rua há um sem-abrigo que já foi príncipe.

Já é tempo

É o tempo de haver pão para todas as fomes.

O trigo já não vai saco a saco no dorso de raquíticos escravos para os moinhos à força de vento no pico da montanha.

Hoje o pão que se recusa traz o fermento dos dias mortos.

Sinto-me na obrigação de explicar que este pão é uma simples metáfora. A História saberá do que falo mas não é para ela que eu escrevo calha bem.

O «tecnostress» e a culpa das máquinas

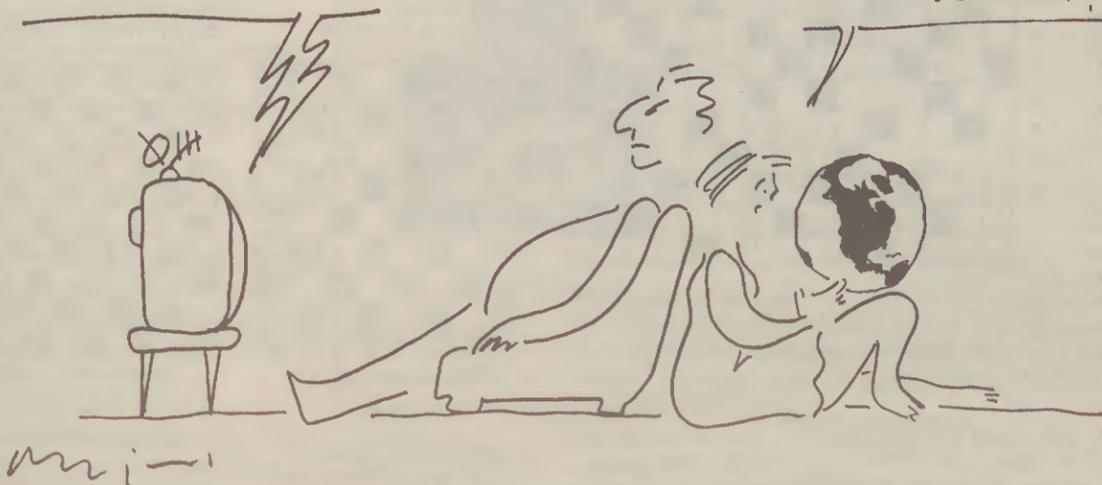


Cartoon

• Monginho

A GUERRA
PARECE INEVITÁVEL.
OS E.V.A. ESTÃO
SEDENTOS DE
VIGANÇA...

NAO HA'
MEIO DE TERES PAZ
... BOLINHA!



Religiões

• Jorge Messias

Curiosamente – ou talvez nem tanto! – a relação das individualidades citadas pelo Grupo de Bilderberg não compreende muitas das personalidades activas na área político-religiosa portuguesa. São expressamente omitidos nomes que os próprios órgãos da comunicação social acima de qualquer suspeita informam cruzarem-se constantemente nos planos religioso, financeiro, político e cultural. Como, por exemplo, os de D. José Policarpo, do cônego Melo e dos padres Melícias e Maia. Ou os de leigos importantes que minimamente mereceriam ser citados: Maria de Lurdes Pintasilgo, Ramalho Eanes, Maria de Belém, Luís Paixão Martins, Raul Capela, Vera Jardim. É justo não deixar cair no esquecimento nomes de homens e mulheres a quem a igreja católica tanto deve. Todos têm larga aceitação nos círculos do capitalismo mundial. Todos participam em esmagadores «lobbies» e em grupos de



Os homens de Bilderberg (5)

pressão. Todos apadrinham extensos segmentos da sociedade, que vão dos intelectuais à classe tecnocrática, da reflexão mística aos interesses financeiros, da defesa da paz aos projectos armamentistas.

É por via sinuosa que o poder da igreja se expande. E assim se torna claramente perverso. Nos seus percursos promove inevitavelmente os interesses dos seus aliados financeiros. O que elimina, automaticamente, a possibilidade de regresso à elaborada «questão religiosa». Que se saiba, ninguém já ataca a igreja por ser igreja. Na realidade, a igreja católica actual nada mais é que um extenso e poderoso «lobby» político e financeiro.

6. Personalidades pertencentes ou «próximas» do Opus Dei (Público, Expresso, Visão, Rumor) – António Guterres, Mota Amaral, Jardim Gonçalves, Oliveira Dias, Ernâni Lopes, Xavier Pintado, Ferrer Correia, Messias Bento, Magalhães Crespo, Adriano Moreira, Maria Barroso, Castro Caldas, Barbosa de Melo, Sousa Franco, Maldonado Gonelha, José Maximiano, Morais Leitão, António Pinto Leite, Sousa Gomes, Murteira Nabo, Purificação Monteiro, Vasco de Mello, Eurico Nogueira, Carlos Magno, João César das Neves, Alípio Dias, José Roquette, Barrilaro Ruas, Maria Manuela Silva, Isabel Mota, Vítor Wengourovius, João Salgueiro, D. Jorge Ortiga, Germano Marques da Silva, Sousa Lara, Mons. António Barbosa, Rui Pena, P. João Seabra, Guilherme de Oliveira Martins, Bagão Félix, Ramalho Eanes, D. Cosme do Amaral, Pedro Roseta, Bordallo Silva, Teixeira Duarte, prof. Jorge Tavares, prof. Mário Pacheco, prof. Luísa Couto Soares, prof.

Carlos Pontes Leça, Rui Leão Martinho e tantos outros notáveis da vida política, universitária e empresarial que integram e dirigem a vida da nossa sociedade.

Importância do Grupo de Bilderberg

Como é evidente, Bilderberg apenas representa uma peça da engrenagem capitalista. Mas é uma peça importante colocada no centro da área vital das relações entre o dinheiro e o poder. Um plano onde Bilderberg coexiste com outras formações poderosas e de composição igualmente complexa, como o G-8 ou o FMI. Mas Bilderberg distingue-se das demais formações por reunir em si mesma o público e o privado, o laico e o confessional, o intelectual e o pragmático. Tem, além disto, uma vertente ideológica que consiste no retalhar das realidades e na sua reconstituição à imagem dos interesses dos mais ricos. Basta pensar-se que menos de metade dos grupos económicos citados reúnem mais capital que o produto que um país como Portugal algum dia poderá obter. É essa a sede de todas as filosofias da riqueza e do poder. Roubar aos pobres para dar aos ricos.

Então, que laços poderão prender a igreja a esta gente? Razões relativamente simples podem responder a esta questão central. Diz Sofia de Mello Breyner, uma mulher de fé, num dos seus magníficos poemas: «Os deuses que existiram extinguiram-se há muito e aquilo que adoramos é apenas a cinza do divino...» É só por isto que a igreja católica se encontra no centro de Bilderberg, sem horizontes de esperança.

Pontos Cardeais

Menos carros... e mais TV

Um diz que fica, e agarra-se com ambas as mãos ao cartaz. É o Portas do PP. O outro Portas, do outro lado (?) do espectro político lisboeta, embora elejam ambos como inimigo principal a Coligação entre socialistas e comunistas, não aparenta tantas convicções na matéria. É o Portas do «Bloco». Ambos – e isto não será de família – manifestam um arreigado amor à televisão, maior, muito maior do que a Lisboa.

O Portas do BE, por exemplo, convidou, no «dia sem carros», os jornalistas para lhe acompanharem o passeio, durante o qual ele prometera revelar as suas propostas sobre política de transportes. A conferência de imprensa desenrolar-se-ia não numa enfadonha sala partidária ou de campanha, previa-se que tivesse lugar no andamento roncero de um «eléctrico», a «mostrar» como este Portas aprecia os transportes públicos. A história vem contada em A Capital, «confidencialmente». Com toda a inconfidência, transcrevemos: «Mas a televisão não apareceu. Assim que se apercebeu de tal facto, Miguel Portas resolveu trocar a viagem de eléctrico pelo café mais próximo e mandou os jovens bloquistas para casa. Como se não chegasse, o candidato acabou por confessar que se tinha deslocado de casa para a Praça dos Prazeres no seu carro. Apesar disso, Miguel Portas afirmou com convicção aos jornalistas que «Lisboa não aguenta mais carros».

E quem aguenta o Portas?

Cardoso... vai?

Mas há mais candidatos, pedestres ou não, que não desdenham uma nesga «comunicacional» para se apresentarem como alternativa... nem que seja a si próprios. Exemplo disto será o inefável Nuno Car-

doso, guindado à presidência da Câmara do Porto pela ausência de Fernando Gomes e que lá ficou após a má experiência deste nas lides governamentais. Agarrando-se à cadeira com os dentes – e agora que Gomes pretende voltar ao remanso da sua governação portista porque já ninguém o quer em lado nenhum – Cardoso também ameaça... ficar. Lamentando embora que o PS haja preferido apoiar Fernando Gomes para a CM do Porto e admitindo fazer-lhe falta o apoio socialista, o actual autarca desfere flechas para o interior do PS, afirmando ao Expresso que Gomes se candidata «para se vingar de Guterres». E declara: «Ou desiste Gomes, ou desisto eu, ou vamos os dois.» Cardoso admite mesmo liderar uma lista de independentes. E deixa a pairar: «Se me candidatar, ganho.»

Os dez da SIC

Não foi surpresa a nomeação de Rangel para a direcção-geral da RTP. E esta ausência de surpresa não se fica a dever apenas aos boatos que correram até se consumir o acto. O que se passa é que nada surpreende que venha deste Governo e dos organismos que tutela. O terreno estava já preparado e trata-se apenas de mudança de cadeiras e de traseiros a condizer com elas. Veremos Rangel na RTP, provavelmente Moniz na SIC, alguém há-de surgir para tapar o buraco. E ninguém vai dar por isso, porque o formato «pimba» saído da «concorrência», que agora já negocia «regras de convivência», impôs em todos os canais o mais reles da programação que foi possível arranjar no mercado. Cada um dos «pontífices» tem a sua corte, e Rangel, segundo alguns jornais, quer levar a sua, como quem muda de mesa de jogo e leva na manga os seus «trunfos». «Os dez da SIC» que Rangel pretenderá levar consigo, são, se calhar, o baralho todo.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Deus romano do vinho, do prazer e da fertilidade; denuncio; semente do cafezeiro. 2 – Astatino (s.q.); regaço; parte imaterial do ser humano; caminhais. 3 – Chefe etíope; olhei; interj. de dor, nome escocês. 4 – Crustáceo asélido de água doce; Viscera dupla; ave trepadora. 5 – Graceja; cercania; irídio (s.q.). 6 – Américo (s.q.); senhora (bras.); base aérea portuguesa; rapaz (pop.). 7 – A minha pessoa; patrão; igualdade (pref.); cabelo branco. 8 – Artigo antigo; avestruz; grande embarcação; Ósmio (s.q.). 9 – Outra coisa (ant.); espécie de jogo de azar; Titânio (s.q.). 10 – Apalpar; traja; dispenciosos. 11 – Fileira; satélite da Terra; utensílio de cozinha; espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias. 12 – Tamborzinho árabe; qualquer pequeno orifício, especialmente na madeira; apoquentia (fig.); nesse lugar. 13 – Dificuldade (fig.); ter tonturas; erva-doce.

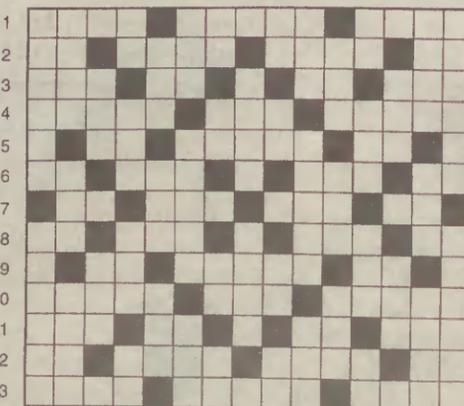
VERTICAIS: 1 – Insecto ortóptero, veloz e muito voraz, em geral doméstico e de costumes nocturnos; estouro. 2 – Anonas; grande doçura (fig.); grita-se nas touradas (pl.). 3 – Criatura; mau cheiro (bras.). 4 – Partícula afirmativa do dialecto provençal; açucena; a pessoa de quem se fala; principal rio de Itália. 5 – Germe (fig.); compareciam; curso natural de água. 6 – Acolá; linha ferroviária secundária; discurso. 7 – Cobalto (s.q.) acusada; Ouro (s.q.); conj. que indica alternativa ou incerteza. 8 – Existência; pron. dem. essa coisa. 9 – Sua (ant.); pedra de moinho; Cálcio (s.q.); Rádio (s.q.). 10 – Panela (ant.); resmungo (fig.); parceiro. 11 – Minha (ant.); sirga; óxido de cálcio. 12 – Aqui; braço de rio; joieira; rio costeiro de França. 13 – Grande porção de água salgada; enguia. 14 – Vender a crédito; o sustento; inchai. 15 – Categoria; planta têxtil (pl.).

SOLUÇÃO DO N.º 2001X31 (C.B.R.)
1. 32-28, (45x34); 2. 27-21, (26x8); 3. 19-44, (39x50=D); 4. 28x30, (50x17); 5. 30-24, (29x20); 6. 25x21.

A. de M. M.

A. de M. M.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

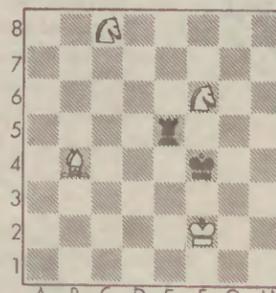


Xadrez

DCCCXIII - 27 DE SETEMBRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X31

Por: Henri Rinck
«La Stratégie», 1920

Pr.: [2]: T65 – R4
Br.: [4]: Cs. c8, f6 – B14 – R12



Brancas jogam e ganham

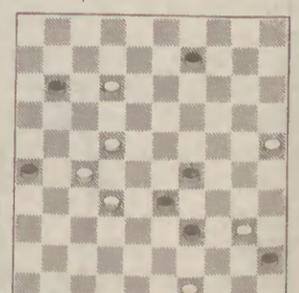
SOLUÇÃO DO N.º 2001X31 (C.B.R.)
1. Bf2+, Rf5; 2. Cd7, T66; 3. Rf3, Ta9;
4. Cf7+, Rf6; 5. Cf5+ e g.

Damas

DCCCXIII - 27 DE SETEMBRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D31

Por: Carlo Barbéro [Turim]
«L'Effort», n.º 137/1971

Pr.: [7]: 9-11-26-29-33-39-45
Br.: [7]: 12-22-25-27-32-40-49



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D31 (C.B.R.)
1. 32-28, (45x34); 2. 27-21, (26x8); 3. 19-44, (39x50=D); 4. 28x30, (50x17); 5. 30-24, (29x20); 6. 25x21.

Candidatos do PCP na coligação Amar Lisboa



Na próxima quarta-feira, 3 de Outubro, às 18h30, tem lugar na Casa do Alentejo, em Lisboa, a apresentação pública dos **candidatos do PCP que integram as candidaturas autárquicas da Coligação Amar Lisboa.**

Estará presente e usará da palavra o Secretário-geral do PCP

Carlos Carvalhas no Congresso do Alentejo

O Secretário-geral do PCP estará presente no próximo sábado no 12.º Congresso sobre o Alentejo, que decorre de sexta a domingo, dias 28, 29 e 30 no Pavilhão Gimnodesportivo de Monforte (notícia na pág. 20)

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

VILA NOVA DE GAIA

Assembleia da Organização de Santa Marinha
Sábado, 29, às 15h – Centro de Trabalho de Vila Nova de Gaia

VILA NOVA DE GAIA

Reunião geral de militantes de V. N. Gaia sobre a situação política, as eleições autárquicas e o trabalho do Partido, com a participação do camarada **Sérgio Teixeira.**

Sábado, 29, às 21h30 – Centro de Trabalho de Vila Nova de Gaia

Homenagem a Raul Castro

Grande Hotel do Porto
Sexta-feira, 28, às 19h30

Sector de Empresas de Cascais

CT de Tires – Sábado, 29, a partir das 13h
Almoço-convívio
Por salários mais justos – Mais qualidade de vida

SAMORA CORREIA

Reunião geral de Quadros sobre as eleições autárquicas: sábado, 29, às 16h, no CT do PCP.

SILVES

Reunião geral de militantes do Concelho de Silves com a participação do camarada **José Neto**: sexta-feira, 28, às 21h, no Centro de Trabalho local.

LISBOA

Reunião de reformados bancários: hoje, dia 27, às 14h30, no CT Vitória.
Plenário de militantes da freguesia de S. Jorge de Arroios sobre a situação política e o trabalho eleitoral; discussão da lista – sábado, 29, às 15h, no CT Vitória.

SANTA IRIA DE AZÓIA

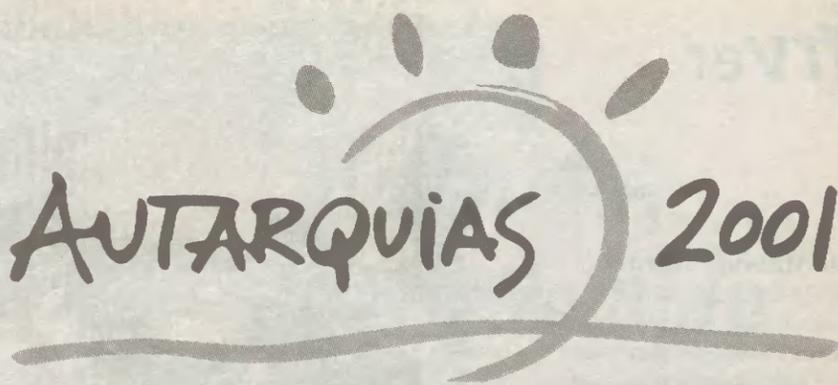
Plenário de militantes alargado, com a participação do camarada **Paulo Loya**: sexta-feira, 28, às 21h30, no Centro de Trabalho local.



Rio Maior

No próximo sábado à noite realiza-se no Centro de Trabalho do PCP em Rio Maior um debate promovido pelo colectivo local da JCP.

Na discussão do tema - «legalização das casas de alterne» - participa como convidada a deputada, do PCP, Margarida Botelho.



CDU apresenta candidatos

No Algarve,
com a participação
de **Carlos Carvalhas**:

Em LAGOS

Domingo, 30, às 13h – Almoço no restaurante «Triângulo»
Apresentação dos candidatos CDU
às autarquias do concelho

Em VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Domingo, 30, às 20h – Jantar no restaurante «Os Arcos»
Apresentação das candidaturas CDU
às autarquias do concelho

Ainda no domingo, cerca das 17h30, o Secretário-geral do PCP visita a **Feira de S. Miguel, em Olhão**, deslocando-se nomeadamente ao pavilhão do PCP no recinto da Feira

SEIXAL

Sábado, 29, 21h – Sociedade Filarmónica Operária Amorense
Apresentação dos candidatos do concelho
Com a participação de **Jorge Pires**
Espectáculo com **Brigada Victor Jara e Tocá Rufar**
Apresentação de **Cândido Mota**

LOURES

Sábado, dia 29, 21h – Pavilhão Paz e Amizade
Festa CDU de apresentação das listas municipais
Com a participação de **Bernardino Soares**

Freguesia de BOBADELA (Loures)

Sábado, dia 29, 15h
no Clube Recreativo Bodadelense
Apresentação da lista da CDU
à Assembleia de Freguesia.
Com a participação de **Adão Barata**
e **Maria Eugénia Coelho**,
candidatos à CM e AM de Loures

Freguesia de VIALONGA (V. F. Xira)

Sábado, dia 29, 16h
na casa do Povo de Vialonga
Apresentação dos seus candidatos
à Assembleia de Freguesia,
Câmara e Assembleia Municipal

Freguesia de PARANHOS (Porto)

Sábado, dia 29, 20h
no restaurante «A Trave Negra»
(R. Antero de Quental, 618)
Apresentação da lista da CDU à Assembleia
de Freguesia.
Com a participação de **Rui Sá** e **Emídio Ribeiro**,
candidatos à CM e AM de Loures

Freguesia de MAFAMUDE (Gaia)

Sábado, dia 29, 15h
no Polidesportivo do Cedro (junto à Esc. Primária)
Apresentação da lista da CDU
à Assembleia de Freguesia.
Com a participação de **Jorge Sarabando**
e **Ilda Figueiredo**,
candidatos à CM e AM de Gaia

ALCÁCER DO SAL

Encontro concelhio da CDU,
para discussão das listas CDU
às eleições de Dezembro:
sexta-feira, 28, às 21h,
na Biblioteca Municipal,
com a participação
de **João Saraiva**.

LOURES

Santa Iria de Azóia
- Festa CDU/Sardinhada
no Parque Urbano de Via Rara:
sábado, 29, às 13h
Camarate – Visita CDU
ao Bairro Bogalheira/S.José/Grilo:
sábado a partir das 9h
Noite de Fados
no Pavilhão Municipal:
quinta-feira, 4, às 22h.

ODIVELAS

Plenários de activistas
e simpatizantes da CDU em
- Pontinha: hoje,
quinta-feira, dia 27, às 21h30,
no CT do PCP da Pontinha.
- Odivelas: sábado, 29, às 16h,
no CT do PCP de Odivelas.
No mesmo local,
às 13h: almoço-convívio
de apoio à CDU
(Inscrições: tel. 219314153).
- Famões: domingo, 30,
às 16h, no Café Paris.

OEIRAS

Almoço-convívio
de candidatos e activistas
da CDU, com a participação

do camarada
Bernardino Soares:
sábado, 29, às 13h, na Sociedade
de Instrução Musical de Porto
Salvo.

VILA FRANCA DE XIRA

Candidatos de S. João
dos Montes contactam
a população de:
- A-dos-Loucos – sábado
a partir das 15h;
- Suberra, Quinta do Alferes
e Quinta da Ponte – domingo,
30, a partir das 15h;
- Álamo e Quinta Fátima –
quinta-feira, 4, a partir das 19h.
Inauguração do ESPAÇO
CDU em Vila Franca,
na Rua Serpa Pinto: quarta-feira,
3, a partir das 18h30.

ATVer

O Segredo
de Roan Inish

Montanha Infernal (Sexta-feira, 28, na RTP1)

Este thriller, que não vimos, parece vir a propósito num tempo de crise e de ameaças apocalípticas que pairam sobre um planeta onde nada parece já ser como era.

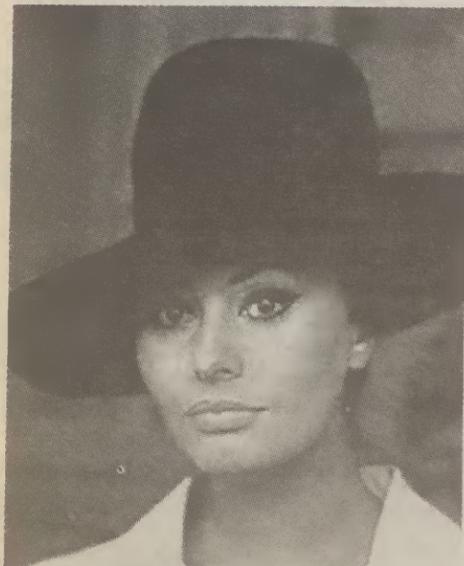
Montanha Infernal passa-se, segundo a ficha distribuída à imprensa, após «uma catástrofe mundial» que «deixou o planeta Terra devastado». Claro que a história não se fica pelos tempos da devastação mas, avançando no tempo – nada menos de 50 anos – mostra tudo «o que escapou à devastação controlado por uma elite governamental». Espantosa «antevisão». O resto são peripécias, ao que se diz de «fortíssima carga erótica», com «escravas» e tudo, enfim, tão ao gosto duvidoso da produção actual. O filme foi realizado recentemente, em 1998, e aqui também um sinal dos tempos – em produção do Canadá e... da República Checa.

O Segredo de Roan Inish (Sábado, 29, na RTP1)

E agora, para refrescar um pouco o telespectador das agruras apocalípticas, aqui vai mais uma proposta, baseada no facto de nos ser apresentada como realização de um independente nos Estados Unidos. **John Sayles** dirigiu este filme que fala de fábulas e fantásticas histórias tradicionais irlandesas, adaptando o romance de **Rosalie K. Fry**, contando a odisséia de uma rapariguinha que descobre, na companhia dos avós, a história da família, envolvida nas brumas da lenda. A fotogra-



Anita Ekberg



Sophia Loren

fia, também ela «fabulosa», ao que nos dizem, é da autoria de **Haskell Wexler**.

A Ex-condenada (Sábado, 29, na RTP1)

Mais ao jeito americano – a produção, de 1995, é dos Estados Unidos – esta é uma história clássica sobre a injustiça social em que, na América, passaram pelas penitenciárias. A escolha desta proposta baseia-se mais no facto de ficarmos curiosos – talvez como o leitor – de ver a razão por que o filme, escrito e realizado por **Leo David Zlotoff**, recebeu o prémio do público no *Festival de Sundance*. A ver vamos se a simpatia que acolheu a obra – sobre a odisséia de uma rapariga saída da prisão e que é injustamente suspeita de um roubo – é ou não um sentimento que possamos partilhar.



A Viagem

(Sábado, 29, na RTP2)

Dos Açores têm vindo dos melhores filmes portugueses das últimas décadas. E é por isso que, nesta escolha «cega» – também não visionámos esta produção da RTP-Açores – somos tentados a assistir ao regresso de um filho de emigrantes micalenses a casa de uma avó, nas Furnas. Dolorosos e confusos são quase sempre os caminhos destes regressos. O protagonista vai fazê-lo diante de nós, em romaria pela ilha, à descoberta de uma perspectiva em que se encontre. Um filme de **Mário Ferreira Mendes**, com o argumento de **Armando Medeiros**.

A Tentação do Dr. Bocaccio (Sábado, 29, na RTP2)

Mais à vontade nos encontramos para propor esta fita. Longe, infelizmente, vão os tempos em que, na Europa, se juntavam autores de nomeada – ou a construí-la – e rodavam um filme de «sketches», isto é, uma película em que cada um contava uma história. Era um tempo em que se ia ao cinema às vezes para apreciar o trabalho de realizadores e menos por causa de «um filme». Esta **Tentação**, tem pelo menos três razões de peso para ser visitada ou revisitada – a realização pertence a três pesados artistas – nada menos



Romy Schneider

que **Frederico Fellini**, **Vitorio de Sica** e **Luchino Visconti**. E as actrizes são **Anita Ekberg**, **Romy Schneider** e **Sophia Loren**. Não é preciso dizer mais.

O Talentoso Sr. Ripley (Quarta-feira, 3, na RTP1)

E por fim, para fechar com chave de ouro – esperemos que assim seja – mais uma adaptação do romance de **Patricia Highsmith**. Dizemos mais uma porque parece que toda a gente esqueceu a «primeira versão», realizada por **René Clément** em 1959 e que ficou a chamar-se então **Plein Soleil** – já esquecemos como se chamava em português. Nesse filme, Tom Ripley era interpretado por **Alain Delon**, a par de **Marie Laforêt** e de **Maurice Ronnet**. Quem se lembra. Oxalá esta nova produção, dos EUA e do Japão, rodada em 1999, esteja à altura. A adaptação do romance, assim como a realização, pertencem a



À quinta-feira na RTP 2 prossegue a história do Jazz (dos anos 20, na foto, a Creole Jazz Band de King Oliver)

Quinta, 27

▼ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Paraíso Filmes
22.30 Grande Informação
23.30 Serviço de Urgência
00.30 24 Horas
01.00 «Entrevista com o Assassino» (de Scott Reynolds, N.Zel/1996, com Paulo Rotondo, Rebecca Hobbs. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Serviço Público
15.00 Ciclismo – Volta a Espanha
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Gente da Cidade
20.00 Sonho de Voar
20.25 Sabrina
21.00 2010
22.00 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2



«Os Sopranos» de volta, em novos episódios (à segunda na RTP 2)

23.20 História do Jazz
00.10 «O Verão de Kikujiro» (de Takeshi Kitano, Jap/1999. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 New Wave
17.00 Um Anjo Caiu do Céu
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira
20.00 Jornal da Noite
21.30 Porto dos Milagres
22.30 Sai de Baixo
23.30 Noites Marcianas
01.35 Jerry Springer Show
03.20 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Dona Anja
15.00 Chiquititas
16.00 Animação Juvenil
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Olhos de Água
22.50 Big Brother
24.00 Ally McBeal
01.50 «Jornada Especial» (de Richard Pepin, EUA/1997, com Carlos Lanchu, Jack Scalia. *Ficção Científica*)
03.50 Os Segredos de Verónica

Sexta, 28

▼ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
09.30 Praça da Alegria
12.00 Pedra sobre Pedra
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.45 Vidas de Sal
17.15 Privilégio de Amar
18.05 Carita de Anjo
18.55 Quebra-Cabeças
19.35 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.00 Segredo de Justiça
23.00 «A Crise dos Misseis» (Longa-metragem)
01.00 Histórias da Noite
01.45 24 Horas
02.15 «Montanha Infernal» (de Mike Rohl, Can-Rep. Checa/1998, com Jack Scalia, Nicole Nieth. *Ver Destaque*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Euronews
11.00 Espaço Infantil-Juvenil
14.00 Documentário
15.00 Ciclismo – Volta a Espanha
16.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Basquetebol: Liga Profissional
21.15 Escândalos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.20 «Independência Já! Uma História de Pretos e Brancos» (documentário)
00.20 «Os Rapazes Regressam» (de Takeshi Kitano, Jap/1996, com Masanobu Ando, Ken Kaneko. *Drama*)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
15.00 A Viagem
16.15 New Wave
17.00 Um Anjo Caiu do Céu
18.00 Ganância
19.00 A Padroeira
20.00 Jornal da Noite
21.30 Porto dos Milagres
22.30 Malucos do Riso
23.00 Ponto de Encontro
24.00 Noites Marcianas
02.30 Jerry Springer Show
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Dona Anja
15.00 Chiquititas
16.00 Animação Juvenil
18.00 Big Brother
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.15 Olhos de Água
23.50 Longa Metragem
02.50 Os Segredos de Verónica

Sábado, 29

▼ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «O Segredo de Roan Inish» (de John Sayles, EUA/1994, com Jeni Courtney, Eileen Colgan, Mick Lally. *Ver Destaque*)
17.20 Senhora das Águas
18.55 Fórmula 1 – GP dos EUA
20.00 Telejornal
21.00 Futebol de Primeira
23.00 Sábado à Noite
00.40 24 Horas
01.10 Máquinas
01.50 «A Ex-condenada», (de Lee David Zlotoff, EUA/1995, com Alison Elliott, Ellen Burstyn. *Ver Destaque*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.45 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 «A Viagem» (de Mário Ferreira Mendes, Port.(Açores)/2000, com Alfredo Soares, Cecília Lemos. *Ver Destaque*)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Bem... Você Percebe?
22.30 Jornal 2
23.20 O Lugar da História
00.20 Britcom
01.20 «A Tentação do Dr. Bocaccio» (de Fellini, De Sica e Visconti, It-Fr/1961, com Sofia Loren, Romy Schneider, Anita Ekberg. *Ver Destaque*)

▼ SIC

07.00 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Médico de Família
15.00 «Vindo do Céu» (de Bernard Uzan, 1999, com Alexandra Vandernoot, Bernard Yerles. *Comédia*)
17.10 «Super Dave» (de Peter MacDonald, EUA/1998, com Super Dave Osborne, Dan Hedaya. *Comédia*)
19.10 Mundo VIP
20.00 Jornal da Noite
21.00 «Anjo Caído» (Longa Metragem)
23.00 Presença de Anita
24.00 Sexappeal
01.00 «KickBoxer 3 – A Arte da Guerra» (de Rick King, 1992. *Aventuras*)

▼ TVI

08.00 Animação
10.45 Top Rock
12.00 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.15 «Um Casamento Quase Perfeito» (de Franck Coraci, EUA/1998, com Adam Sandler, Drew Barrymore. *Comédia*)
17.15 Tourada
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Concurso «Survivor»
23.00 Olhos de Água
23.50 «Jogos Cruéis» (EUA/1998, com Alexandra Paul, Vlastra Vrana. *Policia*)
01.50 «Destrução Iminente» (de Albert Magnoli, EUA/1996, com Ed O'Ross. *Ficção Científica*)



Uma raridade: Vivaldi «cantado», e por Cecília Bartoli (domingo, RTP2)

Domingo, 30

▼ RTP1

- 07.30 Infantil/Juvenil
- 10.00 Atletismo: Maratona de Portugal
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Made in Portugal
- 15.50 «A Filha de D'Artagnan» (Aventuras)
- 17.00 Imagens
- 18.30 Domingo Desportivo
- 18.50 Fórmula 1 - GP dos EUA
- 21.00 Telejornal
- 22.00 O Sabotador
- 23.00 Danza Café
- 24.00 Hóquei em Patins: Campeonato do Mundo 01.30 24 Horas
- 01.50 «Debbie com o Diabo no Corpo» (Longa-metragem)

▼ RTP2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Programa Religioso
- 10.30 Missa
- 12.00 Nós e os Animais
- 12.30 Palácio de Cristal
- 13.30 Quem Sai aos Seus
- 14.00 Desporto 2
- 18.15 Amazónia, Último Aviso
- 19.15 Onda Curta
- 19.45 Simpsons
- 20.30 Artes e Letras
- 21.30 Os Miseráveis
- 22.30 Jornal 2
- 23.20 Travessa do Cotovelo
- 00.30 «Um Chá no Deserto» (de Bernardo Bertolucci, EUA/1990, com Debra Winger, John Malkovich, Campbell Scott. Ver Destaque)
- 03.00 2010

▼ SIC

- 07.00 Zip Zap
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Médico de Família
- 15.30 «Astérix e Obélix contra César» (de Claude Zidi, 1999, com Gérard Depardieu, Roberto Benigni. Comédia)

Segunda, 1

▼ RTP1

- 07.30 Infantil/Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.00 Pedra sobre Pedra
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.45 Vilas de Sal
- 17.15 Privilégio de Amar
- 18.05 Carita de Anjo
- 18.55 Quebra-Cabeças
- 19.35 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 A Senhora das Águas
- 22.00 Sorte Grande
- 23.00 Jogo Falado
- 24.00 Hóquei em Patins Portugal-Alemanha 01.30 24 Horas
- 02.00 «O Einstein do Sexo» (de Rosa von Praunheim, Alem/1999, com Kai Schumann, Ben Becker. Drama)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Euronews
- 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 14.00 O Lugar da História
- 15.00 Portugalmente
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Rotações
- 19.30 Espaço Infantil
- 20.20 Sabrina
- 20.45 Jack and Jill
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.20 Os Sopranos
- 00.20 A América de Norman Mailer

▼ SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 A Próxima Vítima
- 15.00 A Viagem
- 16.15 New Wave
- 17.00 Um Anjo Caiu do Céu
- 18.00 Ganância
- 19.00 A Padroeira
- 20.00 Jornal da Noite

Terça, 2

▼ RTP1

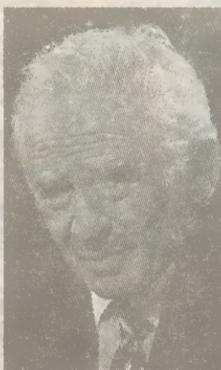
- 07.30 Infantil/Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.00 Pedra sobre Pedra
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.45 Vilas de Sal
- 17.15 Privilégio de Amar
- 18.05 Carita de Anjo
- 18.55 Quebra-Cabeças
- 19.35 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 A Senhora das Águas
- 22.00 Programa não designado
- 23.00 JAG - Em Nome da Justiça
- 24.00 Hóquei em Patins Portugal-Holanda 01.30 24 Horas
- 02.10 «A Alameda do Crime» (de John Steven Ward, EUA/1999, com Matt Reidy, Erin J. Dean. Terror)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Euronews
- 11.00 Espaço Infantil-Juvenil
- 14.00 Euronews
- 15.00 Portugalmente
- 15.30 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Bombordo
- 19.50 Atlas do Corpo Humano
- 20.20 Sabrina
- 20.50 Por Outro Lado
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.20 EXD
- 23.50 Artes de Palco Cecília Bartoli canta Vivaldi
- 01.00 Poltergeist

▼ SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 A Próxima Vítima
- 15.00 A Viagem
- 16.15 New Wave
- 17.00 Um Anjo Caiu do Céu



Norman Mailer: a segunda parte do documentário nesta segunda-feira

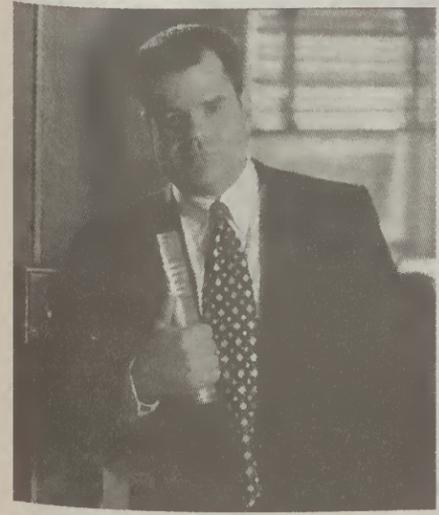
Quarta, 3

▼ RTP1

- 07.30 Infantil/Juvenil
- 09.30 Praça da Alegria
- 12.00 Pedra sobre Pedra
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.45 Vilas de Sal
- 17.15 Privilégio de Amar
- 18.05 Carita de Anjo
- 18.55 Quebra-Cabeças
- 19.35 Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 A Senhora das Águas
- 22.00 «O Talento Sr. Ripley» (de Anthony Minghella, EUA-Jap/1999, com Matt Damon, Gwyneth Paltrow. Ver Destaque)
- 00.30 Andrómeda
- 01.30 24 Horas
- 02.10 «A Perda da Inocência» (de Mike Figgis, EUA/1998, com Julian Sands, Saffron Burrows, Kelly MacDonald. Drama)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Euronews
- 11.00 Espaço Infantil-Juvenil



«Causa Justa»: na justiça à americana, os advogados batem-se de livros na mão...



Na justiça à portuguesa, o patrono fuma charuto...

18.30 «Embate» (de Tsui Hark, EUA/1998, com Jean-Claude Van Damme. Artes Marciais)

- 20.00 Jornal da Noite
- 21.10 O Espírito da Lei
- 22.00 Herman SIC
- 24.00 «O Apartamento» (de Mathias Ledoux, 2000)
- e «Alemanha Ano 90, Nove Zeros» (Jean-Luc Godard, 1991). Dramas
- 03.00 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 10.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 13.45 Lux
- 14.45 «Herança do Pecado» (de Steven Schachter, EUA/1995, com Neil Patrick Harris, Bonnie Bedelia. Drama)
- 16.30 «Piratas em Terra» (de John R. Cherry, EUA/1999, com Tim Curry, Seth Adkins. Comédia)
- 18.15 Big Brother
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Nunca Digas Adeus
- 22.00 Olhos de Água
- 22.50 «Relação Mortal» (de Jona T. Darby, EUA/1997, com Jessica Lange, Gwyneth Paltrow, Nina Foch. «Thriller»)
- 01.00 «Tratado de Traição» (de James Becker, EUA/1993. «Thriller»)

21.30 Porto dos Milagres

- 22.30 Confiança Cega
- 24.00 Noites Marcianas
- 02.05 Jerry Springer Show

▼ TVI

- 08.30 Errar é Humano
- 09.30 Animação Infantil
- 12.10 Big Brother
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Dona Anja
- 15.00 Chiquititas
- 16.00 Animação Juvenil
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 22.00 Nunca Digas Adeus
- 23.00 Olhos de Água
- 23.30 Big Brother
- 00.40 Ficheiros Secretos
- 02.30 «O Salto Mortal» (de Cameron Von Daecke, EUA/1997, com Arie Cross, Meg Foster. Aventura)

18.00 Ganância

- 19.00 A Padroeira
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Porto dos Milagres
- 22.30 Confiança Cega
- 24.00 Noites Marcianas
- 02.05 Jerry Springer Show

▼ TVI

- 08.30 Errar é Humano
- 09.30 Animação Infantil
- 12.10 Big Brother
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 Dona Anja
- 15.00 Chiquititas
- 16.00 Animação Juvenil
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 21.30 Big Brother
- 01.00 A Juíza
- 02.00 «Uma Estranha Forma de Amar» (de Annette Haywood Carter, EUA/1998, com Christopher Stack, Jeanine Jackson. Drama)

14.00 Por Outro Lado

- 15.00 Portugalmente
- 16.30 Euronews
- 17.00 Informação Gestual
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Onda Curta
- 19.50 Atlas do Corpo Humano
- 20.20 Sabrina
- 20.50 História do Cérebro
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.20 Serviço Público
- 00.20 Sinais do Tempo
- 01.10 Onda Curta Especial

▼ SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.10 A Próxima Vítima
- 15.00 A Viagem
- 16.15 New Wave
- 17.00 Um Anjo Caiu do Céu
- 18.00 Ganância
- 19.00 A Padroeira
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Porto dos Milagres
- 22.30 Maluco do Riso
- 23.00 Sai de Baixo
- 24.00 Noites Marcianas
- 02.05 Jerry Springer Show
- 02.50 Portugal Radical

▼ TVI

- 08.30 Animação Infantil
- 10.10 Big Brother
- 13.00 TVI Jornal
- 14.40 Dona Anja
- 15.30 Chiquititas
- 16.15 Animação Juvenil
- 18.00 Big Brother
- 19.00 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Filha do Mar
- 22.00 Nunca Digas Adeus
- 23.00 Olhos de Água
- 23.30 Big Brother
- 01.40 Última Edição
- 02.30 «O Preço da Ambição» (de Graeme Campbell, EUA/1987, com Lydie Denier, Kevin Hicks. «Thriller»)

TVisto

Correia da Fonseca

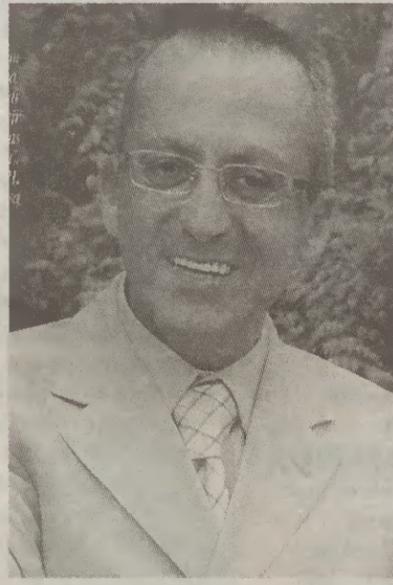
Marinela, por exemplo

A Marinela, que eu não conhecia de lado nenhum, é uma angolana que me parece ainda jovem. Nasceu no Huambo, a mãe era lavadeira e lavava para os brancos que, nesse tempo, ainda não tinham máquinas de lavar. E a Marinela, menininha, deslumbrava-se com a brancura dos lençóis que via a enxugar, alvíssimos. Ela desde sempre dormia numa esteira, como era normal, mas sabia que aqueles grandes retângulos brancos serviam para forrar as camas de quem podia dormir em cama. Não tinha inveja de ninguém, só a inundava um grande fascínio perante a brancura imaculada. E assim, durante os primeiros doze anos da sua vida, os lençóis brancos foram um sonho, mitificação de qualquer coisa de perfeito que pertenciam a uma outra realidade inatingível. De tal modo que, um dia, quando a negrinha Marinela se encontrou com uma cama com lençóis brancos que lhe estava destinada, nem se atreveu a deitar-se nela: passou a noite de joelhos apenas com a cabeça apoiada na brancura desde sempre sonhada, e assim cochilou até que se fez dia. A estória de Marinela, angolana do

«Praça de Alegria» é o único programa de TV que me traz, de maneira sistemática e continuada, notícias do meu País.

Fronteiras e armadilhas

Por esta e por outras é que entendo que «Praça da Alegria» tem sido um caso de serviço público de televisão, e só não um caso flagrante e óbvio para quem tenha a lamentável noção de que o serviço público há-de ser oficial ou pelo menos oficioso, chato e com fumos de erudito. Esse convencimento pode ser reforçado, e talvez não inocentemente, pela moda agora intensificada de objectar que «não está definido o que é serviço público de televisão» pelo que alguns até passam daí para a reiterada proposta de acabar com a RTP. É um pouco como se se propusesse que se abandonasse a ideia de praticar a justiça, a solidariedade e a mera vergonha na cara por ainda não estarem rigorosamente traçados os contornos fronteiriços de cada uma destas noções. Sendo certo, de facto, que pelo menos quanto ao terceiro exemplo enunciado já há muita gente a acatar a proposta. Ainda no passado domingo (ou, com mais rigor, já na madrugada de segunda-feira), no decurso da última emissão de «Teledependentes», muito se falou desta questão do serviço público, dizendo-se, entre outras coisas acertadas, que ele há-de contribuir para tornar o público cada vez mais exigente e rejeitar as pressões das audiências. Aqui, porém, suscitou-se o aparente problema da incompatibilidade entre esta orientação e a manutenção de níveis de audiências considerados interessantes. Disse um dos participantes no programa que uma televisiva pública tem de ter público, que é óbvio. A questão é que pode abrigar-se aqui um feio equívoco: o de considerar-se que «ter público» há-de ser passar os dias a olhar as tabelas para manter uma competitividade no número de espectadores, nunca na qualidade do fluxo televisivo. De passagem, excessivamente de passagem, ouviu-se que os *media*, publicitando intensamente os resultados das audimetrias, induzem a confusão entre audiência e qualidade. Nessa armadilha tem caído a RTP, rendendo-se a esse bombardeamento mediático também de duvidosa inocência. O resultado é, como se sabe, a queda da TV portuguesa, globalmente considerada, ao nível de lamaçal onde algumas jangadas de qualidade dificilmente navegam. Ora, acontece que, parecendo que não, «Praça de Alegria» tem vindo a ensinar-nos alguma coisa do País, do mundo, da vida, sem que se dê muito por isso e sem assomos de petulância. Inocula-nos algum fastio por muitos casos concretos de telélixo embora não todos. É asseado. Por isso acho que «Praça de Alegria» com Manuel Luís Goucha (sem ele, parece-me inimaginável), o programa da RTP com mais audiência graças à RTP-Internacional, é serviço público de televisão.



Huambo, ficámos a conhecê-la porque ela própria a contou na noite especial que assinalou as 1500 emissões de «Praça de Alegria», o programa que só desta vez, por excepção, não foi da manhã. Além de Marinela, passaram por esta emissão comemorativa muitos outros e variados participantes. Manuel Luís Goucha estava manifestamente eufórico, o que plenamente se justificava após tantas manhãs de trabalho especialmente difícil: sempre em directo, falando com vária gente acerca das mais diversas matérias, e sempre se havendo com eficácia e inteligência talvez na melhor maneira de agir inteligentemente: de modo a nunca se parecer tão inteligente que isso possa intimidar quem quer que seja. Quanto à Marinela, o mais significativo é que não foi a única a passar por «Praça de Alegria»: ao longo dos anos, desta ou daquela cor, vindas de perto ou de longe, foram muitas as Marinelas que Manuel Luís Goucha trouxe a nossas casas. E também uma incontável multidão de pessoas interessantes, com algum ou nenhum relevo social, mas todas elas que foi bom conhecer. Em verdade, desde há muito que

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Anabela Fino

O drama americano

No princípio dos anos cinquenta, a paranóia anticomunista nos EUA levou o país a um estado de demência colectiva. A «caça às bruxas» então desencadeada pelas autoridades e apoiada pela comunicação social difundiu o pânico, fomentou a delação, estimulou os mais baixos instintos que habitam o ser humano. Por mais incrível que isso hoje possa parecer, grande parte dos norte-americanos temia que «um vermelho» se lhe escondesse debaixo da cama ou dentro de um armário, que submarinos soviéticos chegassem a Nova Iorque, que o cinema, jornais e revistas acoitassem as «forças do mal» cujo objectivo único seria destruir a América. Os resultados da insânia são conhecidos. Milhares de cidadãos acusados, perseguidos, com as vidas destroçadas, forçados ao exílio, alguns mesmo condenados à morte. No país da liberdade, a liberdade de pensar e de expressar o pensamento tornou-se um crime. Ser simplesmente suspeito de desenvolver actividades antiamericanas era quanto bastava para perder o emprego, a família, os amigos, a liberdade, numa palavra, o direito à vida.

Hoje, mais de meio século depois, o pesadelo está de volta, em moldes ainda mais terríveis. Basta falar mal o inglês, ter um tom de pele um pouco diferente, ostentar um aspecto vagamente árabe ou perfilhar uma religião diferente para ser colocado no index. Tal como no passado, autoridades e comunicação social fomentam a psicose, desdobrando-se em informações sobre a panóplia de possíveis formas de atentados terroristas. As guerras bacteriológica e química, em que os EUA levam o palmarés, são apresentadas como novidades à mercê de qualquer tresloucado, levando a uma corrida às máscaras de gás, à vacinação, aos fatos de protecção. Atacam-se mesquitas, perseguem-se mulheres árabes, insultam-se vizinhos até há pouco tidos como amigos.

A paranóia chega mesmo a assumir aspectos caricatos, como sucedeu em Inglaterra, incondicional aliada dos EUA até nas psicoses, onde segundo informações vinda a público foram apreendidos dezenas de milhar de objectos durante os controlos no aeroporto de Heathrow, incluindo canivetes suíços, tesouras, corta-unhas, saca-rolhas, ganchos e agulhas de tricotar. O mais grave é que tudo isto está a ser utilizado para cercear liberdades individuais e colectivas, com a convicção, se não mesmo com o apoio, dos norte-americanos. Censura à imprensa, escutas telefónicas, invasão de domicílio, violação de correspondência, restrições à liberdade de reunião e associação, investigação de contas bancárias, coarctação do direito de livre circulação, etc., etc., estão já na ordem do dia. É o pesadelo do big brother feito realidade no quotidiano de um país cujo visão maniqueísta e elitista do mundo o leva a acreditar que quem não está com ele está contra ele.

Depois da terrível catástrofe de 11 de Setembro, uma nova e aterradora tragédia ameaça os EUA, porventura menos aparatosa mas nem por isso menos devastadora: o cerceamento da sua liberdade.

Não deixa de ser irónico que, quando o espectro da repressão paira sobre a América, os senhores da Casa Branca e do Pentágono tenham mudado o nome de código da sua alegada campanha contra o terrorismo de «Infinita Justiça» para «Liberdade Duradoura». O drama está, ao que parece, no facto de os norte-americanos ainda não terem percebido que a Justiça, como a Liberdade, como outra coisa qualquer, são sempre eternas... enquanto duram.

PCP defende resposta política para combate ao terrorismo

Democracia sem hesitações

No debate de anteontem, na AR, Carlos Carvalhas e António Filipe alertaram para o perigo de o combate à alta criminalidade não ser atacado nas suas verdadeiras raízes e poder ser aproveitado para acções arbitrárias, numa escalada de guerra, violência e acções arbitrárias.

António Filipe fez uma intervenção de fundo, reafirmando que «os tenebrosos actos terroristas que ceifaram a vida a milhares de pessoas chocaram-nos profundamente, suscitaram a nossa indignação, motivaram da parte do PCP uma reacção de firme repúdio e de frontal e inequívoca condenação».

Sublinhando que, «perante as acções de barbárie em que invariavelmente se traduzem os actos de terrorismo, a nossa solidariedade é e será sempre para com as vítimas», o deputado comunista alertou para o facto de que, na busca da resposta mais eficaz a dar ao terrorismo, «os falcões da guerra ameaçam levantar voo». Contudo, além de «inflamados apelos à retaliação militar», «ouvem-se também, vindas de muitos quadrantes políticos e de muitas latitudes, vozes que apelam à razão e que recusam embarcar em desvarios militaristas e securitários».

O PCP «não aceita ficar refém, nem da reacção maniqueísta de George W. Bush, segundo a qual, ou se está com ele ou se está com os terroristas, nem da estratégia daqueles que, agora a pretexto do combate ao terrorismo, procuram legitimar restrições às liberdades democráticas e à soberania dos estados». Tal como «não legitima o terrorismo nem o desculpabiliza», o PCP «não aceita a chantagem sobre as consciências, que alguns procuram impor, inculcando a ideia de que qualquer reflexão séria sobre as causas e as verdadeiras responsabilidades da eclosão dos fundamentalismos e do terrorismo fica proibida, por ser contrária à nova cruzada que irracionalmente procuram lançar».

Cooperação séria

«A ameaça global que o terrorismo representa exige uma resposta firme, assente num esforço coerente de todos os Estados e na cooperação internacional baseada no respeito mútuo e numa séria conjugação de esforços», afirmou António Filipe, rejeitando «firmemente qualquer ideia de que o que está em causa é um choque de civilizações» e recusando «dar assentimento a supostas retalia-

ções militares cuja única consequência seria aumentar a já longa lista de vítimas inocentes».

Salientou que «não haverá combate eficaz ao terrorismo sem que haja coerência no combate ao branqueamento de capitais, ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, a todas as formas de que hoje se reveste a criminalidade altamente organizada». Por outro

lado, deve ser garantido «o respeito pelo Direito Internacional, e em particular pela Carta das Nações Unidas e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem», uma vez que, «se o combate que temos de travar é entre a civilização e a barbárie, não o podemos fazer deitando pela borda fora as melhores aquisições do nosso património civilizacional». «Não existe na Carta das Nações Unidas nenhum direito à retaliação unilateral», notou.

Para o PCP, «a resposta global ao terrorismo e a

todos os fundamentalismos não é, nem poderá ser, uma resposta militar, mas uma resposta política».

«Assegurar que, a pretexto da luta contra o terrorismo, não sejam minados os alicerces em que assenta a própria democracia» é «decisivo». «A luta contra o terrorismo tem de ser uma luta pela democracia e em defesa dos direitos, liberdades e garantias que a distinguem dos regimes autoritários» e esta luta «também tem de ser travada sem hesitações e sem equívocos», sublinhou António Filipe.

A luta contra o terrorismo tem que ser uma luta pela democracia

Quem responde?

No plenário da AR, o secretário-geral do PCP interpelou o primeiro-ministro. Da intervenção de Carlos Carvalhas, sob a forma de pergunta ao chefe do Governo, referimos algumas interrogações e preocupações.

• «É preciso fazer justiça, punir os responsáveis e combater o terrorismo, todas as formas de terrorismo: individual, de grupo, de Estado. Mas pensamos que é necessário reflectir serenamente como e com que meios é que esse combate se trava. Se o que falta é mais medidas securitárias e policiais, penas mais pesadas, mais limitações às liberdades e garantias dos cidadãos, então teremos de perguntar por que será que os governos de Inglaterra e de Espanha não acabaram, por exemplo, com as acções terroristas nos seus próprios países.»

• «Se o negócio do armamento, da droga e do tráfico humano estão estreitamente ligados à lavagem do dinheiro, aos paraísos fiscais e aos off-shores, então por que razão há tanta obstinação em os manter?»

• «Se os EUA já tivessem o guarda-chuva nuclear, tinham evitado os atentados de Washington e de Nova Iorque? Se o dinheiro gasto pelas diversas potências na corrida aos armamentos fosse aplicado na erradicação da fome, do analfabetismo, na luta contra a mortalidade infantil, o mundo não seria muito mais seguro?»

• «O Sr. Primeiro-Ministro tem-se pronunciado e bem contra uma histeria belicista, contra inimigos imaginários, como avalia então no plano ético, uma poderosa operação militar de retaliação que, com grandes probabilidades fará novas vítimas inocentes, sem provas claras, sem manda-

to da ONU, alimentando novos ódios e espirais de violência? E sendo certo que, em matéria de terrorismo nada justifica nada, e sendo também certo que, nesta matéria nada do passado absolve nada do presente, tem o Sr. Primeiro-Ministro alguma reflexão a fazer sobre as antigas relações dos EUA com Ben Laden e com as despóticas monarquias do Golfo que, se não chegam ao nível dos taliban, têm um sinistro cadastro de violações dos direitos humanos?»

• «Querá ainda o Sr. Primeiro-Ministro iluminar-nos com alguma reflexão sobre a diplomacia de princípios e de valores, as declarações do Embaixador português no Paquistão que, colocando a eficácia e a conveniência à frente dos princípios e valores, elogiou a obra do chefe da ditadura militar afirmando mesmo que neste quadro esta é a situação preferível.»

• «No quadro do respeito e do natural relacionamento da Administração dos EUA com os seus aliados, que informações e explicações é que esta foi dando ao longo deste processo, quando inclusivamente é afirmado que os EUA começaram a utilizar a Base das Lages e só várias horas depois é que pediram autorização ao Governo português!!!»

• «Há quem fale de ataque à civilização ocidental, mas que civilização é essa para esses que pensam em termos de sangue, de vingança e de desforra, e não em termos de justiça, de cooperação, de resolução política dos problemas e dos conflitos? Os mesmos que afirmam, por exemplo, que Ariel Sharon fez muito bem em proibir Shimon Peres de encontrar-se com Arafat...»

Solidariedade com a Palestina

O primeiro aniversário da «Intifada», que se completa a 28 de Setembro e é assinado com iniciativas na Palestina e em diversos países, levou o Conselho Português para a Paz e Cooperação a convocar para amanhã, às 18 horas, frente à embaixada de Israel em Lisboa, uma concentração de solidariedade para com o levantamento popular dos palestinos, pelo direito à

autodeterminação e contra a ocupação do seu território, desde 1967, por um dos melhor equipados exércitos do mundo, que desrespeita sucessivamente as resoluções internacionais.

«A «Intifada» vai continuar até à independência, até à libertação da Palestina», assegurou o representante geral da Palestina em Lisboa. Issam Beseisso, em entrevista à Agência Lusa, sublinhou

que «esta determinação é partilhada pelo povo e pelos seus dirigentes», indicando como uma das grandes conquistas da segunda «Intifada» a unidade e consonância de todos os palestinos.

